REVISTA DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE
RIO GR. DO SUL

I.º Trimestre
de 1945

INDICE

O IV Congresso Sulriograndense de História e Geografia 3

Recepção do Revm.º Padre *Balduino, Rambo,* S. J.:
Discurso do *Revm.º P. B. Rambo, S. J.* 8

Saudação do *Prof. Walter Spalding* 18

Documentário Farroupilha:

I — Documentos sôbre impostos votados pela Assembléia Provincial 24

II — Documentos sôbre medidas de segurança e abastecimento 28

Velhos Documentos Riograndenses — copiados e anotados pelo *Dr. Manuel Duarte* 33

Apontamentos sobre o Teatro no Rio Grande do Sul e Síntese Histórica do Teatro Sete de Abril, de Pelotas, que serviu de Quartel na Guerra dos Farrapos, *Dr. Paulo Duval* 37

Em tôrno da Revolução Farrapa — *Alvaro O. Caetano* 66

Veredas Planalteanas — *Dr. Manuel Duarte* 75

SECÇÃO DE GENEALOGIA:

O Sesmeiro de Nossa Senhora das Candêias e sua Descendência — *Dr. José de Araujo Fabrício* 86

Os Gonçalves Ribeiro — *Dr. Manuel Duarte* 147

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

SÉDE DO INSTITUTO:
Rua Riachuelo, 1307
PÔRTO ALEGRE
Rio Gr. do Sul - BRASIL

1945
OF. GRÁF. DA IMPRENSA OFICIAL
PÔRTO ALEGRE

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAFICO DO
RIO GRANDE DO SUL

ANO XXV — I TRIMESTRE DE 1945 — N.º 97

O IV Congresso Sulriograndense de História e Geográfia

De 27 de fevereiro a 2 de março corrente realizou-se nesta cidade de Pôrto Alegre o IV Congresso Sulriograndnse de História e Geografia, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sob os auspícios dos govêrnos Estadual e Federal e a cooperação da administração municipal de Pôrto Alegre.

Êsse Congresso se tornou memorável não só pelo mérito das teses apresentadas, discutidos os pareceres em plenário com superior elevação de vistas, em debate não raro acalorado mas amistoso sempre, como pelas representações, dentre as quais a do venerando Instituto Histórico Brasileiro representado pelos srs. dr. Virgilio Correia Filho e general Souza Docca, e a do Conselho Nacional de Geografia, representado pelos srs. coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, Prof. Jorge Zarzur e dr. Virgilio Corrêia Filho.

O dr. Zenon Pereira Leite representou os Institutos Arqueológico de Pernambuco e Histórico do Paraná. O de Ouro Preto fez-se representar pelo prof. Walter Spalding que representou, tambem, a Academia de la História de Cuba. O Instituto Genealógico Brasileiro esteve presente pela comissão composta dos srs. dr. Jorge G. Felizardo, dr. Armando Dias de Azevedo e dr. Olinto Sanmartin. Estiveram, ainda, presentes os srs. Comandante Luiz Alves de Oliveira Bello, geógrafo e historiador de grande mérito, e nosso incansavel Aurélio Pôrto há muito ausente, funcionário, com é, do Itamarati, cujos Anais dirige com verdadeiro devotamento.

★

A sessão solene de abertura realizou-se no salão nobre da Faculdade de Direito e foi presidida pelo dr. Leonardo Macedônia, presidente honorário, fazendo o discurso oficial o presidente efetivo, dr. Adroaldo Mesquita da Costa, e a saudação aos Congressistas o orador do Instituto, sr. Otelo Rosa, em brilhante improviso.

A sessão de encerramento, realizada no mesmo local e, como a de abertura, concorridíssima, foi igualmente presidida pelo dr. Leonardo

Macedônia a convite do presidente Adroaldo Mesquita da Costa. O discurso de encerramento deveria ter sido feito pelo desembargador Floriano C. de Abreu e Silva que, entretanto, impossibilitado, não compareceu. Porisso o orador do Instituto, sr. Otelo Rosa, em improviso que a todos agradou, fez o discurso de encerramento, durante o qual desfilaram, através sua palavra, os grandes vultos imperiais e farroupilhas do decênio glorioso.

Antes, porém, foi dada a palavra ao Prof. Jorge Zarur que, em belo improviso agradeceu, em nome dos Congressistas de fóra, a hospitalidade e as atenções de que foram alvos.

★

O IV Congresso encerrou seus trabalhos com magnífico almoço de confraternização, no dia 3, no Clube do Comércio, ao qual compareceram quasi todos os Congressistas.

★

Solenidades dignas de nota foram as de 1.º de março data centenária da pacificação do Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, o lançamento da pedra fundamental do monumento ao imortal Duque de Caxias, no largo do Parque Farroupilha, com a presença do representante do sr. Presidente da República e a dos srs. coronel Ernesto Dornelles, Interventor Federal, general Cesar Obino, comandante da 3.ª Região Militar, dr. Antônio Brochado da Rocha, Prefeito Municipal, e muitas outras autoridades civis, militares e religiosas. O discurso oficial foi feito pelo general Souza Docca, cuja palavra vibrante e empolgante impressionou profundamente.

Em segundo lugar, à tarde, o solene **Te Deum**, entoado na cripta da Catedral Metropolitana pelo sr. Mons. dr. João Maria Balem, em nome do sr. Arcebispo que se encontra enfermo.

Ceremônia empolgante e que os velhos farroupilhas nunca abandonaram nos seus grandes dias, êsse solene **Te Deum** foi das mais comovedoras evocações do ardor cívico-religioso dos republicanos de 1835/45, daqueles legendários heróis que o grande Caxias, — e sómente êle por ter sido grande e nobre de alma — soube compreender, estimar e venerar.

A Secretaria de Educação e Cultura recepcionou, no dia 28 de fevereiro, no Instituto de Educação, aos srs. Congressistas, oferecendo-lhes brilhante audição, sob a regência do maestro Vicente Taveira, do orfeão da Escola Técnica Parobé. Falaram, nessa ocasião, os srs. dr. Cáio Brandão de Melo em nome do sr. Secretário da Educação e Cultura que estava ausente, no Rio, e dr. Jorge Godofredo Felizardo.

As teses apresentadas, em número de 20, foram as seguintes:

1.ª tese. — "Elementos estrangeiros na Revolução Farroupilha," autor: Otelo Roas. Assinam o parecer Olinto Sanmartin, relator, Luiz Carlos de Morais e Afonso Guerreiro Lima. Tomam parte na discussão os senhores Souza Docca, Aurélio Pôrto, Tupí Caldas, Francisco Antonino Xavier e Oliveira e Edurado Duarte.

2.ª tese. — "A barca de vapor **Liberal**. Início da navegação a vapor na marinha de guerra do Brasil", autor Paulo Duval. Assinam o parecer Gaston Hasslocher Mazeron, relator, Leonardo Macedônia e Walter Spalding. Pede esclarecimneto o sr. Oliveira Bello, no que é atendido pelo sr. Walter Spalding.

3.ª tese. — "Poétas farroupilhas", autor Alcides Lopes Miler. Assinam o parecer Eduardo Duarte, relator, Otélo Rosa e Marino Josetti de Almeida:

4.ª tese. — "D. Pedro II e a pacificação do Rio Grande do Sul", autor Alcindo Sodré. Assinam o parecer Otélo Rosa, relator, Eduardo Duarte e Edgar Luiz Schneider.

5.ª tese. — "Causas remotas e imediatas da Grande Revolução. A paz de Poncho Verde", autor Luiz Carlos de Morais. Assinam o parecer, relator Leonardo Macedônia, e Walter Spalding e Gaston Hasslocher Mazeron.

6.ª tese. — "O passo inicial da Grande Revolução", autor Eduardo Duarte. Assinam o parecer Walter Spalding, relator, Luiz Carlos de Morais e Marino Josetti de Almeida. O autor encaminha a discussão prestando esclarecimentos quanto às fontes de que se serviu para ilustrar seu trabalho. O sr. Souza Docca reefre-se ao autor com elogiosas referências.

7.ª tese. — "Osório e a Revolução Farroupilha", autor Walter Spalding. Assinam o parecer Luiz Carlos de Morais, relator, Olinto Sanmartin e Afonso Guerreiro Lima. Pede esclarecimentos o sr. Souza Docca, no que é atendido pelo autor.

8.ª tese. — "Caxias e a Pacificação", autor Luiz Alves de Oliveira Bello. Assinam o parecer Emílio Fernandes Souza Docca, relator, Otélo Rosa e Marino Josetti de Almeida, sendo que os dois últimos assinam vencidos em relação ao republicanismo de Bento Gonçalves antes da proclamação da República. A discussão foi acalorada, tendo o sr. Otélo Rosa defendido o seu ponto de vista com eloquência. Os srs. Souza Docca, Walter Spalding, e Antonino Xavier e Oliveira, apresentam fortes argumentos em defesa do ponto de vista do relator.

9.ª tese — "Apontamentos sôbre o teatro no Rio Grande do Sul e síntese histórica do Teatro Sete de Abril de Pelotas que serviu de quartel na Guerra dos Farrapos", autor Paulo Duval, assinam o parecer Eduardo Duarte, relator, Olinto Sanmartin e Walter Spalding. Esta tese escapa dos moldes de Regimento Interno, mas, sendo reconhecido o seu valor, foi divulgada neste n.º da Revista.

10.ª tese — "Atas da Assembléia Legislativa Provincial de 1835", autor, Olinto Sanmartin. Assinam o parecer, Edgar Schneider, relator, Otélo Rosa e Eduardo Duarte.

11.ª tese — "A política dos Ministérios e a Revolução Farroupilha", autor, Manoel Duarte. Assinam o parecer Armando Dias de Azevedo, relator, Manoel de Faria Corrêa e Marino Josetti de Almeida.

12.ª tese. — "O Cléro na epopéia farroupilha", autor Pe.Luiz Gonzaga Jaeger. Assinam o parecer Walter Spalding, relator, Leonardo Macedônia e Gaston Hasslocher Mazeron. Discutem-na: Souza Docca, Aurélio Pôrto. O autor presta esclarecimentos.

13.ª tese. — "Geneologia do paulista Bento Manoel Ribeiro", autor, Bueno de Azevedo Filho. Assinam o parecer Jorge Godofredo Felizardo, relator, Aurélio Pôrto e Pe. Luiz Gonzaga Jaeger.

14ª. tese. — "Garibaldi, Rossetti, e Zambeccari", autor, Eduardo Duarte. Assinam o parecer Olinto Sanmartin, relator, Walter Spalding e Marino Josetti de Almeida. O sr. Souza Docca, pede esclarecimentos, expondo seu ponto de vista quando á atuação do elemento estrangeiro na revolução. O autor presta êsses esclarecimentos.

15.ª tese. — "Causas da Revolução Farroupilha", autor, Otelo Rosa. Assinam o parecer Afonso Guerreiro Lima, relator, Luiz Carlos de Morais e Olinto Sanmartin, com voto em separado. Ésta tese provocou grande discussão em que tomam parte os snrs. Docca, Spalding, Oliveira Bello, Sanmartin e, por último, a todos respondendo o sr. Otélo Rosa .

16ª. tese. — "Breve notícia biográfica do tenente-general Barão de Taquarí", autor, Bueno de Azevedo Filho. Assinam o parecer Jorge Felizardo, rleator, Aurélio Pôrto e Pe. Luiz Gonzaga Jaeger.

17.ª tese. — "Foram os chefes Farroupilhas republicanos antes de Seival?", de Walter Spalding. Parecer de Souza Docca, relator, Aurélio Pôrto e Marino Josetti de Almeida, vencido. Esta tese e o parecer foram grandemente discutidos, defendendo o ponto de vista do autor os srs. Docca, Pôrto, Sanmartin, Spalding e o ponto de vista, contrário os srs. Otélo, Oliveira Belo e Marino Josetti.

18.ª tese. — "A cooperação interprovincial na Revolução Farroupilha" de Walter Spalding, relator, Aurélio Pôrto, Marino Josetti de Almeida e Souza Docca.

19.ª tese. — "Quatro episódios da Revolução Farroupilha", Álvaro Caetano, autor. Manoel de Faria Corrêa, relator, Armando Dias de Azevedo e Marino Jossetti de Almeida. Discutido, o parecer e, a pedido do relator, lida a tese em virtude de pergunta feita pelo sr. Souza Docca, foi o trabalho, após pequena discussão, encaminhado à Revista feitas leves alterações. Vai publicado neste número com o título **Em tôrno da revolução Farrapa.**

20.ª tese. — "No decênio Farroupilha" de Francisco Antonino Xavier e Oliveira. Parecer de Otélo Rosa, relator, Eduardo Duarte e Jorge Godofredo Felizardo.

★

Na séde do Instituto, nosso confrade dr. Olinto Sanmartin organizou bela exposição de autógrafos entre os quais figuram todas as assinaturas dos governadores e presidentes do Rio Grande do Sul.

★

Comemorando o centenário de Poncho Verde, — a pacificação do Rio Grande do Sul e a consolidação da unidade nacional, — o Instituto Histórico fez erguer magestoso obelisco de forma triangular, projeto do prof. Fernando Corona, nos campos de Poncho Verde, numa encruzilhada de estradas, em ponto mais ou menos próximo dos locais em que foram assinadas as proclamações dando por concluida a revolução, e, portanto, pacificado o Rio Grande e consolidada a união Nacional. Êsse obelisco todo de granito róseo foi executado nas oficinas de J. Aloys Friederichs. Sua inauguração, por motivo de força maior, só se realizou no dia .. com a presença de grande número de sócios do Instituto que para o local foram em auto-car especial, e das autoridades federais, estaduais e municipais de D. Pedrito em cujo âmbito ficam os Campos da Carolina ou Campos do Poncho Verde. O ato inaugural foi empolgante tendo falado, orador especialmente convidado, o sr. Aurélio Pôrto, cuja vibrante oração ecoou por coxilhas e canhadas, e, através a planície imensa de Poncho Verde, fez vibrar os corações gauchos e brasileiros, como há cem anos vibraram ao ouvir as patrióticas proclamações de Caxias e Canabarro.

Ainda comemorando êsse grande centenário o Instituto fez cunhar bela medalha de bronze nas oficinas da metalúrgica Abramo Eberle Ltda., de Caxias do Sul, — e o Govêrno federal distribuiu, pela repartição dos Correios, bonito e expressivo sêlo postal, ideado pelo diretor da Casa da Moeda, sr. Zeno M. Zielinski.

RECEPÇÃO DO REVMO.º PADRE BALDUINO RAMBO, S. J.

Em sessão pública foi recebido, no dia 31-1-1945, o novo consócio Revm.º P. Balduino Rambo, S. J. eleito membro efetivo por unanimidade. — Presidiu a sessão que foi concorrida, o presidente honorário dr. Leonardo Macedônia, a convite do presidente efetivo dr. Adroaldo Mesquita da Costa. — Foi a seguinte a magnífica peça oratória — que o autor modestamente denominou conferência:

Snr. Presidente; snrs. confrades e amigos.

Agradecendo minha investidura neste Instituto, apresento aos amigos o trabalho sobre

O CARATER DA FLORA RIOGRANDENSE

O quadro vegetal duma região deve ser estudado sob dois pontos de vista: a composição específica, e a distribuição das formações; o estudo das espécies situa os vegetais no lugar que lhes compete dentro do sistema natural; o estudo das formações coloca os grupamentos vegetais dentro do quadro natural das sociedades fitogeográficas.

À luz destes princípios básicos da botânica moderna, dividimos a matéria desta conferência em dois capítulos: no primeiro procuramos, da maneira mais nítida possivel, determinar a composição por espécies da nossa flora, e as razões de assim ser; no segundo tentaremos, de modo global, delinear as nossas sociedades vegetais, acrescentando igualmente a explicação fundamental.

1. O estudo da sistemática botânica no Rio Grande do Sul, bem como no resto do Brasil, está muito longe de apresentar um inventário completo do nosso reino vegetal. A Flora Brasiliensis de Martius e seus continuadores é a unica obra universal neste gênero; embora represente o recurso básico para a nossa flora, não deixa de ser antiquada, pois apareceu entre os anos

1841 e 1905. Das cêrca de 20.000 espécies descritas, só umas 800 são citadas como ocorrentes no Rio Grande do Sul, fato que se explica pela atração avassaladora, que a flora tropical do centro e do norte do país exerciam sôbre os exploradores europeus. Na realidade, cêrca de 75 % das espécies riograndenses se acham citadas em Martius como provenientes dos outros Estados do Sul e dos paises adjacentes.

Desde então nenhuma obra compreensiva tem aparecido. Nos últimos anos o Departamento de Botânica de S. Paulo emprendeu a Flora Brasílica, que tenciona preencher tal lacuna, e cujos primeiros volumes fazem alta honra à ciência nacional. No Rio Grande do Sul, em particular, a situação é verdadeiramente caótica. Fora das coleções de Sellow e St. Hilaire, encorporadas na Flora Brasiliensis, nada existe em obra de conjunto. Lindman e Malme, os dois grandes botânicos suecos, que no começo do corrente século devassaram a nossa flora, conservaram as suas coleções no museu de Estocolmo; suas publicações estão dispersas por revistas europeias de dificil acesso para nós. Bornmuller publicou um catálogo com meio milhar de espécies serranas na Revista Sudamericana de Botânica de Montevidéo; Schlechter editou um estudo crítico das nossas orquidáceas numa revista botânica alemã; Dutra compôs uma lista quasi completa dos nossos pteridofítos.

São ainda de grande utilidade os trabalhos botânicos, dos países vizinhos: a Florula uruguayensis e demais publicações de Herter, Osten e Legrand no Uruguay, e as numerosas monografias dos autores argentinos, como Burkart, Parodi, Cabrera; neste país as investigações se acham em tal grau de progresso que permitiram a empresa monumental da "Genera et Species Plantarum Argentinarum", cujo primeiro volume acaba de sair.

Existem no Estado duas coleções botânicas, a respeito das quais posso emitir um juizo: a do falecido Dr. João Dutra de S. Leopoldo, agora propriedade da Universidade de Porto Alegre, com 1645 números referentes às leguminosas, gramíneas, compostas, orquidáceas e os pteridófitos. E' dum valor único, pois a maioria das classificações foi feita por especialistas. A segunda coleção é a do Colégio Anchieta, empreendida desde 1931. Contém, inclusive os fungos do P. João Rick S. J. mais de 25.000 números de todas as partes do Estado e de todas as familias vegetais, com cêrca de 3500 espécies indígenas. Embora grande parte ainda não esteja completamente classificada, existem cêrca de 2000 espécies determinadas com segurança. Compreenderá cerca de 80-90% da flora espontânea riograndense .

Apesar desta situação quasi primitiva dos estudos florísticos no nosso meio, já é possivel emitir um juizo de conjunto sôbre a composição sistemática da vegetação riograndense. Para tal fim tomamos como ponto de partida os dois princípios fundamentais da distribuição sistemática: o clima e a geo-história.

a. No clima prevalece em absoluto a temperatura. Certas familias, como as palmeiras , as orquidáceas, as aráceas, são ligadas quasi que exclusivamente a temperaturas altas; outras, como as leguminosas, medram só em temperaturas altas e médias; outras, como as crucíferas, tem o máximo de desenvolvimento em zonas temperadas e frias; outras, enfim, como as gramíneas e compostas, tem representantes em todos os climas.

A temperatura média do Rio Grande do Sul é avaliada em perto de 18°%, subindo no baixo Uruguay a 20, e descendo na Serra do Nordeste a 15. Este fato coloca o Estado fora da zona tropical, cujo limite ínfimo está em 20° anuais médios. É de notar ainda, que não é tanto a temperatura média anual, mas os extremos, principalmente os extremos de frio, que influem na composição sistemática.

O Rio Grande do Sul constitue um paradigma verdadeiramente escolar para comprovar o citado axioma. Exemplifiquemos em casos concretos: A familia das Palmeiras tem por limite ínfimo cerca de 16° médios anuais; ora, sendo o Brasil central e setentrional habitado por algumas centenas de espécies, no Rio Grande do Sul não chegam a uma duzia entre as quais o gerivá e os butiás são os mais comuns. No Uruguay as espécies indígenas são apenas duas; em S. Francisco de Paula, cuja temperatura é controlada pela altitude, não me lembro de ter visto palmeira.

A família das orquidáceas avulta em cerca de 2500 espécies no centro e no norte; nós possuimos 178 espécies constatadas com segurança, entre elas a maior parte terrestres e insignificantes.

A família das aráceas (representada pelo inhame, guaimbé etc.) no Brasil tropical é variadíssima em aspectos; no Rio Grande as espécies não passam de uma dezena.

A família das leguminosas, aliás não tão tipicamente tropical como as citadas, conta acima de 1500 espécies brasileiras, e pouco acima de 200 riograndenses.

Poderiamos continuar a lista das famílias afeitas às altas temperaturas e terminariamos por fazer a constatação universal, que no Rio Grande do Sul a flora tropical brasileira acha o seu limite meridional. Raras são as famílias tropicais, que não existem entre nós; mas seu número de repre-

sentantes é diminuto, limitando-se frequentes vezes a um único ou a menos do que dez.
Ao contrário, as famílias com representantes em todos os climas constituem o grosso da nossa vegetação: compostas com mais de 400 espécies, gramíneas com mais de 300.
É ainda de interesse confirmar o resultado acima tirado por comparação entre o norte e o sul do Estado. As matas de Torres, em contato com a faixa tropical do litoral médio, oferecem dúzias de espécies faltantes no resto do território; a mata virgem do Alto Uruguay, contém uma boa vintena de árvores (como por exemplo a canafístula, o guatambú, a paineira, a jaboticabeira) e outras plantas (por exemplo o guaimbé, o capim de anta) limitadas a esta região; os vales mais quentes da Serra Geral desde Torres até Sta. Cruz hospedam uma palmeira tropical, o palmito ou jissára. Não será exagero dizer que o talude do planalto sulbrasileiro desde Santiago do Boqueirão até Torres constitue o limite sul de mais de meio milhar de espécies riograndenses, linha esta, que aliás também marca o limite sul de animais tropicais como os macacos.
Terminamos este ponto fixando como conclusão: O carater sistemático da flora riograndense é nitidamente subtropical, distinguindo-se assim em absoluto do resto do Brasil, mesmo de Santa Catarina, cuja faixa costeira é quasi puramente tropical. Resulta ainda o pequeno número de espécies riograndenses em comparação com o centro e o norte: acho que não possuimos muito além de 4000 espécies fanerógamas contra as cêrca de 30.000 do Brasil.
Vai sem dizer, que tal número relativamente diminuto facilita enormemente o estudo.

b. Como segundo fator determinante da composição sistemática nomeamos a geo-história. O problema é algum tanto obscuro, necessitando de prévia explicação.
Segundo bom número de geógrafos, chefiados por Alfred Wegener, a América meridional, pelo começo da era terciária, se separou da Africa e do bloco continental antártico. Não temos aqui motivo para disputar sobre o valor ou desvalor desta afirmação. Os fatos inegaveis que nos interessam, são os seguintes: tanto na fauna como na flora, sejam fosseis, sejam atuais, notamos no nosso continente tres componentes nitidamente distintos: o grupo central trópico com seus símios e felídeos, suas leguminosas e aráceas aparentadas aos respetivos grupos africanos; o grupo meridional com seus desdentados, marsupiais e coníferas lembrando a natureza australiana e neozelandeza; e o grupo seten-

trional com seus mastodontes e cervos, e certas plantas alpinas, imigradas depois da formação da ponte central-americana, em fins do terciário.
Vejamos o montante destes influxos no Rio Grande do Sul. O grupo de fauna e flora central é evidente; constitue o grosso da nossa natureza viva, mas, curiosamente, até agora não forneceu representantes fosseis. O grupo setentrional se manifesta nos mastodontes fosseis de Uruguaiana, Iraí, Barra do Ouro, e nos cervídeos modernos; na flora, parece que não há vestígio.

O mais importante desses influxos de contato é o que parte do grupo meridional. No reino animal fossil possuimos do período permiano o Mesosaurus e o Stereosternum dos chistos carboníferos; do período triássico os rincossaurios e crocodilios de Sta. Maria, que evidentemente pertencem à fauna contemporânea do extremo sul da África e da Oceania; da era quaternária os gliptodontes, lestodontes, toxodontes, megatérios, cujos restos aparecem em muitas sangas do quadrante sudoeste do Estado, e cujos epígonos pigmeus são os tatús e os tamanduás.

No reino vegetal, esta ligação é ainda mais palpável. Abstraindo dos fósseis carbonizados de pteridófitos do tipo contemporâneo africano e indiano, citamos apenas os conhecidos troncos petrificados de araucariáceas (Araucarioxylon, Dadoxylon etc.) encontrados desde Cacequí até Gravataí.

O curioso é que na flora moderna sulbrasileira existe um parente próximo dessas araucarias fosseis, o pinheiro. Existem hoje 7 espécies de Araucaria: uma no Brasil meridional, outra no Chile, uma nas ilhas Norfolk, três na Austrália e uma na Nova Caledônia. Outra conífera do grupo meridional é o chamado pinheirinho da Serra, cujos parentes mais chegados tem a mesma distribuição da Araucária. Além das coníferas poderiamos citar com facilidade uma centena de outras espécies riograndenses do grupo meriridional. Tal é a casca de anta da Serra, encontrada para o sul até o Estreito de Magalhães;a Gunnera manicata dos Aparados, com folhas de até 2 metros de diâmetro, cujo gênero ocorre no Chile e na Nova Zelândia; a Griselinia ruscifolia dos matos penhascosos de Bom Jesús, que irradia até o Itatiaia e é identica à espécie chilena; a cina-cina, o espinilho, o nhandubai e outros arbustos espinhosos caraterísticos da matinha campestre da fronteira sul-oriental do Estado .

Afora das especies citadas, que sugerem uma ligação antiga entre a parte mais meridional do nosso continente e os outros continentes antárticos, notamos no Rio Grande do Sul, especialmente no quadrante sul-ocidental da Campanha, numerosos imigrantes da flora campestre dos pampas argentinos, antes de tudo entre as compostas e gramíneas. Concedemos, que este estudo está longe de ser completo; parece-nos, entretanto suficiente, para tirarmos a segunda conclusão relativamente à sistemática riograndense: O Rio Grande do Sul é de todos os Estados brasileiros o mais rico em espécies irradiadas do Grupo meridional. Isto evidencia a imperiosa necessidade que o estudo da nossa flora tem de manter perêne contato com os progressos da ciência no Uruguay e na Argentina.

Estamos agora habilitados para dar uma definição geral do caráter sistemático da nossa flora: A flora rio-riograndense é essencialmente subtropical; compõe-se de dois contingentes fundamentais: o contingente central nas suas últimas irradiações para o sul, e o contingente meridional nas irradiações para o norte.
Resulta assim, uma flora mixta, de interêsse não só botânico mas tambem geo-histórico e geográfico.

II. Falamos, no segundo capítulo, sobre as formações vegetais no Rio Grande do Sul, entendendo por formação um conjunto vegetal típico, como seja o mato, ou o campo. Convém acentuar, que a composição sistemática não faz parte do conceito; assim os matos europeus ou africanos são formações silváticas da mesma definição como a da nossa mata virgem, embora não haja uma única espécie idêntica.

Falando em rigor, as formações riograndenses se reduzem a duas: o mato e o campo: segundo dados estatísticos oficiais, 131.986 km2 (46,6%) são de campo, 98.327 km2 (34,27%) são de mato. A porcentagem restante se atribue a outras formações como vegetação litorânea, campos inundáveis etc., que se podem incluir em uma ou outra das duas formações essenciais. Arredondando os números, podemos dizer que 2/5 são de mato, 3/5 de campo.

a. As formações vegetais dependem essencialmente de três fatores: a humidade, o solo e o ambiente bio-histórico; passamos a estudar os matos e os campos riograndenses sob estes pontos de vista.

Um bom clima para formações silvaticas, segundo Schimper, compõe-se dos seguintes elementos: Perío-

do de vegetação quente, solo continuamente húmido, atmosfera húmida e não excessivamente agitada principalmente no inverno. Ao ótimo do clima florestal corresponde a arvore higrófila, aos graus menores, em escala descendente, a árvore trópofila, a árvore xerófila, e a vegetação arbustiva.

O clima florestal das regiões subtropicais temperadas, segundo o mesmo Schimper, tem os seguintes requisitos: Limite de temperatura média cêrca de 18°, ausência de período de frio prolongados abaixo de 5°, limite inferior do índice pluviométrico de 1300-1500 mm anuais.

Aplicando estas duas definições ao Rio Grande do Sul, constatamos: Primeiro, quanto ao clima florestal em geral, as condições se verificam em rigor. Segundo, quanto ao clima florestal subtropical, verificam-se nitidamente no vale do Uruguai e na Depressão Central; mais para o sul, o índice pluviométrico consideravelmente mais baixo, embora ainda dentro do âmbito do clima silvático subtropical. Na Serra do Nordeste, a temperatura cai algum tanto abaixo do limite estabelecido, razão porque ali notamos uma leve transição para a mata temperada, fato botanicamente assinalado pela ausência das palmeiras. Na Serra do Sudeste e na Campanha do Sudoeste o índice pluviométrico se aproxima do limite permissivel, razão porque ali constatamos forte decrescimento de mato em extensão e altura, e predominância de formações de caráter pampeano.

b. Se, portanto o clima riograndense é essencialmente de mato subtropical, qual então a razão de predominar o campo? A esta questão respondem as duas considerações que passamos a expor. Enquanto o mato só medra em regiões de chuva abundante e solo profundo, o campo (terminológicamente deveriamos falar antes em estépe) se acha em regiões, onde, ou as chuvas não bastam para a formação de matos, ou o solo é tenue demais para alojar o raizame de árvores.

Segundo Schimper, o mestre clássico da ecológia vegetal, um sólo rodeado de todos os requisitos climáticos das formações florestais produz uma vegetação campestre, quando lhe faltam a fertilidade, a penetrabilidade ou a profundidade.

Nos solos riograndenses, a fertilidade requerida para o mato não falta, a não ser nas areias do litoral; a

penetrabilidade também é suficiente para poder ser vencida, senão por todas as espécies arbóreas, ao menos por bom número; o que não existe em todas as porções puramente campestres é a profundidade. Quasi em toda a parte, onde examinamos o solo campestre, seja, na Serra do Sudeste com seu granito à flôr da terra, seja na campanha com seu granito e meláfiro logo abaixo da fraca camada de decomposição, seja no planalto com seus blocos de meláfiro pontilhando as pastagens, notamos que a camada aproveitável não passa de uma a duas dezenas de centimetros, confinando com a rocha viva.

Isto nos conduz a definição: Os campos riograndenses são predominantemente de origem edáfica, isto é devido à pequena profundidade do solo.

Vem em confirmação direta desta tese a distribuição das nossas matas e campos: Quanto mais recortado o solo e consequentemente mais profunda a decomposição, seja no lugar de origem, seja em terrenos de aluvião, tanto mais abundante e volumoso o mato; quanto menos acidentado o solo e portanto menos atingido pelos agentes de erosão, tanto mais típico e extenso o campo. Assim encontramos os matos mais possantes ao longo do talude da Serra Geral, na bacia do Alto Uruguai e ao longo dos rios da parte meridional; os campos se localizam, pelo contrário, nas extensas planícies do sul, e nas porções relativamente planas dos divisores de água do Planalto.

Visto de grande altura, o Rio Grande do Sul se apresenta como uma área campestre rendilhada e entrecortada de galerias de mato. Nela se distinguem, com toda a nitidez, dois andares: o do sul, baixo, prevalecendo o campo; o do norte, alto, equilibrando-se mato e campo. Surge, porém, uma dificuldade: Em muitos lugares revestidos de campo, o solo é suficientemente profundo para alojar formações silváticas; porque então, se o clima é de mato, prevalece o campo?

Antes de mais nada, a ideia de alguns autores antigos, como Lund, de os campos, ou inteira ou parcialmente, provirem da destruição das matas, deve ser abandonada por falta de provas: Quem teria destruido estas matas? Onde estão os vestígios, que certamente teriam deixado no solo? Além disso, vemos em toda a parte, que o mato destruido no Rio Grande do Sul não

é substituido pelo campo, mas pelas capoeiras e matas secundárias.

A solução indicada por Lindman em seu livro "Vegetações no Rio Grande do Sul", obra fundamental para o estudo da nossa fitogeográfia, é muito mais razoavel. Segundo ele, verifica-se no nosso território uma luta entre a mata e o campo. O campo, irradiação dos pampas argentinos, é a formação mais antiga; o mato, irradiação das florestas brasileiras, é a formação mais nova. Nesta luta, que se desenrola no campo da história dos vegetais, o mato ainda não ocupou todas as posições, que as condições de clima e solo lhe atribuem como próprias.

Disto segue uma tese, que podemos enunciar assim: No Rio Grande do Sul, valendo o mesmo para o Planalto catarinense e a metade sul ocidental do Paraná, o mato está em avanço sôbre o campo.

Numerosas observações comprovam tal afirmação. Os matos insulados nas fontes do Ijuí, com suas porções de campo incluidas evidentemente crescem em terrenos outrora campestres. Os timbosais que rendilham e entrecortam a mata marginal do Uruguaí, evidentemente são como que tropas avançadas da mata pesada. Os pinhais do Planalto Central e do Nordeste evidentemente estão em progresso sôbre o campo. Em suma, em todo o Planalto não pode caber dúvida sobre dois fatos: Onde existem solos capazes de vegetação silvática ora revestidos de campo, hão de surgir, capões, núcleos de expansão tão logo que a primeira semente para lá for levada. Onde os terrenos ainda estão pouco profundos, as tropas avançadas da vegetação arbustiva os hão de assaltar até que a mata virgem alí possa medrar.

Aliás, a própria observação direta do Planalto, especialmente quando feita de avião confirma a tése do crescente aflorestamento natural do território. Os contingentes mais avançados do mato, tanto na escarpa meridional, como nos vales do Uruguai, do Pelotas, do Rio das Antas, os matos de galeria, os capões, os núcleos de matos insulados, cercam de todos os lados os redutos de campo gramináceo, podendo distingur-se três fases de combate: Os campos ainda predominam nos planaltos de S. Francisco, nos arredores de Bom Jesus, na região de Cruz Alta, Tupanciretan e Julio de Castilhos, numa palavra, sôbre os divisores de agua pouco acidentados.

Os campos e a vegetação campestre estão em equilíbrio nas zonas marginais da mata virgem, especialmente ao sul do Ijuí. As matas dominam em absoluto nos vales de todos os rios maiores. O Planalto riograndense, em igualdade de clima, de erosão progressiva e abstração feita da interferência do homem, daqui a uns milênios mais apresentaria o aspecto duma única selva primigênia. Outrotanto talvez não se possa afirmar com o mesmo rigor da Campanha. Ali o clima florestal já está bastante atenuado, obstando à formação de "matos de chuva" do tipo do Alto Uruguai; ainda o rebaixamento do solo já muito nivelado impede a erosão de vales profundos com a consequaente acumulação de terras aluvionais. O aflorestamento natural desta região, se é que um dia conseguisse apoderar-se de toda a extensão ficaria consideravelmente abaixo dos matos do planalto em vigor e densidade.

Não podemos deixar de chamar atenção, em vista do que provamos a respeito da predisposição natural do Rio Grande do Sul para o mato, para as ilimitadas possibilidades de reflorestamento, empresa econômica e cultural de transcendente importância em face do bárbaro sistema de devastação das nossas reservas florestais.

Chegamos ao fim desta conferência. Resumimos suas conclusões da seguinte maneira:

Sob o ponto de vista da sistemática, a flora riograndense é de caráter mixto, predominando o contingente central trópico em suas irradiações meridionais, fortemente mesclado com elementos da flora meridional antártica e pampeana.

Sob o ponto de vista fitogeográfico, o fator climático permite a mata subtropical em todo o território; o campo é em parte de origem edáfica, isto é, devido à pouca profundidade do solo, em parte de origem bio-histórica, em franca retirada diante da formação florestal.

Colégio Anchieta, Pôrto Alegre.

Saudação do Prof. Walter Spalding

RECEBENDO O REV.º P. BALDUINO RAMBO, S. J., em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul falou o prof. Walter Spalding:

Senhores:

Reconhecendo, embóra, nossa pequenez, foi com satisfação que aceitamos o encargo que nos deu nosso Presidente, na gestão passada, dr. Manoel Duarte, — de, em nome do Instituto, receber este ilustre Sacerdote que acabais de ouvir na sua magistral óbra de apresentação oficial.

Por certo, para saudar cientista só a outro cientista poderia e deveria caber a missão honrosa.

Entretanto, ao mais modesto obreiro desta casa, curioso de todos os ramos do conhecimento humano, — curioso porque a tal foi obrigado, — coube a tarefa, por isso, superior às suas forças.

Se nós, em verdade, perlustramos as mais variadas províncias do saber, dela saimos convencido de que a vida é pequena para estudar a fundo uma só delas e mais convencido ainda de nossa profunda ignorância, de nossa mesquinhez ante as grandiosas manifestações divinas em todos os recantos da natureza, em todos os ângulos da vida e do que ela nos apresenta, sob todos os aspectos.

Certa ocasião, Carlos de Laet falando da obra e da ciência de Medeiros e Albuquerque, seu colega da Academia Brasileira de Letras, disse que a erudição do ilustre autor de MÃE TAPÚIA semelhava vastíssimo lago espelhante mas que se atravessava, em todas as direções, com água apenas pelo tornozelo.

O que a nós, na dispersão de estudos a que fomos obrigado, nos ficou da ciência não chega a ser lago espelhante: é mais parecido a póça que teve água, mas tão pouca que, com o tempo, se não secou de todo, ficou, apenas, encobrindo os calháus do fundo.

Foi por isto, certamente, por essa aparência, que nos escolheram para saudar, aqui, o cientista notável, o naturalista emérito que é o Revm.º P. Blduino Rambo, moço anda ,e cultura inconteste desse laboratório de sábios e beneméritos que é a grande Companhia de Jesus, cujo nome pronunciamos, sempre, com carinho e veneração profundas.

Não é, portanto, sem receio imenso que, cumprindo ordem aliás desvanecedora, aqui estamos enfrentando vossa atenção, vossa crítica, para dizer-vos da óbra e do mérito deste amigo e mestre e dar a êle, em vosso nome, no de nosso Instituto, as bôas vindas.

A COMPANHIA DE JESUS

Falar em cientista é recordar toda aquela plêiade magistral de sábios que ilustram e enobrecem a história da Humanidade. E recordá-los é vêr, sempre, entre os primeiros, com relêvo todo especial, os humildes roupetas de Santo Inácio invadindo, com proficiência invulgar, todos os recantos do saber humano.

D'Alembert, adversário terrivel dos jesuitas, atendendo à voz da razão, declarou:

"A Ordem cultivou com êxito a história, a arqueologia, a geometria e a literatura: raras são as disciplinas em que não fulgurem, na vanguarda, seus representantes".

O Dr. Daniel Ortega Ricaurte, nosso consócio, geógrafo, historiador e pensador colombiano escreveu:

"O esquadrão de Loiola, fator do progresso do mundo, distinguiu-se no decurso de seus quatro séculos pela grandeza de suas obras e pela organização de seus trabalhos... e onde tremúla o estandarte da Companhia é o lugar do mais renhido combate e onde se encontram os mais cobiçados laureis que se póde alcançar".

A Companhia de Jesus deu, em todos os tempos, e a todos os povos, sábios, santos e artistas. E' que carinho especial sempre mereceu, e merece, a preparação científica de seus membros. E dela, dessa preparação cuidadosa, brotam os santos herois da civilização, e os Marquete, descobridor do Mississipe; Paéz, descobridor das nascentes do rio Nilo; Acuña, primeiro explorador do Amazonas; Mariana, o "Tito Livio espanhol", May paléografo número um; Ravignan, Bourdaloue, Hervás, Amiot, Dadey, Ricci, De Clávio, Kircher, Grimaldi; astrônomos como Secchi e Vico, e os imortais Doutores da Igreja Canísio e Belarmimo, e apóstolos da têmpera de Francisco Xavier, de Pedro "escravo" dos negros", de De Smiths, de Nobrega, de Anchieta e tantos outros, sem contarmos os nomes destes que nos cercaram, que conosco conviveram, como Haffkemeyer, Teschauer, Werner, Schupp... todos já na eternidade. E, aqui presente, este nosso queridíssimo padre Jaeger, que todos nós veneramos na caplinha de nosso peito.

E' desse cadinho, senhores, que nos vem, agora novo confrade: o reverendo padre Balduino Rambo.

A OBRA DO MESTRE E DO NATURALISTA

Certo historiógrafo, não nos recordamos qual, disse que há muita gente que prefere ao pó dos arquivos ou museos e das sendas dos naturalistas, o suave pó de arroz, que amacia e perfuma a péle...

O Revm.º padre Balduino Rambo não pertence ao número, infelizmente grande, dos repetidores — eruditos não ráro, mas que jamais entraram em arquivos; que jamais subiram serras e montanhas; que ja-

mais penetraram matas ou percorreram correntes de água; que jamais viram de perto o hinterland, a terra e o homem verdadeiramente nacionais, ou, quando muito, limitaram suas observações pessoais aos centros urbanos ,cômodos e faceis, como costumam fazer os viajantes apressados, esses de que nos fala o padre Dominicano francês Marie H. Tapie, "que param á entrada do sertão, isto é, onde termina o conforto e a segurança, e começam as privações, os perigos, os sofrimentos", mas que, apezar disso, de volta à pátria de além-mar, "contam o que viram, o que pensaram vêr e até mesmo o que ignoram."

Não, senhores: nosso novo consócio, mais do que em casa, no conforto do gabinete, viajou, percorreu, como verdadeiro naturalista, tudo quanto a natureza fertil, encantadora e plena, sempre, de surprezas de toda espécie, proporciona àqueles que a buscam, que a perscrutam em íntimo contacto.

Daí suas óbras cheias de verdade, repletas de vida, e ricas de ensinamentos.

Não foi sem razão que o prof. Francis Ruellan, da Universidade do Brasil, conforme informação que nos deu professor adjunto do insigne mestre de Geografia humana, declarou que a óbra do Revm.º P. Rambo era magistral e que sua **Fisionomia do Rio Grande do Sul** era óbra de mestre incomparável.

Realmente, examinando-se tudo quanto o ilustre confrade escreveu, não nos é lícito discordar do parecer do professor Ruellam, parecer tanto mais expressivo porque dado sem conhecer siquer o autor e sem que lho solicitassem.

Vasta, e sempre igual porque composta com a preocupação única da verdade naturalistica, é a óbra do arguto cientista, o Revm.º Padre Rambo.

Sua primeira produção maior após diversos ensáios menores, foi excelente monografia sôbre **Líquenes**, publicado em 1931, no Relatório do Ginásio Anchieta .

Vejamos, porém, tudo quanto, de importante, escreveu e publicou na sua já brilhante carreira de cientista:

a) Geologia e Geografia:

1 — A fisionomia do Alto Uruguai. — Relatório do Ginásio Anchieta — Pôrto Alegre — 1935.

2 — A estrutura da Serra nas bacias do Caí e do Rio dos Sinos — Anais do II Cnogresso de Historia e Geografia Sulriograndense — Pôrto Alegre — 1937.

3 — A fisionomia do Rio Grande do Sul — Viagens de Estudo. — Relátorio do Ginásio Anchieta — Pôrto Alegre — 1938.

4 — Aspectos do Brasil — Viagens de Estudos. — Relatório do Ginásio Anchieta — Pôrto Alegre — 1940. Reeditado na Revista do Insti-

tuto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — III/IV. Trim. de 1943.

5 — A fisionomia do Rio Grande do Sul. — Ensáio de monografia natural. — Imprensa Oficial. — Pôrto Alegre—1942. — Sua óbra principal.

b) Botânica:

1) Líquenes. — Relatório do Ginásio Anchieta — Pôrto Alegre — 1931.

2) Líquenes "megapotamici" — Brotéria, vol. IV, vol. V e vol. VI. — Lisbôa — 1935, 1936 e 1937.

3) La flora del Alto Uruguay. — Revista Sud Americana de Botânica — vol. II. — Montevidéo. — 1935.

c) Zoologia:

1 — A caranguejeira — Relatório do Ginásio Anchieta — Pôrto Alegre — 1933.

2 — Elementos de História Natural para o 3.º 4.º e 5.º anos seriado. — Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1935 a 1937. (Ha várias edições.)

3 — Eciton praedator. — Relatório do Ginásio Anchieta — Pôrto Alegre — 1941.

d) Diversos:

1) Clima, flora e fauna de Pôrto Alegre. — In "Porto Alegre — Biografia de uma cidade". — Pôrto Alegre — s/d. (1940).

Diversos trabalhos didáticos figuram na relação acima, destacando-se por sua finalidade os três compêndios de História Natural que são dos melhores até hoje publicados em português, porque se não limitam, como no geral, a repetir, traduzindo, óbras alhêias. Ha, nêles, originalidade, personalidade, produtos como são do estudo e da observação.

Aliás, a observação é a base de toda a óbra do Rev.º P. Balduino Rambo. Leia-se qualquer delas: os estudos sôbre os Líquenes, sôbre a flóra, fauna, e, principalmente seus magistrais estudos geológicos e geográficos a que de modo especial se consagrou nosso erudito e emérito confrade.

O trabalho oficial, **O Caracter da Flora Riograndense**, com que se apresenta nesta casa o Revm.º Padre Rambo é digna de figurar entre os melhores ensáios, no gênero, sôbre a flora gaúcha .

Produto de observações pessoais, aliado às lições dos mestres que refere, esta "conferência", magistral síntese científica, honra sobre-

modo nossa querida instituição e a todos nós porque irá provar que nosso Instituto não despreza os verdadeiros valôres, mas que, bem ao contrário, não só lhes dá acolhida, como os incentiva a prosseguir na árdua senda escolhida.

Se, em verdade, como afirma André Gide, muito mais se aprende na natureza, ao contacto dos seres, do que nos livros e, principalmente conclui, na sociedade onde tudo é sofismado, — não menos verdade é que, em companhia de mestres como nosso Revm.º Padre Balduino Rambo, não pequeno será o proveito para nós, para o Instituto, para os estudiosos em geral, porque êle, observador atento, com sua inteligência de escól e cultura científica sólida, suprirá bem o contacto directo da natureza que nem todos nós, na agitação da vida moderna, dependentes como somos, poderemos desfrutar como se tornaria mister.

Felicitêmo-nos, portanto, pela brilhante aquisição que nos proporciona o convívio diréto com o cientista de mérito, mestre inconfundivel que nos engradecerá com suas lições preciosas nos vários ramos da encantadora e dificil história natural.

O homem que vive em contacto com a natureza, é sempre poeta, poeta dentro da verdade científica, embóra nunca tenha escrito um só verso.

O naturalista, em geral, não foge a essa regra.

Ouvi-o neste excerpto de **"A Fisionomia do Rio Grande do Sul — Viagem de Estudo"**:

"Quem, nestes dias de transtôrno cataclísmico do solo riograndense (refere-se o P. Rambo ao mesozóico), se postasse nos montes graníticos mais elevados da Serra de Encruzilhada e olhasse para o norte, veria as marés enchentes das lavas bassálticas e melafíricas avançarem cobertas de escórias e explodindo em erupções de gazes inflamados, lançaram-se em catadupas de fogo sôbre a borda do planalto levantada pelas erupções anteriores, e morrerem paralisadas nos combros de areia da atual depressão central".

Não é bela, poética, na simplicidade da frase, esta descrição da luta entre os elementos no longínquo triassico, ao qual pertence o mesozóico?

Ouvi ainda esta definição magnífica das gramináceas que como os líquenes, vivem onde nada mais tem vida:

"São, à maneira dos líquenes nos blocos de granito, pioneiros da vida à margem da morte."

"Pioneiros da vida à margem da morte"... Em verdade é o que se dá. Vede as adustas práias oceânicas do Rio Grande: que encontrais? Areia... areia... desolação... deserto... E, de repente, aquela faixa verde junto aos cómoros mais fixos, lutando com a morte do deserto que se estende até a praia de água salgada.

Mal comparando, termina ali, onde a vida vegetal começa, a cidade e se abre a porta ampla e maravilhosa do sertão, da campina, da na-

tureza sempre em festa, mãi dadivosa de braços abertos constantemente para aqueles que a querera, que a amam.

Senhores.

Ai tendes, mal apresentado, mas apresentado de coração o mestre insigne, o naturalista, o cientista que, modesto e simples — cérebro gigante e coração de criança —, se esconde sob essa tão gloriosa quanto humilde roupeta de jesuita .

Moço ainda, longe irá quem assim começou. A natureza já lhe pertence quasi toda, e o futuro, incontestavelmente, para glória nossa, honra e glória da companhia de Jesus e do Brasil.

Revm.º Padre Balduino Rambo.

Falta grave, perante V. Revm.ª bem sabemos, acabamos de cometer .

Dela, porém, não nos penitenciamos. Lamentamos, isso sim não nos ter sido possivel corresponder á altura da incumbência honrosa e grata deste momento.

Humilde anú perseguindo o vôo alteroso do condor, não atingimos a meta. Faltou-nos o alento — a ciência e a arte.

Mas, graças a Deus, não fraquejaram a alma e coração que si não faiaram, entoaram, silenciosamente, a oração imensa da amizade e da admiração de todos nós que aqui estamos para abraçar cordialmente a V. Revmª. repetindo a frase de nosso velho gaucho: — Buenas, amigo! Abanque-se no mais que a casa é sua.

DOCUMENTÁRIO FARROUPILHA (*)

I

Documentos sôbre impostos votados pela Assembléia Provincial

Senhor Juiz de Paz — Não he possivel vos seja occulto Sñr. os malles que depronto pocluão os moradores deste Municipio anão aplicar no= lhes remedio. Apenas teve lugar apublicação dos direitos, ou impostos, Legislados pela Assemblea Provincial úm clamor geral se apossou tanto deste povo, que a consternação não exceptuou alguem. O fazendeiro brada pela disproporção do imposto em suas terras Decreto numaro quátro, artigo trez paragrapho primeiro, que suposto sejão do mesmo espasso crião crião maior maior ou menor mumaro de animaes segundo a qualidade do Campo; Sua natureza, configuração, pasto, e circunstancias, tendo de pagar o mesmo imposto ocriador de quinhentas reses, o odevinte mil, e este mesmo vai pagar a afilação depesos, emedidas sem ter mais doque bois avender como mostra o Artigo quantro do Decreto numaro nove. Olaborioso Chacreiro, classe sempre necessitada vai pagar de suas terras emproporção do opulento fazendeiro amesma taxa, ea firição do que não vende. O proprietario cavalheiro, acostumado atratar-se com asseio infeitando os jaezes de seu Cavallo com prata, ora hé pricado uzar doque lhes pertence pelo imposto de dois mil reis Decreto numaro nove artigo tres paragrapho sete; O Commercio defasendas alem do antigo tributo de doze mil mil e oitos reis para o Banco, pagará agora doze mil e oito centos reis mais para mascateár pelo Citado Decreto no mesmo artigo paragrapho sette, acrecendo aumentarse a afilação alem do dobro. O Commercio de molhados alem dos tributos pela Assemblea Geral soffre agora o aumento de afilação, o imposto quarenta reis por canada nos ilquidos espirituozos; a mesma taxa nos liquidos alimentares paragrapho dois, etres do artigo dois Decreto nove; mil reis por Alvará delicença paragrapho Sete do dito Decreto;

(*) — Os originais estão conservados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. — A cópia é fiel.

epelo Decreto numaro quatro artigo dois, etres sobre os mais Direitos pagará vinte por cento mais na aguardente Nacional; ecincoenta mil reis pelo paragrapho quarto vendendo aretalho bebidas espirituozas; o mesmo mencionado Decreto numaro quatro artigo tres paragrapho tres manda pagar cincoenta mil reis onegociante a retalho que tiver caixeiro estrangeiro, recaindo opezo dezigual ao negociante precipiante ou medio; enquanto que fica livre o grande negociante, e o estrangeiro. Aisto se a cumulla nos generos de exportação vinte reis por cabeça degado morto em Charquiada Decreto numaro nove artigo unico.
Opovo engeral exclama que enquanto nas mais parte a exemplo de muitas Naçoens, o Governo institue theatros passeios, jogos, efestejos publicos para suávizar aos Cidadãos nos ardores de seus trabalhos, aqui porem pelo Decreto numaro nove artigo terceiro paragrapho sete como que para destruir os unicos intertinimentos que nos distrahem sevai pagar vinte equatro mil reis por armar theatro, queimar fogos de artificio, ou qualquer outro devertimento, muitas vezes de menor vallor que ataxa; dez mil reis decada carreira de Cavallo, quando as vezes nem atanto chega seu vallor; e enfim quando os reprezentantes esperarão ver alliviados o subsido literario notalho dos asougues, agora se augmenta o imposto dequinhentos reis em cabessa neste unico necessario, e imfalivel recurço de alimento; afim omanda o artigo terceiro paragrapho quarto Decreto numero nove.

Posto que não seja a inteção dos representantes entrar em analiza sobre taes Decretos, contudo evidentemente é demonstrado que todos esses impostos directa, ou indirectamente tem apagar opovo, cuja massa geral se compoem demercenarios artifices, epobreza.

Estes, e outros erão os clamores geraes que seouvião te que esmorecidos os negociantes de molhados feixarão suas portas, unico recurso mormente da infeliz pobreza; então afome reforma novo clamor con tanta vehemencia que pressagia funestas consequencias; e os negociantes attentos ao seuprejuizo, atal clamor sediscussão dizendo ser tão pezadas estas medidas Legislativas, que lhes absorve oslucros, e á Alguas parte de seusprincipaes. Porem Sñr. por mais que se conheça os justos motivos do Commercio, nem por isso lhe omeio que devem seguirm ereconhecendo s reprezentantes que odireito depropriedade he inviolavel, e garantido pela constituição: contudo aplicando V. S.ª medidas persuacivas talvez venca vender-se ao povo onecessario sustento, conquanto que V. Sª dirija estas nossas suplicas aquem possa remediar taes malles; por isso uzando do direito depetição sendo vós a autoridade mais proxima, e emediata anoz, vos rogão os suplicantes que tomando emconsideração o expendido se digne dar as providencias a seo alcance pois que ha dias seachão as vendas feixadas; para que sem constragimento dosdireitos de nenhum Cidadão possa opovo não ficar exposto ao flagelo dafome, e dezesperação. Os suplicantes esperão tranquillos — Receber Justiça — Compareção as tres horas datarde de hoje na

Salla das audiencias. Cachoeira dezaseis de Sptembro de mil e oito centos e trinta e sinco noqual deliberou o Juíz por estas formaes palavras = Gonçalves — Seguia-se otermo de audiencia com dacta de 16 de septembro de 1835, Avista doque disse o Juíz que hia ja pedir erogar a Camara Municipal; afim de que esta, unida a este Juizo as fação subir ao Throno Imperial de S. M. o Snr. D. Pedro segundo, que como chefe, creador da Nação mandará minorar taes tributos, que tanto no vexão, e espera o Juiz de Paz que tranquillos como sois, espereis sua deliberação, doque fica certo. Estava subscripto pelo Escrivão Estevão Candido de Carvalho, e a rubrica — Gonçalves do Juiz, Seguião-se cento ececenta e cinco assignaturas depunho, e noventa ehum assignados de cruz, e subscrito pelo mesmo escrivão.

*

Está conforme

G. F. Glz.

EDITAL — O Cidadão Gaspar Francisco Gonçalves, Juiz de Paz Central desta Vella Nova de S. João da Cachoeira. E. tscetra. Faz Publico apublico aprezente suplica pela maneira seguinte — Briozos Cachoeirenses! O Juiz de Paz desta Villa conhece tão bem como vós que as leis são a espozição da vontade geral da Nação; está firmemente persuadido que quando forem opostas avontade geral, tem necessariamente de encontrar mil obstaculos em sua execução, e por fim cahirem ou serem completamente redigidas pelo Legislador; está igualmente convencido deque nenhuma Ley deve ser estabelecida de não em utilidade do Publico. Apezar porem da infabilidade destes principios a Politica do Brasil, os Escrptores que lhe hão dado direção, tem-se pronunciado dicididamente contra todos aquelles que fazendo aplicação dos Citados principios. tem a energia de se oporem a execução de qualquer Ley arbitraria, ereconhecidamente injusta. Fundado nestas razoens poderosas, cuja evidencia não podereis negar, o Juiz de Paz desta Villa aprol não só do socego vosso, como mesmo para que espiritos tresloucados não invertão vossas ideas, e derramem sobre vossa conducta ofel da malidicencia, pede-vôs, suplica-vôs eroga-vôs em nome da Patria, da vossa honra, e carater conhecido que não marcheis por outra vereda senão pela que indica o § 30 do Artigo 179 da Constituição do Imperio. Sim, Cachoeirenses, uzai do Sagrado Direito depetição; eu acolhendo gostozo vossas suplicas com o paladio da Camara Municipal desta Villa vamos fazer subir a Assemblea Geral Legislativa, os males que vos resultão da execução dessas leis deffituosas da nossa Assemblea Provincial, nascidas talvez damá escolha de alguns dos Deputados Provinciaes que incautos ellegemos; econtão sertas que vossas queixas serão ouvidas, e vossas razoens não serão desprezadas. O Juiz de Paz fica serto deque ávista destas razoens, todos os negociantes demolhados abrirão depronto suas portas, e continuarão tranquillos como dantes em seu Comer-

cio afornecer ao povo o generos que tanto necessita, esem os quaes difficil-he passar, etras consigo scenas horrorozas que podeis imaginar. O Juiz de Paz assim espera suceda. E para que chegue ao conhecimento do publico sepassou oprezente que será publicado, e afichado no lugar do custume, evai selado com o sello deste Juizo.
Cachoeira dezacete de Septembro de 1835. E eu Estevão Candido deCarvalho Escrivão do Juizo de Paz central que escrevi — Gaspar Francisco Gonçalves — vai sem Sello ex-cauza — Gonçalves.

Está conforme

G. F. Glz.

Ilmo. Snr.

Ainda recentes as cicatrizes provenientes do dano, emalles causados pela maneira com que seprocurou extinguir amoeda decobre; eis que os Decretos ns. 4 e 9 de 27 de Junho pp. da Assemblea Provincial denovo sensibilizarão, e comoverão os animos abatidos cauzando tal choque que cada hum procurava vender seos bens; dezesperados attribuirão aimpozição detaes direitos para aniquilar a Provincia, augmentar o Sallario aos empregados, ecriar-se hua força de Sete centos Soldados ao caprixo dos Juizes de Direito; he voz geral.

Certamente aparecem direitos, e taxas alli justas, mas com dizigualdade. 1.° ataxa de 10$000 rs. em legoa quadrada de campo sendo justa, aparece desporporcionada: quando setornaria igual sendo sobre aprodução por Cabessa, ou pelo numaro de bois decorte, que vendesse o creador. 2.° Nenhua repugnancia de office a affilação apezar de augmentada sefosse apagar somente de objectos que setiver de vender. 3.° Muito louvavel seria ataxa de 50$000 rs. ao negociante á retalho que tiver Caixeiro estrangeiro, sefosse igual emproporção para os negociantes deatacado, e para as cazas estrangeiras. 4.° O Alvará delicença para vend de 1$000 reis he grande inda que toleravel; mas he extraordinaria alicença para vender fazendas. 5. Alicença de Theatros, fogos, & sendo tão justa sefaz irrazoavel por exceciva no vallor. 6.° A de 10$000 reis por carreira a cavallo melhor converia a ser emproporção do seu vallor:.

Emquanto se encarão justos estes impostos no cazo de passarem com algua aprol do bem geral, aparecem os demais direitos muito apressivos; por quanto a aguardente que ja paga o tributo pela Ley da Assemblea Geral, ter depagar agora 40 rs. por canada (Decreto N° 9 Artigo 3° § 2°); mas 1:000 rs. por pipa em Santo Antonio, onde sefabricão; epelo Decreto N° 4° Artigo 1° §2° vinte por cento; e 50$000rs. emfim pelo § 4 do citado artigo direitos estes decerto pezados, quando sendo fabrico deprodução do paiz inda carece ser animado, e pela mesma maneira os quarenta reis do /3 Artigo 3 Decreto N° 9. está na mesma mão de ser

igualmente abollido, ecortado: enada menos os quinhentos reis por cabessa no talho de assougue, recurso tanto necessecario, como indispensavel.

Não achando-se allivio nestas, e outras consideráçoens, atterrados os negociantes demolhados feixarão suas portas; eprivado todo hum povo do recurso alimentar, pouco faltou achegar ao extremo da fome, e desespero: te que impellidos pela fome em massa recorrerão aeste Juizo com todo o respeito pela petição junta, se estas suplicas, e o rezultado que as seguirão, documentados pelos fatos que eu via, poderão enternecer-me; não foi menor o effeito que comoveo aos negociantes omeo edital anexo, fazendo abrir depronto suas portas, confiados na promessa, com que lhes asseverei, attender aprimeira autoridade da Provincia as necessidades deste povo pelo nosso conducto.

Este o facto que teve lugar no dia 16 do mez proximo passado; e então pode ter hua equivoca prova dorespeito, etranquilidade, que careteriza o povo, a quem melinzogeo pertencer.

Lembrado ser do nosso dever manter atranquilidade publica, e promover sua conservação convido, esuplico a V. S.s. para que como orgão deste povo fação subir tão justos clamores ao Exmo: Vice-Presidente, que decerto com movido fará ajustiça, que todos esperão. Deos Guarde a V. Sas. Cachoeira doze de Outubro de mil e oitocentos etrinta esinco — Ilm.os Snres. Presidente, emais vereadores da Camara Municipal — Gaspar Francisco Gonçalves.

Está conforme

G. F. Glz.

*

II

Documentos sôbre medidas de segurança e abastecimento

Illmo. e Exmo. Snr.

A Junta Policial convocada em virtude do artigo 1.º § 5º do Decreto de 23 de Março de 1833 para providenciar sobre os meios de manter a segurança e tranquilidade publica, resolveo como huma de suas primeiras medidas, que se communicasse a V. Excia. a necessidade que ha de tornarem a ser recolhidos a prizão os pronunciados pelo crime de rebellião que V. Excia., tem soltado com fiança, certamente por não saber a natureza de seus crimes, e estarem elles affectos ao Poder Judiciario: sendo a razão que teve a Junta Policial para tornar este expediente o conhecimento do perigo, que se seguia dessas solturas, por que

os animos se tinhão azedado, e a não haver providencias era facil haver huma explosão que comprometesse a tranquilidade da Capital. Resolveo em segundo lugar recordar a V. Excia. a conveniencia de sutar-se a vinda para esta Cidade dos suspeitos que forão enviados para o Rio Grande com o fim de serem deportados, que diariamente estão aqui chegando, vindo com a sua prezença augmentar as difficuldades da situação dos Legalistas, que tendo a combater os rebeldes que tem emfrente, esfrião em seu ardor, e concebem hum temor bem fundado de verem-se repentinamente surprehendidos, se por ventura continuar-se a encher a Cidade de homens suspeitos, e se para obviar a isto não se tomar a medida indicada, que a Junta Policial julga dever ter lugar em quanto durar o sitio. Do papel junto verá V. Excia. as outras medidas que se tomarão, e que a Junta Policial submete ao conhecimento de V. Excia.

Deos Guarde a V. Excia. Porto Alegre 2 de Agosto de 1837.
Illmo. e Exmo. Sr. Feliciano Nunes Pires
Prezidente desta Provincia.
Pedro Roiz Frz. Chaves
Chefe interino da Policia.
Dom°s. Joze de Al. Basto
Juiz Municipal
Manoel Joze da Camara
Juiz de Paz do 2° Destr .
Joaquim Lopes de Barros
Juiz de Paz de 1° Destr°.

TERMO DA JUNTA POLICIAL — Aos trintas ehum dias domez deJulho de mil oito centos etrinta esete annos nesta cidade de Porto Alegre em cazas de Morada do Doutor Juiz de Direito chefe de Policia interino Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, esendo ahy presentes as Authoridades Policiaes, o Juiz Municipal Domingos Joze de Araujo Basto, os Juizes de Paz, do primeiro Destricto Joaquim Lopes de Barros, eo do Segundo Destricto Manoel Joze da Camara, para o fim de conferenciarem sobre meios demanter asiguransa etranquilidade publica naforma do art.° 1° § 5° do Decreto de 29 de Março de 1233 resolverão asseguintes medidas.

1ª

Officiar ao Exm°. Prezidente afim de fazer escolher aprisão os pronunciados pelo crime derebellião que tem sido soltos por ordem desua Excia. sertamente por não saber estarem elles affecto ao Povir Judiciario, visto que estas solturas alem de contrariar a Ley tem algum

tanto azedado os animos, epodem comprometer aseguransa da capital. Por estas mesmas razoens fazer chegar ao conhecimento do Exmo. Presidente anessessidade que há denão deixar voltar para esta capital enquanto sitiada ospresos que forão remetidos para o Rio Grande para serem deportados.

2ª

Espulsar para fora da Cidade todas as pessoas suspeitas na conformidade do art.º 116 do Cod. do Processo.

3ª

Ninguem poder andar pelas ruas depois dasnoves horas em noutes escuras sem luz excèptuadas as patrulhas ou outro qualquer pessoa que vá emservisso publico.

4ª

Não poder nenhum escravo andar depois das nove horas danoute sem bilhete desseu Senhor pena ser conduzido a cadeia, elevar sincoenta asoutes sendo depois entregue aseu Senhor.

5ª

Serem obrigadas todas as boticas, aconservarem-se abertas athe ameia noute, eque desta hora por diante sejão obrigados abril-as logo que seprocure remedios com urgencia com pena deserem processados como dsobedintes.

6ª

Não consentir que saia genero algum do comercio nem mantimentos dequalquer qualidade que seja para os lugares ocupados pelos rebeldes.

Asegurar Medidas ajunta Policial detreminou que fossem publicados por Editaes epela Imprensa Remetida as competentes authoridades. Epara contar lavrei este termo emqueassignarão perante mim Bento Joze de Farias Escrivão que o Escrevi — Pedro Rodrigues Fernandes Chaves — Juiz de Direito chefe interino da Policia — Domingos Jozé de Araujo Basto — Juiz Municipal — Joaquim Lopes de Barros Juiz de Paz do primeiro Destrito — Manoel Jozo da Camara — Juiz de Paz do Segundo Destricto.

Está conforme
O Excmo. Bento Joze de Farias.

Illm°. Exm°. Senhor

Pelos edictaes juntos, que offereço por copia a V. Excia. constão as medidas que a meu ver, devem ser tomadas em consideração nas acctuas circunstancias, a fim de manter-se a segurança; e prevenir-se o abastecimento publico: — Para dar-se andamento o que tracta da Policia da marinha a meu cargo, é somente mester que V. Excia. se digne recomendar á sua observancia, nos pontos em que têm de sedepositarem as canoas existentes, bem como ordenar, que diariamente se dê huma guarda de dez homens para o Trapiche d'Alf°. onde devem permanecerem sentinellas, e serem outras conservadas, diúrna e noúcturnamente: quanto porém, ao que tracta do deposito da farinha de mandioca, milho, feijão, e arroz; nada mais é necessario do que, que V. Excca. ordene terminantemente ao Inspector d'Alfandega, a entrega do armazem que fica logo a entrada d'ella, afim de serem n'elle arrecados todos os generos em ser no mercado, ou os que, para o dante a elle viérem; lembrando-se-lhe, que passe para outro armazem, todos os generos que ali existão, assim como, não devêr consentir d'óra emdiante, que se depositem em outro algum lugar os generos vindos de barra fóra, e que tem de serem de positados. Para de posito dos Charques, toucinhos, e graixa, basta que m'seja entregue o Armazem em que está a quartellado o Contigente vindo da Côrte, e que V. Exa., approvando as medidas por mim tomadas, a bem do abastecimento e comodidade Publica, faça com que surtão o desejado effeito, pois que só assim, poderá tornar-se o mercado, abundante, e cessar o avultado enteresse com que se lucupletão os atravessadores, em detrimento das fortunas e miseria publica, o que cumpre sempre evictar em occasioens taes, como as em que nos achamos na presente crise. Hé só, com as medidas tomadas a respeito dos charques, que se poderá reconhecer, e evitar a fraude que tem havido na medida tomada pelo antecessor de V. Exca.; e he somente com ella, que o commercio deixará de ser obrigado a contribuir para abastecimento Publico, com maior quantidade de charque, do que é realmente necessario. Muito golgarei que os meus tenues esforços, forem acceitos por V. Exca: e a inda mais folgarea, se elles concorressem para sanar os males que soffrem os habitantes desta cidade, em cujo bem estar, eu não duvido sacreficar todos os momentos do meu repouso. Deos Guarde A V. Exca. Porto Alegre 21 de Novembro de 1837.

Ilm°. e Exm° Antonio Elisiario de Miranda e Britto, Presidente desta Provincia

Francisco Luiz da Costa Gumes.
Juiz de Paz do 1° Districto.

*

O Juiz de Paz do primeiro Destricto desta Cidade, a cuja Jurisdicção pertence a marinha faz saber a quem convier que segue viagem para. a qual conduz os generos, e as pessoas abaixo declarado
Ptrão
Carga
Marinheiros
Passageiros

E para que possa seguir, depois de se ter apresentado ao registro do ancoradouro, mandei passar-lhe a prezente Portaria.

Porto Alegre de 1837.

Illm° e Exm°. Snr.

Tive a honra de receber hua Circular de V. Exc. contendo as medidas, que V. Exc. se servio por em rigor p^a^. abviar. o commercio, e exportação de generos de qualquer natureza que sejão dos pontos legaes desta Provincia p^a^. o territorio occupado, pelos rebeldes; sob qualquer pretexto, que a os mesmos possão ser mandados. He o que se-me offerece communicar a V. Exc: assegurando a execussão plena, e fiel das suas Ordens na parte que me toca. Deos Gde. a V. Exc. como nos-he mister. Taim 10 de Agosto de 1839.

Illm° e Exm°. Presidente Saturnino de Souza e Oliveira.

Bernardo Faust°. Ferr^a^.
Juiz de Paz.

VELHOS DOCUMENTOS RIOGRANDENSES

Copiados e anotados pelo DR. MANUEL DUARTE.

A IRRUPÇÃO DOS INDIOS

no Destrito de Baqueria, em 1779

(Correspondencia de Veiga Cabral para o vice-rei Luiz de Vasconcelos)

"Dezenganando me V. Exa. por Carta de 26 de Setembro proximo passado, haver acontecido no destricto da Vacaria, pertencente a este Governo o facto com que o Snr. Vice Rey do Rio da Prata argumenta, mostradose persuadido das supostas ostelidades, que receberão de alguns Portuguezes os Indios das vizinhanças do Uruguay, Paraná, cujas equivocas confrontaçoens produzirão indespensavelmente oerro com que reprezentey a V. Exa. sucedido dentro dos Lemites da Capitania de Sam Paulo ofacto referido: devo expolo a V. Exa. como foi na realidade, ecomo he constante atodo este Continente.

Poucos mezes antes da minha chegada exprimentarão os moradores eas Estancias da referida Campanha da Vacaria, em duas ocazioens sucessivas os mais estranhos, eprejudiciaes insultos, que athe aquele tempo tinhão perpetrado as Naçoens barbaras de que abunda o Paiz, imediato, chegando ao excesso de se ajuntarem emtrossos formidaveis, compostos de varios centos de pessoas, para atacarem, como com efeito atacarão, ás referidas Estancias, matando não só todo o gado e cavallos, que encontrarão mas alguns escravos, que se não puderão salvar por meyo da fuga aque seus Senhores, eamayor parte das familias daquelle destricto, recorrerão pressepitadamente para conservar as vidas; porem estimandoas em pouco, conciderada a perca de todos seus bens, evendose obrigados apassar pela injuria de haver abandonado os Dominios de sua ligitima Soberana aimpulso de huns gentios, cuja cobardia setinha portão certa, que nem o seo avantajado numero lhes pode até então merecer concideração algua, animados, eprotegidos por alguns Officiaes de Auxiliares, procurarão recuperar operdido, rebater oinimigo, eembarassar atotal invazão que ameassava os seus estabeleci-

mentos, associandose aesse fim numero proporcionado de paisanos, que naverdade conseguirão rechassar oinimigo em hum encontro que com elle tiverão apoucos passos: nesta ocazião seafirma haverem perecido sincoenta e tantos Gentios obstinados em senão entregar, ainda ao depois de frustradas todas as esperanças da sua defensa; mas não podendo com tudo isso tranquilizarse o animo daquelles assustados moradores, observando q. a irrução principiada tomava cada dia mayor corpo, inquietando-o com novas tentativas, assentarão, e terião conseguido evacuar os destrictos de Vacaria e de Sima da Serra, se eu expressamente os não prohibice, prometendolhe ossocorros de que necessitacem, sem embargo do que, he preciso confeçar agrande diminuição aque se achão reduzidos os abitantes de semelhantes terrenos, eficar capacitado disso mesmo examinando as relaçoens das respectivas Freguezias em que se achão situadas.

Não se pode negar embeneficio da umanidade, que seria possivel sem faltar adefensa natural haver poupado alguas vidas daquelles indomitos nacionaes; mas quem já mais pode evitar á mesma Tropa regular em ocazião decombate? Que valor e sevelidade será capaz deconcervar prezioneiros entre onumero dos vencedores outro suficiente a fazer mudar a sua Sena em hum instante principalmente oferecendolhe a conjuntura em lugar de Cadeyas e Grilhoens para seguralos, o dezerto da Campanha patria dos mesmos prezioneiros? Mais dificultoza ainda decombinar julgo eu adenominação que o Snr. Vice Rey do Rio da Prata lhes dá de vassalos de S. M. C., oque não carece produzir prova em contrario, depois de convir em que são Gentios habitantes em dezertos /eos primeiros habitantes/ adonde ainda não entrou o conhecimento da Religião, Ley, ou poder iluminado, cuja evidencia asaz manifesta o seo modo deviver satisfeitos alem dos fructos silvestres que lhes oferece o campo pela unica industria do Arco e da Flexa em que consistem todas as suas possessoens, porque em materia de vestidos e de Caza, não tem por ora descoebrto o meyo de exceder a natureza, alem de que cazo negado lhes conviece a qualidade de vassalos de El Rey de Espanha, parece não convinha por isso mesmo asua protteção ao Snr. Vice Rey do Rio da Prata, antes muito ao contrario o seu inteiro abatimento por seterem irigido inimigos do Genero Humano, e emparticular de hua Nação q.cultiva com a sua mais estreita amizade.

Estes conhecimentos derivados davos comua, dos clamores dos mencionados Povos tão justamente atemorizados, e das partes tanto por escrito, como de palavra que me forão prezentes por via de alguns officiaes da Tropa paga, e dos Auxiliares me tem feito adoptar o sistema de suspender por ora qualquer indagação, ainda extrajudicial do cazo de que estou tratando, prevendo que o mesmo seria saberem os moradores de Cima da Serra que havião sido /posto que com justo motivo/ punidos aquelles sugeitos aquem devem a sua conservação, e dos seus

bens, que dezertarem apezar de quaesquer esforços que eu fizece para empedilos, e reduzirem-me a consternação de conciderar dezamparados parte dos Dominios de Sua Mag. e.quejurey nas maons de V. Exa. concervar arisco da propria vida.

Dezembarassado, porem dos importantes objetos, que exvid.ás Reaes Ordens de Sua Mag.e.e as de V. Exa., fazerem prezentemente indespensavel aminha prezença nesta Frontr.a, intento transportarme aos Campos de Vacaria, etendo-os asegurado com destacamentos, eprovidencias competentes, espero reconhecer pessoalmente o que ha de reprehensivel na conduta dequantos individuos tem concorrido para dexordens, rezoluto anão deixar delito algum sem castigo proporcionado. Senão obstante tiver ainfelicidade de desmerecer aaprovação de V. Exa. no expressado modo de obrar edepensar, ficarmeha sempre a satisfação de não haver comprometido a autorid.e. e rectidão de V. Exa., devendo em taes termos, atrebuirse afalta de satisfação que exigir o officio do sobredito General Espanhol á mera produção do meu Lemitado descernimento que com tudo espero não implique com as provas mais decizivas daminha profunda obediencia econstante submissão as sabias detreminações de V. Exa.

Deos Guarde a V. Exa.ms.ans. V.a de Sam Pedro do Rio Grande, 9 de novembro de 1780.

Illmo E exmo Snr. Luiz de Vasconcelos e Souza.

Sebastião Xer. da Veiga Cabral da Camara".

Nótula:

Verificada a violenta irrupção guaranítica "nos fundos de Vacaria", (atual minicípio de Lagôa Vermelha) em fins do ano de 1779, na qual devastaram fazendas, dizimaram rebanhos bovinos, cometeram vários assassinios, em escravos, cujos senhores haviam conseguido fugir com suas familias, -seguiu-se ríspida reação da parte de moradores ameaçados, com o auxílio da Companhia Auxiliar da Cavalaria Ligeira, sob o comando do capitão Joaquim José Pereira. Nessa réplica foram imolados 78 índios, préviamente prêsos.

Falsamente informado sôbre a dolorosa ocurrencia, o Vice Rei do Rio da Prata interpelou o do Brasil, ao qual alegou tratar-se de "vassalos de Sua Magestade Católica", e esta circunstancia leva a crer que, dada a tremenda confusão de limites entre as duas corôas solares da Ibéria, ainda supunha o Vice Reinado do Rio da Prata, em 1780, que a vastissima região de "Baqueria de los Pinares", dos Jezuitas, pertencia aos domínios de Espanha.

Luis de Vasconcelos e Souza pediu explicações ao governador da Comandância do Rio Grande de Sam Pedro do Sul, brigadeiro Sebastião Xavier. A resposta deste energico, bravo militar e homem de Estado é

a correspondencia supra, cujo documento se divulga, por aludir a periodo e região pouco dilucidados ainda.

Aos desígnios espanhóis muito conviria a pósse e inteiro domínio da famosa rechã serrana, para ulterior fixação de fronteiras. Isto mesmo compreendeu Xavier da Veiga, quando acentuava que "corriamos o risco de nada menos que perdermos um dos mais importantes Destrictos deste Continente".

Concomitantemente, outro vulto excelso da administração lusitana, o qual percorreria o Riogrande português, de então, e escreveria a mais perfeita descrição de seu territorio e vias de comunicações comerciais e estratégicas, Francisco João Roscio, que encareceria a importancia de se vigiar e defender o Distrito de Vacaria:

"Até agora (1781) nenhuma attenção tem havido a respeito dos campos da Vacaria ou de Cima da Serra tão destacados e tão dificeis de se entresocorrer por sua situação, já expressada, e que dão franca e bôa entrada da parte das Missões Espanholas as quaes são bem assistidas por sua franca navegação com as provincias confinantes do Rio da Prata; e donde se pode ajuntar gente e munições sem serem presentidos nem averiguados; e se pode por estes campos picar a comunicação de todo o Continente do R.Gr. por terra naquela picada ou estrada do rio Araranguá; e para expulsar qualquer força que se apodere destes lugares que podem tão francamente ser socorridos dos Dominios de Espanha, não é tão facil no estado em que se acham os estabelecimentos portuguezes". ("Compêndio Noticioso", Rev. do Inst. Hist., III e IV vol. do año 1943, página 54).

Apontamentos sôbre o Teatro no Rio Grande do Sul e Síntese Histórica do Teatro Sete de Abril, de Pelotas, que serviu de Quartel dos Farrapos

Com o advento do 7 de Abril de 1831, principiando o Brasil a ser governado pelos brasileiros, iniciou-se no país uma nóva era.

Na província do Rio Grande de S. Pedro do Sul houve geral contentamento, e, entrando esta numa fase de franca prosperidade, nóvos empreendimentos surgiram. Entre estes inclue-se a construção de teatros: o 7 de Setembro, na Vila do Rio Grande; e, na ainda Freguezia de S. Francisco de Paula — em 1835 elevada à categoria de cidade de Pelotas — o 7 de Abril que na época ocuparia posição de relêvo entre os congêneres do país, confórme veremos adeante.

Abrindo um parêntesis, citaremos, de passagem outros melhoramentos públicos dessas duas localidades do sul da Província. Referindo-se áqueles, dizia o Jornal do Comercio, do Rio de Janeiro, a 26-3-1833, transcrevendo notícia do Propagador da Indústria Rio-Grandense — periódico fundado na Vila do Rio Grande pela Sociedade Promotora da Indústria, para ser porta-voz sómente dos interêsses industriais, e dirigido pelo bacharel em Coimbra, José Marcelino da Rocha Cabral, também encarregado, pelo Govêrno, de organizar a estatística da Provincia, e que fundaria pouco depois no de R. de Janeiro o tradicional Gabinete Português de Leitura, a Beneficência Portuguêsa e o Despertador, periódico rival do J. do Comercio e de efêmera duração (1838-41): — "Não foi sem fundamento que temos louvado em um dos nossos números antecedentes o espírito público dos habitantes da Vila de S. Francisco de Paula. Enquanto outras províncias rivalizam em rusgas, e em intrigas, nesta disputam-se a glória, e as vantagens da abertura de canaes, dos desentupimentos de barras, das casas de Caridade, e associações de beneficência, de teatros, e outros estabelecimentos de pública e imediata utilidade".

Esses empreendimentos eram: o chamado "Canal da Barca", aberto por uma associação particular, para dar ao pôrto do Rio Grande acesso aos navios maiores, os quaes até então ancoravam na Vila fronteira de S. José do Nórte, de pôrto mais profundo; a inauguração da navegação

a vapor, em Setembro de 1832, pela Barca de Vapor — como então se chamavam os navios desse gênero — Liberal, construída em S. Francisco de Paula, no estaleiro do arroio Santa Barbara, por iniciativa de seus habitantes, especialmente Domingos José de Almeida, que para isso mandou vir dos Estados Unidos a caldeira e o maquinísta. Era o segundo navio a vapor que se construía no Brasil; o primeiro coubera à Bahia, em 1819, graças a iniciativa do Marquez de Barbacena, natural de Minas Geraes, como tambem Domingos J. de Almeida. À Liberal reservaria o Destino a primazia de inaugurar, na revolução Farroupilha, então requisitada e encorporada à força naval legalista a navegação a vapor nas operações da Marinha de Guerra do Brasil. Referia-se ainda o citado periódico, à constituição de uma sociedade, já organizada em S. Francisco de Paula, para empreender a desobstrução da barra do rio S. Gonçalo, o que viria permitir acesso a seu porte de navios de alto bordo; ao aparecimento da imprensa na Vila do Rio Grande, já com três ou quatro periódicos; à inauguração do hospital de Beneficência, transformado depois na atual Santa Casa; ao projeto de fundação da de S. Francisco de Paula; à construção dos teatros acima citados; etc.

O Tetro Sete de Abril iniciou a sua atividade no ano de 1831. Surgiu para festejar o acontecimento nacional do 7 de Abril: ascenção do Imperador D. Pedro 2.°, como se vê das seguintes palavras de Domingos José de Almeida, referindo-se este ao brilho das festas que, pela aclamação da Independência, se realizaram em S. F. de Paula, a 15 de Outubro de 1822, e para o que dispendeu aquele patrióta, com justiça considerado o "Patriarca de Pelotas" a avultada quantia, para a época, de dez contos de reis: "Outra alguma festividade celebrada de então a hoje em dita Cidade a excedeu em pompa e concorrência, a exceção da de 7 de Abril que a ela se aproximava e na qual tambem me coube parte especial pela cessão de um armazem em poucos dias convertido em um Teatro e precursor do que hoje existe por eu não assintir que suas portas fôssem fechadas a alguem..." (Rev. do Inst. Hist. e Geog. do R. G. do Sul, 1928, 1.° e 2.° trimestres).

Em O Brado do Sul, de Pelotas, de 24-6-1858 (col. do Inst. Hist. e Geog. do R. G. do Sul), do qual possuimos foto-cópia, em longo artigo intitulado "O Teatro de Pelotas" lê-se: "A história do teatro de Pelotas data de 1831. Uma sociedade dramática particular, desejando que maior número de familias pudesse apreciar seus trabalhos, e encontrar uma agradável distração mensal, o mandou edificar". A Sociedade referida era a Sociedade Sciência, cuja fundação se dera provavelmente no tempo do 1.° Império.

Já em 1827 se cultivava com carinho, na então Freguezia de S. F. de Paula, a música e a dansa, segundo o testemunho do Oficial do Exercíto Imperial, Karl Scidler (Dez anos no Brasil, Leipzig, 1835): "Grande recomendação ao forasteiro será saber tocar algum instrumento de musica, sobretudo piano, mesmo pouco, pois o piano se encontra em

todas as boas casas. As mulheres quasi todas tocam, embora mais de ouvido e prática do que por estudo regular; muitas falam um pouco de francês, como tambem na maioria dansam muito bem. Já os homens nêsse sentido, estão em inferioridade".

O numero de sócios proprietarios de cadeiras e camarotes, como se póde verificar no primitivo livro dos Estatutos, carinhósamente conservado pelo atual Presidente da Sociedade, Cel. Guilherme Echenique — elevava-se a 210, dos quaes 60 de camarotes e 233 de cadeiras (alguns o eram de cadeiras e camarotes).

Entre os fundadores se encontram os padres Cláudio de Sousa Mursa, José Perando de Carvalho e Lourenço de Sousa Ferreira; os doutores Joaquim José da Cruz Secco, Vicente José da Maia e João Alves Pereira, bachareis em Sciências Jurídicas pela Faculdade de S. Paulo; drs. João Baptista Figueiredo Mascarenhas, médico pela Faculdade de Piza, natural de Minas Geraes e primeiro Esculápio da Santa Casa de Pelotas; Thomaz Rodrigues Pereira, tambem médico; comendadores Antônio José de Oliveira Leitão, doador do quarteirão onde se acha a Beneficência Portuguêsa, Domingos Ant. Felix da Costa e Antônio José de Oliveira Castro; comerciantes, industrialistas, politicos, etc., entre os quais se encontram Antônio José Gonçalves Chaves, autor das Memórias Econômo-Políticas sôbre Administração Pública no Brasil, "oferecidas aos Srs. Membros da Câmara dos Deputados", notável trabalho no qual já naquele tempo, em 1822, tratava da abolição da escravatura no país; hospedou, Chaves, o sábio Saint Hilaire, merecendo dêste lisongeiras referências a sua cultura intelectual e o seu pomar, considerado pelo sabio francês "o maior visto no Brasil, se excetuar algumas quintas dos arredores de S. Paulo (Viagem ao Rio G. do Sul, A. Saint Hilaire); Domingos de Castro Antiqueira, Barão e depois Visconde de Jaguarí, possuidor da maior fortuna da região, havendo emprestado cêrca de duzentos contos de réis ao Exército Brasileiro por ocasião da guerra com os argentinos, e tendo dado 40 contos para as "urgências do Estado" na Guerra dos Farrapos; muito dedicado ao Imperador, hospedou-o quando de sua visíta em 1846; João Antônio Ferreira Vianna, pai do notavel jurisconsulto do Império, Conselheiro Ferreira Vianna; Elyseu Antunes Maciel, mais tarde doador do prédio para a Escola de Agronomia de Pelotas, fundada pelo Ministério da Agricultura ainda na Monarquía, em 1883, e até hoje existente e considerada o "verdadeiro berço" do ensino superior agrícola do Brasil, por isso que a Escola de S. Bento das Lages, da Bahia, antes daquela fundada, teve existência efêmera; Bernardino José Marques Canarim e José Vieira Vianna, os quaes, associados a Almeida e Chaves, promoveram a construção do 1.º navio a vapor da Provincia, e que inaugurou essa nova era nas operações de guerra da Marinha Brasileira, como foi dito acima; João Simões Lopes, pai do Visconde da Graça — êste, o principal encorporador da Cia. Hidráulica Pelotense e da Cia. Riograndense de Gaz (1875),

fazendo iluminar Pelotas, Rio Grande e P. Alegre; fundador da Bibliotéca Pública e do Asilo de Mendigos locais, bem como iniciador dos estudos da canalização do arroio Santa Bárbara, por êle custeados (projetos, plantas e orçamentos, pelos engenheiros Licinio Chaves Barcelos e Luis Wetzchell existentes no Arquivo da Prefeitura); João Jacynto de Mendonça, futuro Presidente da província de S. Paulo e senador; Joaquim J. de Mendonça, futuro presidente das províncias do Rio G. do Sul e de Sergipe; Miguel Rodrigues Barcellos, depois Barão de Itapitocai e Vice-Presidente da Província; Alexandre Vieira da Cunha, Presidente da Câmara Municipal, irmão de Joaquim V. da Cunha, bacharel por Coimbra, Juiz das Comarcas do Sul, Vice-Presidente mais de uma vez, representou o Rio G. do Sul na coroação do Imperador, D. Pedro II; Joaquim José de Assumpção, Barão de Jarau, possuidor de grande fortuna, foi o "banqueiro da ex-Província do Rio Grande", disse O País, do R. de Janeiro, por ocasião de seu falecimento; Manoel de Sá Araújo, cuja família hospedou os dois Imperadores do Brasil, quando de suas visitas a S. J. do Norte; José Antonio Moreira, Barão de Butuí, benemérito de várias instituições locaes de assistência social.

Segundo os Estatutos, delegava a diretoria a sua direção a 22 sócios, dos quaes 7 formavam a Meza Diretora e 15 o Conselho. Cada um dos 7 membros da Meza tinha encargos especiais, minuciósamente determinados. Ao Diretor-Presidente, ao Tesoureiro e ao Secretário cabiam as atribuições comuns a tais cargos. Ao Revisor competia examinar tôdas as Comédias, Tragédias e Farças, antes que fôssem à cêna, emendando-as, aprovando-as e reprovando-as como julgasse, sujeitando o seu parecer à Meza, que julgaria definitivamente. Ao Instrutor cabia escolher, entre as peças que estivessem aprovadas pela Meza, aquelas que melhor lhe parecessem e distribuir as partes delas aos sócios que as representassem. Ao Guarda-Roupa incumbia ter sob sua responsabilidade todo o vestiário, alfaias e mobilia de Teatro, que receberia e entregaria por inventário. Ao Distribuidor, nomear a vista da escala os sócios precisos para o serviço do Teatro, os quais colocaria competentemente, ficando debaixo de sua imediata distribuição os Pontos, Contra-Regras, Porteiros, Arrumadores, Inspetores de Iluminação, e mais empregados necessários.

O art.° 183 dispunha: — "Haverá pelo menos uma récita mensal; e quando não a possa haver, por qualquer obstáculo, haverá duas no mês seguinte. "E o art.° 184: "Serão dias de récita todos os de festa nacional".

Surgido em 1831 para festejar a ascenção de D. Pedro 2. , ocorrida a 7 de Abril daquele ano, natural é que se intitulasse o nascente teatro com a data de tão expressivo fato histórico nacional.

E' interessante registrar, os teatros do Rio Grande do Sul frequentemente intitulavam-se com datas nacionaes: 7 de Abril, em Pelotas, 7 de Setembro, em Rio Grande e em Livramento, 13 de Maio em Alegrete

(Independência no início), 28 de Setembro (lei do ventre livre) em Bagé... Ao contrário do que ocorria em outros lugares, levando tais instituições nomes de santos: S. João, na Bahia, Santa Izabel, em Recife, S. Luíz, no Maranhão, S. Pedro, em P. Alegre, S. José, em S. Paulo...; ou, da Paz, em Belém, Municipal, no Rio de Janeiro...

Digno de nota é o fato de terem tido Pelotas, Rio Grande e S. Cabriel teatros antes de P. Alegre, (o S. Pedro é de 1857) falando-se de edifícios que pela sua construção possam de fato receber esse nome. O de S. Gabriel é de 1856, ou talvez antes (não sabemos se ainda existe). Com relação ao de Bagé, lamentavelmente extinto por um incendio, era "em tamanho e acomodações" o quarto da Província, e em "beleza, arquitetura interna e luxo, o primeiro; fôra decorado por Ricardo Giovanini (Correio Mercantil, de Pelotas, 24-2-1885, Viagem de SS. AA. o Conde D'Eu e Princêsa Isabel a Bagé). O de Livramento (1859), de "exterior monumental", registrou Conde D'Eu (Viagem Militar ao R. G. do Sul, 1865); em capacidade era semelhante ao de Alegrete (1862), 400 lugares, informa a Pátria, de Pelotas, n. de 21-9-1887, acrescentando ter funcionado desde o início até aquela data ininterruptamente. Na guerra do Paraguai, porém, só funcionava o de Pelotas, segundo infórma ainda Conde D'Eu. Como se vê, as localidades da zona sul e da fronteira foram as primeiras a construir teatros.

No fim do século passado edificaram-se os de Rio Pardo (hoje transformado segundo infórma Dante de Laytano); e o de Jaguarão, em 1897, prestes pois a festejar o cincoentenário, e de nome Esperança; pequeno mas verdadeiro estilo de teatro, de interior semelhante ao de Rio Grande (Carlos A. Minuto, em o Diário Popular, de Pelotas de 18-6-1944). Em Jaguarão já havia um teatrinho particular da Sociedade Harmonia, em 1851, com apreciavel movimento. No início deste século construiu-se o Carlos Gomes, de Uruguaiana. Todos esses teatros foram edificados por meio de sociedades por ações.

Detendo-nos um pouco na apreciação do acontecimento nacional de 7 de Abril, ouçamos as palavras do erudito historiador Castilhos Goycochea: "Romperam-se os laços que prendiam a terra descoberta por Álvares Cabral ao Reino Peninsular (7 de Setembro de 1822), mas a subordinação aos luzitanos continuaria. Impunha-se, por conseguinte, uma segunda independência: a dos brasileiros aos antigos dominadores iberos. De 1822 a 1831 aliás é que se processa a verdadeira independência. A 7 de Abril dêsse último ano, de fato, é que o Brasil entrou no Govêrno de si mesmo, isto é, que brasileiros tomaram, afinal, a direção do país". (Causas políticas da guerra dos Farrapos).

Carlos Maul escreve (em A Marqueza de Santos): "o que se viu de 7 de Setembro de 1822 a 7 de Abril de 1831 foi unicamente um choque de forças antagônicas, uma luta constante do espírito nacional com o espírito luso... O Império de Pedro 1.º não passou, por isso, de um simples prelúdio da verdadeira liberdade do Brasil, que só começou quan-

do as massas se levantaram e puzeram o monarca barra a fóra... O 7 de Abril encontraria os brasileiros unidos para a liquidação da farça começada no Ypiranga."

M. J. Monteiro de Carvalho assim se expressa (Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, 2.º Congresso de História Nacional, a 7 de Abril de 1931): "O eixo em torno do qual gira há um século a nacionalidade brasileira tem por pólos o — 7 de Setembro e o 7 de Abril; aquêle nos conferiu a Independência, libertando-nos da metrópole, e êste nos deu a pósse de nos mesmos, a Nacionalidade, pela exclusão do estrangeiro na diretriz de nossa pátria."

"Primeira reação consciente de brasilidade, movimento que legitimou a independência, nacionalizando-a", disse do 7 de Abril o Presidente Getulio Vargas em discurso dirigido à imprensa brasileira (em 30-9-1931).

Dada a sua transcedente significação, foi êsse dia por muito tempo considerado de festividade nacional: pelo decreto do poder legislativo, de 25 de Outubro de 1831; pela circular do Ministério da Guerra, de 13 de Maio de 1842; pela circular do Ministério do Império, de 31 de Outubro de 1843; considerando-o dia de grande gala, confirmado pelo decréto do Ministério do Império n. 343, de 30 de Março de 1844; pela Provisão do Conselho Supremo Militar, de 30 de Julho de 1846, que mandou dar uma salva de 21 tiros nêsse dia. Por decreto do Ministério do Império n. 501, de 19 de Agosto de 1848, foram declarados de festa nacional sómente os dias 25 de Março, 7 de Setembro e 2 de Dezembro, ficando portanto eliminado o 7 de Abril — diz Luís F. da Veiga (O 7 de Abril não contemplado entre os dias de festividade nacional, Rio, 1890. Um decreto do poder executivo, prossegue, revogando uma lei do Estado". Proscrito ilegal e criminósamente, diz o citado autor, o 7 de Abril como dia de festividade nacional, porque continha em seu bojo, sob aquela denominação popular, a detestada abdicação forçada, foi entretanto acarinhado e iluminado como dia de grande gala da côrte imperial do Brasil, por ser o da elevação do 2.º imperador ao trôno. Eliminado como dia de festividade nacional, isto é, do povo brasileiro, arvorado em dia de grande gala, consta que passou depois a pequena gala, e nóvamente a grande gala... Sobrevindo a República, não foi incluído entre as datas nacionaes. Certamente os republicanos, naquele momento de exaltação de ânimos, não o contemplaram em virtude de rememorar a elevação de D. Pedro 2.º ao trono, sendo assim uma data de tradição para o Monarquia. Mas esqueceram-se, recordava tambem o fato histórico que assinala o dia em que o Brasil começa a ser dirigido pelos brasileiros, isto é, que nos conferiu a posse de nós mesmos, ou a Nacionalidade.

Nesse momento histórico, foi que surgiu para solenizá-lo, a notável música de Francisco Manoel, logo aclamada hino nacional, e até hoje conservada. Isso porque, quando aberto concurso — após a proclama-

ção da República — para um novo hino que o substituísse e do qual saiu vencedor o de Leopoldo Miguez; ao serem ouvidos, no Teatro S. Pedro de Alcantara, no R. de Janeiro, as novas composições, pediu o povo o hino de Francisco Manoel; ouvindo-se êste, foi então delirantemente aplaudido, e o Marechal Deodoro interrogado, exclamou: "Prefiro o velho". Sintetizou, assim, o pensar da coletividade, diz Max, Fleiuss por isso que seus acordes lembram o 7 de Abril, a Regência, a Maioridade, as grandes vitórias do Império nas guerras externas e os notáveis triunfos liberais do reinado de D. Pedro 2.º, na fase acentuadamente progressista de 1870 a 89, e, finalmente, a abolição e a República — como ficou considerado o de L. Miguez — exprimem um sucesso e um estado político, o de Francisco Manoel, inspirado no fato da "verdadeira independência", sobreleva-os a todos, porque exprime o Brasil.

A primitiva letra cantada com o hino, era dedicada Ao Grande e Heroico Dia 7 de Abril de 1831". Por isso já se chamou o Hino Nacional Hino 7 de Abril. A letra fôra composta pelo Dezembargador Ovidio Saraiva de Carvalho e Silva, natural do Piauí, e cantada pela primeira vez com o hino, entre girândolas de foguetes e vivas entusiasticos, no dia 13 de Abril na ocasião em que suspendia âncora a fragata que transportaria para a Europa D. Pedro 1.º e a familia Real.

Varios outros hinos foram compostos para festejar aquêle acontecimento de tão alta significação para a nacionalidade. Em o periódico O Sete d'Abril, do Rio de Janeiro, encontram-se no n. de 23-2-1833 o hino e um soneto de Ovidio Saraiva; no n. de 30-4-1833, o hino dedicado ao sempre memorável Sete de Abril; por L. J. da S.; no n. de 23-4, outro, sem dizer o autor; no de 21-9, Hino Patriótico, tambem sem o autor; e outros mais. Peças teatrais foram escritas e representadas; o Correio Mercantil, do R. de Janeiro, de 30-6-1831, anunciava estar impresso o drama O Dia de Jubilo para os Amantes da Liberdade ou A Queda do Tirano, dedicada ao dia 7 de Abril e representada no Teatro Fluminense.

Na imprensa tambem foi rememorada essa data. No R. de Janeiro e em P. Alegre deram-se a periódicos o título de Sete de Abril. A Marinha batizou algumas embarcações com essa data, inclusive uma corveta. Cunharam-se medalhas alusivas, encontrando-se uma na coleção do Muzeu da Bibliotéca Pública, de Pelotas. Na Capital Federal projetou-se um monumento ,cujo desenho — oferecido pelo lente de arquitetura Grand-Jean de Montigny — foi recebido "com agrado" pela Câmara dos Deputados, e pela Regência enviado à Academia de Belas Artes para expô-lo ao público. Na província do Rio G. do Sul levantou-se um teatro, na Vila de S. Francisco, atual cidade de Pelotas, hoje o mais antigo do Brasil.

Com o tempo, porém, essa data outrora grandemente festejada, foi caindo no esquecimento. Os periódicos com ela intitulados, tiveram

efêmera existência. A corveta de guerra mais tarde desapareceu, assim como a primitiva letra do Hino Nacional, logo substituida por outra alusiva à coroação de Pedro 2.º O hino não mais se chamou 7 de Abril e em virtude da nova letra, estabeleceu-se a idéia falsa de que fôra composto para a coroação, até que em príncipios dêste século se descobriram documentos comprobatórios de seu aparecimento em 1831, e sôbre isso fazendo-se alguns trabalhos, entre os quais o de Max Fleiuss, publicado na Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro. Dia de festividade nacional e grande gala, passou a pequena gala e finalmente foi proscrito; proclamada a Republica, não foi incluido entre os feriados nacionaes. Entretanto é uma data não só nacional ,mas tambem americana, ligada, como é, a um fato histórico promovido não por portugueses — como o Ypiranga, reconhecido apenas nas regiões do centro e sul e só no ano seguinte, no norte — mas exclusivamente por brasileiros e unanimemente reconhecido em todo o país.

De tudo o que naquela época se fizera para rememorar êsse acontecimento essencialmente nacional — no seu desenrolar um drama eminentemente carioca, nae xpressão de Roberto Macedo, e em regosijo do qual compôs Francisco Manoel o Hino Nacional; fato histórico em que desempenhou Minas Geraes papel saliente, e em sua comemoração se levantou um teatro no Rio Grande do Sul, província onde, para "sustentar em sua pureza os príncipios do 7 de Abril", se fez a revolução farroupilha, confórme manifesto de Bento Gonçalves; e o bacharel por Recife, Luís Francisco da Veiga dirigiu vehemente protesto ao Ministro da Guerra por não incluir o govêrno da República entre os feriados nacionais — de tudo o que naquela época se fizera, repetimos, para festejar o evento, só restam hoje, que nos conste — exceto logradouros públicos com ela intitulados — o Teatro Sete de Abril, de Pelotas, e o Hino Nacional.

Digno de registro é o fato de, nas diversas fases políticas que atravessamos, jamais haver, o referido teatro, abandonado o nome com que desde o início se intitulou. Nem no agitado periodo post-Abdicação, em que o partido Restaurador pretendia o regrésso de Pedro 1.º; nem no convulsionado decênio da guerra dos Farrapos, durante o qual foi proclamada a República de Piratini; tão pouco por ocasião do advento da Regime republicano em 89 — momento em que procuraram apagar no Brasil o que estivesse ligado à Monarquia — embora fosse Pelotas centro de intensa propaganda republicana, único no Brasil que erigiu, ainda em pleno regime monárquico, a 7 de Abril de 85, comemorando o cincoentenário farroupilha, por iniciativa de Alvaro Chaves, depois Governador do Paraná), um monumento republicano — o obelisco da Avenida Domingos de Almeida, onde se lê: "Os republicanos de Pelotas recomendam ao viandante a memória de Domingos José de Almeida". Em outra instituição local, a Santa Casa de Misericordia, tambem se evidenciou esse louvável espírito de civismo e respeito pelas tradições.

Depôsto o Imperador, reuniu-se a Mesa Administrativa para deliberar sôbre a retirada, da sala nobre, do retrato do ex-Monarca. Aberta a sessão e exposta sua finalidade, o Provedor Possidônio da Cunha declara entre o respeito que a assembléia dispensava à sua acatada pessoa: "O retrato não sairá, mas os senhores resolvam... "E até hoje lá se encontra D. Pedro 2.º. O mesmo, porém, não se deu na Câmara Municipal, em cuja sala nobre havia uma mobília ricamente esculturada e ostentando a corôa do Império: foi recolhida a mobília... e agora restaurada e colocada na sala do Sr. Prefeito.

Fundado o teatro, foi logo instalado em prédio para êsse fim em poucos dias convertido, vimos acima, e associou-se aos brilhantes festejos de 7 de Abril, já referidos. Em seguida trataram da construção do novo edificio. As ações então emitidas foram imediatamente tomadas. A planta, feita pelo engenheiro alemão Eduardo von Kretschmar, arruador da vila, autor do seu traçado regular, em xadrez, e dos estudos da desobstrução da barra do S. Gonçalo — mandados fazer por Domingos J. de Almeida e A. J. Gonçalves Chaves, e por eles custeados; e professor de Belas Artes, segundo anúncio n'O Noticiador, de Rio Grande. O Visconde de Taunay cita-o em seu trabalho "Estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil". A construção foi executada sob a "inspeção, econômia e zêlo a tôda prova do benemérito cidadão José Vieira Vianna, "segundo o Brado do Sul, de 24-6-1858, já citado.

Enquanto se construia o novo edifício, realizava o teatro suas funções em prédio adaptado. Aos festejos promovidos pela instalação da Vila de S. Francisco de Paula — desmembrando-se então do município de Rio Grande e constituindo-se em organismo independente — associou-se o Teatro Sete de Abril, realizando nessa noite, na mesma data em 1832, um espetáculo, conforme notícia n'O Noticiador, de Rio Grande, de 4 de Maio, do qual possuimos foto-cópia: depois de cantado o Hino Nacional, e recitado o Elogio, teve lugar a representação do drama intitulado — Patriotismo e Gratidão — sendo os intervalos preenchidos com várias obras poéticas que muito concorreram para abrilhantar a magnificência daquele ato; terminando-se o divertimento Teatral com o jocoso Entremez do Irmão Sagaz. O mesmo periódico a 24 de Abril publica o Elogio e um Soneto de Antonio José Domingues, recitados nesse espetaculo.

A 2 de Dezembro, aniversário natalício de D. Pedro 2.º, recitou-se à noite o interessante Desertor Francês, cuja peça primorosamente executada deixou contente aos espectadores, informa O Noticiador de 13, relatando os festejos do dia 2 em S. F. de Paula.

Um novo teatro fundou-se a 13 de Abril dêsse ano, como se verifica no primitivo livro manuscrito dos Estatutos, onde vêm tambem os fundadores e as atas das sessões. interessante documento existente no Muzeu da Bibliotéca Publica de Pelotas. Chamava-se Teatrinho 7 de Setembro e contava 35 sócios de camarotes e 68 de cadeiras, sendo quasi

metade sócios tambem do Sete de Abril. Examinando esse documento, concluimos ter iniciado suas funções em fins de Janeiro do ano seguinte. Existência efêmera teve a nova sociedade, desaparecida já em 35 e vendidos os móveis.

Da adeantada construção do edificio do Sete de Abril em princípios de 1833, nos dá notícia o Correio Mercantil, do R. de Janeiro, de 13 de Abril, enchendo as duas primeiras páginas com minuciosa e interessante descrição da Vila de S. F. de Paula, transcrita do Propagador da Indústria Rio-Grandense, conceituado jornal de Rio Grande, já referido, e cujos artigos, sempre relativos a assuntos de superior interêsse, eram com frequência transcritos pelos jornais da Côrte, como o J. do Commercio, o Correio Mercantil, Auxiliador da Industria Nacional, e especialmente pela Aurora Fluminense; e pelo Valenciano, e Jornal da Sociedade de Agricultura da Bahia. Sôbre a construção do edifício, lia-se: "Está se edificando um teatro muito regular, e já muito adeantado".

Consultando a coleção d'O Noticiador, encontramos no n. de 6 de Maio, notícia de outro espetaculo realizado a 7 do mês anterior, no "Teatrinho que se orna com o título de 7 de Abril", trazendo o Elogio recitado por A. J. Domingues. A 3 de Maio, dia da instalação da Assembléia Geral, outro espetáculo realizou-se; relatando-o, traz O Noticiador de 20 uma correspondência de S. F. de Paula; a 13 traz o Elogio recitado no faustíssimo dia 3 por A. J. Domingues. Essa poesia foi transcrita pela Aurora Fluminense, de 3 de Junho.

A esse tempo o Propagador da Indústria Rio-Grandense, cooperando para que as novas sociedades teatrais cumprissem sua elevada missão, recomendava a boa escolha das peças a serem apresentadas, como ainda ressaltava a importância educativa do teatro. A Aurora Fluminense, a 5 de Junho e 6 de Setembro de 1933, transcreve dois dêsses artigos do Propagador. No primeiro dizia: "O fim primario das representações dramáticas não é outro senão o aperfeiçoamento da Moral". Com relação à Comédia escrevia: "Ninguem pode deixar de se interessar pela representação de alguma das sublimes peças de Moliére; o Avaro, por exemplo, Jorge Dandim, o Tartufo, a Escola dos Maridos, a Escola das Mulheres, etc., peças feitas para interessar em todos os tempos, todos os lugares, a tôdas as classes e a todos os individuos." Outro defeito que se devia evitar, acrescentava, são os ditos picantes ao belo sexo, pois "ferem a sua delicadeza, o que importa poupar, e abatem o sentimento de sua dignidade, que cumpre conservar e promover".

Festejando a independência, a Sociedade do Teatro Sete de Abril ofereceu um espetáculo, no qual após o Hino Nacional, foi ouvido o Elogio, e depois dêste foram dados os Vivas pelo Juiz de Direito, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, representando-se a seguir o drama — A Escrava de Mariamburgo — e o Entremez do Concunda por Amor. O teatro 1 de Setembro promoveu tambem uma função, representando-se o drama — Patriotismo. No dia 8 continuou o divertimento com novo

Elogio Dramatico e a peça dos — Beneméritos da Pátria — e o Entremez das Astúcias de Gafanhotos (notícias n'O Noticiador, da qual possuimos foto-cópia).

Por ser o dia 8 de Dezembro o do aniversario natalício do Imperador do Brasil, foi êsse o escolhido para a inauguração, em 1833, do novo edifício do Teatro Sete de Abril. Ficou êste, assim, duplamente ligado a D. Pedro 2.º — pelo seu nome, rememorativo de sua ascenção, assinalando o dia em que o Brasil começou a ser dirigido pelos braslieiros e por isso considerado a data da Nacionalidade; e pela sua inauguração, ocorrida no seu aniversário natalício.

A propósito, O Noticiador, a 7-12-1833, assim se expressa: "Em o novo Teatro Sete de Abril, cuja inauguração se fizera naquela noite, tambem houvera pela primeira vez Espetáculo Dramático". O Elogio então recitado vem publicado a 8 de Janeiro de 34.

Tambem o 7 de Setembro realizou um divertimento, com "Inexplicável entusiasmo, atenção e respeito quando apareceu a sagrada Efígie do Jóven Imperador, ante a qual se recitou um Elogio, se cantou o Hino por três Senhoras Brasileiras, se leram várias poesias, e se levantaram os mais expressivos vivas".

O poeta Antônio José Domingues, português de origem, autor dos Elogios que invariavelmente aparecem nas notícias do teatro, possuia, segundo o Propagador da Indústria (Descrição da Vila...) profundos conhecimentos da lingua materna, sendo versado na Latina, na Francêsa e na Inglêsa, as quais ensina com método, assim como em Antiguidade, na História, na Poesia e em outros ramos.

A 2 de Dezembro de 34 houve igualmente função e o Elogio recitado vem no Noticiador de 15.

Francisco Xavier Ferreira, político de destaque e diretor d'O Noticiador, externando suas impressões após a visita a S. F. de Paula, assim se refere (n. de 11-12-34): "O magnifico, bem construído e acabado Teatro particular que, como por encanto, surgiu em tão pouco tempo, a esforços e a expensas de seus idustriosos e empreendedores habitantes. Para se fazer uma idéia dêste elegante edifício bastará encarar seu suntuoso Prospeto; a vasta e primorosa sala da frente... "Diz ter visto representar ali, dia 7, o drama Mendigo e Tereza pelos jóvens alunos do Prof. Ant. José Domingues.

Arsenne Isabelle, escritor francês, fez-lhe tambem lisonjeiras referências, em sua obra Voyage a Buenos Ayres et à P. Alegre, 1830-34, publicada no Havre em 35. Falando de S. F. de Paula, diz: "Il y a un fort joli theatre, veritablement elegant et commode".

A revista ilustrada Ostensor Brasileiro, do R. de Janeiro, em uma reportagem sôbre o teatro de S. F. de Paula, fala nos do R. G. do Sul e diz sôbre aquêle: "Esta cidade que apenas conta 20 anos de fundação (inexato, pois data de 1812), possue o mais belo teatro da província. E' de notar que a importância dos teatros como edifícios, está no sentido

inverso da importância das cidades. O de P. Alegre é o mais pequeno, o de Pelotas o mais bem construído. A sua arquitetura exterior é elegante e regular, com seu pórtico de quatro colunas, e salões superiores de desafogo, com janelas guarnecidas exteriormente com grades de ferro. A planta interior é elítica, contem três ordens de camarotes em número de sessenta e trinta bancadas na platéa." Acompanhava essa descrição um desenho de sua fachada, vendo-se de um lado a Câmara Municipal e, de outro, a aula pública.

Após a pacificação da Província, visitou-a o Imperador, recebendo o Teatro sua honrosa presença, assim informando o J. do Commercio, do R. de Janeiro, a 20-2146, em amplo noticiário de sua estadia em Pelotas: "No Teatro houve grandissima enchente... Seu teatro é igual, senão superior ao da Praia de D. Manoel; é o quarto teatro do Brasil".

O pano de boca apresentava os retratos de Shakespeare, Moliére e Scribe, segundo o Rio-Grandense de 10-7-47. A iluminação era, como nos outros, a vela. Um lustre ornamentava sua sala. As decorações, primorosas, conforme o periódico há pouco citado. Possuia rico guarda-roupa, segundo o Brado do Sul. Quanto à acústica, muito boa, como ainda hoje.

Eis em linhas gerais o Teatro Sete de Abril, fundado por iniciativa particular na Freguezia de S. Francisco de Paula, em 1831, que contava cerca de seis mil habitantes e fôra fundada em 1812, não contando ainda 20 anos de existência. Pequena localidade do interior de Província, ainda na fase de Freguezia, mas que em breve seria Vila e logo depois Cidade. Mas já rivalizava com a capital, P. Alegre, segundo afirmava Arsenne Isabelle, "pelas suas transações comerciais, pela atividade de seus habitantes e grande numero de edifícios que se elevaram diariamente.

No Brasil existiam a êsse tempo, o Teatro S. Pedro de Alcantara, no Rio de Janeiro, creado por decreto do Príncipe Regente e inaugurado em 1813. Na Bahia havia o Teatro S. João, cujos fundamentos foram lançados por seus Governadores Régios em 1806 e concluidos em 12. Em S. Luiz do Maranhão, o Teatro União, erguido em 1815, passando mais tarde a chamar-se S. Luiz.

Durante o decênio farroupilha é possível que em regosijo de alguma vitória, ou comemorando uma data, haja dado espetaculo, como ocorreu em localidades do interior da Província, em Piratiní, Caçapava, Rio Prdo, Bagé, etc. Como estivesse Pelotas, durante a revolução, ora em poder dos farroupilhas, ora dos legalistas, e em conseqüencia considerável número de familias abandonara a cidade, ficando esta "deserta", segundo a imprensa da época, é de pensar-se não se ocupassem com festas.

No início da revolução consta ter havido no teatro uma conferência de Bento Gonçalves.

No decorrer da guerra civil, é certo que foi aproveitado para fim militar, pelo menos durante algum tempo. Segundo Fernando Osorio, postavam-se aí sentinelas, como vigias da cidade. No Ostensor Brasileiro, citado, lê-se: "A guerra civil converteu este elegante edifício em quartel d'infantaria; a mascara e o coturno cederam o lugar à cartucheira". Em O Brado do Sul, já citado, vê-se: "A rica guarda-roupa que a sociedade possuia, desapareceu, as decorações foram destruidas; a ponto que em 1844 apenas via-se na caixa do teatro alguns bastidores em osso; e nos camarotes as fardas e os bonés dos soldados que ali estavam aquartelados.

Ao aproximar-se a pacificação, logo trataram de concertá-lo conforme correspondência de Rio Pardo, de Novembro de 43, inserta no J. do Commercio, do R. de Jan., de 18-1-44, anunciando a fase de prosperidade que então se reiniciava na Provincia. Com referência a Pelotas, dizia estar "tão habitada como antigamente, e talvez mais pelo crescido número de Orientais refugiados; muitas casas de comercio se tinham estabelecido, e as numerosas charqueadas tornavam este comércio ainda mais vantajoso e punham em circulação grossas quantias." Conclue a correspondência com esta notícia: "Já ali se ocupam na reedificação do teatro". Não consta que o prédio houvesse sofrido danos; deve tratar-se, a reedificação, de concêrtos.

Abrindo um parentesis, diremos que entre as novas casas comerciais então estabelecidas, estava o Hotel Aliança, fundado em Março de 1843, pelos Srs. Prati e Gotuzo, e até hoje existente, sendo atualmente o mais antigo do Brasil.

Como dissemos, em várias localidades realizaram-se festas durante a guerra dos Farrapos, especialmente no ano de 39, quando a República de Piratiní atingiu sua fase culminante. O periódico oficial, O Povo, a 9 de Outubro, dá notícia da festa no Teatrinho 7 de Abril, em Piratiní, em "aplauso da memoravel batalha do Ceival, da tomada da Laguna pela Divisão Libertadora em Sta. Catarina — onde os farroupilhas proclamaram a República Juliana — e o do aniversário da gloriosa revolução!" O mesmo jornal nos informa dos festejos de Caçapava, a 30 de Abril, comemorando o aniversario da "grande" vitória do Rio Pardo, e a 20 de Setembro, o da revolução; em Cachoeira, a 31 de Março, e a 1 e 2 de Abril; em S. Leopoldo e Bagé, a 20 de Setembro de 38; em S. Borja, S. Gabriel, Erval, etc. Concluindo o relato dos festejos de Cachoeira, apontava o contraste entre o povo dêsse lugar e o das "desgraçadas cidades de P. Alegre, R. Grande e Vila do Norte, presa de Galegos mofina!" No Teatro de Rio Grande houvera, no inicio da revolução, funções com a presença do novo Presidente legalista, Araujo Ribeiro.

Pacificada a Provincia, em Março de 1945, cogitaram de reiniciar as atividades do T. Sete de Abril. E a 25 dêsse mês era representado o drama de Antonio Xavier. Nêsse ano, informa Souza Bastos, (Carteira do Artista) foi "contratado pelo emprezário, distinto ator português

João Caetano para o R. de Janeiro, voltando mais tarde à Província e F. Frutuoso Dias, como galã cômico e cenógrafo para os teatros do R. G. do Sul, o ator Antônio José Areas, que logo depois foi chamado por aí trabalhando vários anos, como ator e emprezário. Foi um nome muito conhecido no Brsil e em Portugal, esclarece Sussekind de Mendonça.

Tambem veiu contratado para os teatros do R. G. do Sul, em 1845, o ator Joaquim Augusto Ribeiro de Sousa, sendo "magnificamente" recebido. Era, depois de João Caetano, o artista nacional mais querido. Em Dezembro desse ano, chegando o Imperador D. Pedro 2.º a P. Alegre, foi mandada vir de Rio Grande a Cia. dirigida por F. Dias (J. do Com.) Foram aí ouvidos o rabequista Robio, vindo da Côrte, e o pianista alemão Maurício.

Em fevereiro de 1846 recebeu o Teatro Sete de Abril a honrosa visita de SS. MM. II o Imperador e a Imperatriz do Brasil, assim informando o J. do Com., do R. de Janeiro, a 20-2-46: "No teatro houve grandissima enchente, e depois de serem SS. MM. II saudados com entusiásticos vivas, recitou o Dr. Mendonça, Presidente da Câmara Municipal, um Elogio, composição de um Antônio José Domingues. No intervalo do 1.º ao 2.º ato, ceiou a Côrte no salão do teatro, magnificamente alfaiado. Seu teatro é igual, senão superior ao da Praia de D. Manoel; é o quarto teatro do Brasil". Acrescenta, achava-se aí presente o rabequista Robio, e a 9 deu seu concerto acompanhado ao piano pelo argentino Veloz, insigne pianista, dizia, dificilmente seria igualado no R. de Janeiro. O artista Robio fez-se ouvir ainda em Rio Grande e em S. Paulo por ocasião da visita imperial e no R. de Janeiro; era célebre pelos seus triunfos na Italia, Península Ibérica e Capital do Brasil.

A 7 de Setembro dêsse ano realizou-se "grande função pela nova Cia. Lírica Lucci", com as cantoras Carmela e Manoela Lucci (de renome), Srs. Lagomarsino, Rafael L., Luís Ventura... Do programa: Hino Nacional, cavatina do Barbeiro de Sevilha, dueto da ópera Luiza e Cláudio, da Norma, do Matrimônio Segreto...

Uma segunda visita do Imperador recebeu o Sete de Abril por ocasião da guerra do Paraguai, em Outubro de 65, acompanhado pelo Duque de Saxe, Augusto. O espetaculo teve "extraordinária enchente"; os camarotes, apinhados do belo madamismo ostentando suas galas e grande luxo; o teatro, ornado com gosto. Quando o Imperador e a Princêsa apareceram na tribuna, foram entusiástica e delirantemente ovacionados. Cantou-se o Hino, belos discursos e uma excelente poesia foram recitados. Representou-se depois o drama Pae. (J. do Com., 11-11-65).

Pela terceira vez recebeu o Sete de Abril a visita imperial, em 1885, desta vez o Conde D'Eu e a Princêsa Izabel, comparecendo SS. AA. a vários espetáculos.

Entre outras significativas visitas, destaca-se a da oficialidade da canhoneira portuguêsa Patria, à qual foi oferecido um banquete, sendo orador Ildefonso Simões Lopes (futuro Ministro da Agricultura);

a do Ministro da Austria. E. Kuczynski, acompanhado pelo Ministro Plenipotenciário do Brasil na Áustria-Hungria, Bruno Gonçalves Chaves, filho de Pelotas, descendente da tradicional familia conterrânea — foi tambem Embaixador em Roma, junto à Santa Sé, conseguindo para o Brasil o cardinalato, e Embaixador no Uruguai. Assistiram um concerto do pianista J. Araújo Vianna (Julho, 1901).

Notabilidades artísticas já se exibiram no 7 de Abril em 1847, como a cantora Clotilde Favrichon, "por muito tempo o anjo tutelar do teatro francês", dizia o Rio-Grandense, n. 21-7-47, transcrevendo do jornal Entreacte, de Leon, referências a seus altos méritos. Quanto ao tenor Calcagno, podia considerar-se o 1.º do Brasil (era do S. Pedro de Alcantara, do R. de Jan.), com perdão, acrescentava, dos Srs. Tati e Mugna. Exibiram-se acompanhados por Lagomarsino e o pianista Veloz.

Em 1848 organizou-se a Cia. do T. Sete de Abril, iniciando sua temporada a 4 de Março, com o drama O Filho da Louca. Entre os atores, Antônio J. dos Santos Siroulo, José Luís d'Azevedo, Rocha, D. Amalia...; a 15 de Julho o drama de A. Dumas, A Torre de Nesle. No fim do ano, audição do tenor português Carlos Ricco, e de Margarida Lemos, espanhola. Em Rio Grande êsse ano: uma Cia. Lírica, Cia. Dramática, inclusive a do Sete de Abril, vários concertistas...

Estreou no ano seguinte nos teatros do R. G. do Sul o ator Jacynto Heller, ainda mui joven. De origem alemã, nascera em Portugal e cedo viera para o Brasil, dirigindo-se logo para o sul, diz Sousa Bastos. Pouco depois, João Caetano vendo-o trabalhar, convidou-o a ir para o Rio e lá atuou até a velhice, em diversos teatros, sendo uma das figuras mais populares. Uma assinatura foi aberta no fim do ano para 24 récitas, pela Cia. Dramatica do Sr. Siroulo: 1.º récita a 16 de Dezembro com A Duquesa de La Vaubaliere; a 2.ª a 19 com Faiel. Permaneceu a Cia. no 7 de Abril até Junho do ano seguinte.

No Rio Grande exibia-se em Julho de 1850 a 1.ª bailarina do S. Pedro de Alcantara, Mlle. Alice Moreau. Estava então o 7 de Setembro constantemente ocupado.

Memorável temporada realizou em 1854 em ambos os teatros, o grande João Caetano dos Santos. Oito espetaculos deu no Sete de Abril; estreando a 13 de Setembro com o drama Bourgeois, A Dama de S. Tropez, despedindo-se a 14 de Outubro. A famosa peça A Gargalhada foi levada à cêna. Ocupava o lugar de 1.ª dama a exímia Gabriela de Vecchy da Cunha, especialmente vinda do Rio; faziam parte do elenco J. Heller, Josefina Miró, Siroulo, Rocha, Isabel... Grandes homenagens lhe foram tributadas, inclusive um banquete de 120 talheres oferecido no salão da Sociedade Harmonia Pelotense, sendo saudado pelo Dr. João J. Mendonça. Em Rio Grande esteve exposta uma corôa toda de ouro, na casa Masseron, regulando 900$000.

Ao mesmo tempo atuava a Cia. Dramatica de Joaquim Florindo da Silva, em dias alternados. Nessa estreou o ator José Antônio Brandão,

português, que trabalhava na casa comercial de um tio em Pelotas. Seguindo a carreira teatral, atuou na Província até 1857, indo depois a Portugal e voltando ao Brasil para várias "tournees", prestando muitos serviços ao teatro, infórma S. Bastos. No fim dêsse ano estreou a Cia. Lírica com assinatura.

Outro concerto de alta significação foi o do grande pianista Arthur Napoleão, em 1857 fazendo-se ouvir em P. Alegre, R. Grande e Pelotas — nesta a 19 de Novembro, com "completo triunfo", disse o Diario do Rio Grande, que trazia amplo noticiário de sua estadia na Provincia. Voltando em 1863, deu em Janeiro vários concêrtos no Sete de Abril.

Em Dezembro de 57 estreou a Cia. Dramatica Gymnasio Rio Grandense, com Furtado Coelho, notável ator e ainda escritor, ensaiador e emprezário. Iniciou sua carreira no R. G. do Sul e mais tarde dirigiu quasi todos os teatros do Rio de Janeiro, onde fundou o Lucinda e o S. Luiz.

Em 58, durante todo o ano esteve o Sete de Abril ocupado por Cias. dramáticas, sendo levadas à cêna várias produções locais, de Carlos von Kosseritz, jornalista de mérito, e Francisco A. Gomes da Costa, e outros; concêrto pelo pianista Frenchel...

Mais uma vez notabilidades artísticas se apresentavam em seu palco, em 1859: Clarisse Cailly, Prima Dona, da Imperial Academia de Música de Paris, que cantara nas cinco partes do mundo. O Brado do Sul, de 30-3-59, transcreve dos jornais Daily Placer Times, de S. Francisco, do Morning Chronicle, de London Musical World, do London Litterary Gazett, criticas sobre Mme. Cailly. Acompanhava-a Oscar Pfeiffer, pianista do Imperador da Austria e do Rei de Portugal, várias vezes posto em igual nível com Liszt, Talberg, Dohler, dizia aquêle periódico. Dois concêrtos foram dados.

Constantino Erba, 1.º clarinete do Real Teatro de Milão, e Rosina Berra, prof. de rebeca, realizaram tambem dois concêrtos, em Junho dêsse ano. Em Junho de 1860, Martim Simonsen, 1.º rabequista do Rei da Dinamarca, e Fanny Simonsen, cantora da Imperial Academia de Musica de Paris. O rabequista Simonsen, o melhor dos que já tinham vindo ao Brasil, inclusive Robio, Noronha e Van Marcà, dizia o referido jornal. Em Agosto, início da temporada da Cia. Germano, dramática, vinda do R. de Janeiro. Ainda êsse ano, Cia. Dramática Riograndense; e prestidigitador Julio dos Santos Pereira, "digno rival" de Hermann, já exibido nêsse teatro.

Em 1861 organizou o ator Antonio José Areas uma companhia dramatica para trabalhar no Sete de Abril. No fim do ano temporada da Cia. Lírica Italiana, com elementos que atuavam com Mme. Lagrande em B. Ayres. Em 62, Corpo de Baile do Sr. Bernadelli, (da Cia. Lírica), com Celestina Thierry, 1.ª bailarina dos principais teatros da Europa e da América, e Virginia Ferrary, 1.ª bailarina dos principais da Italia (em fins de Setembro); Cia. Furtado Coelho outra vez; Cia. Dramáti-

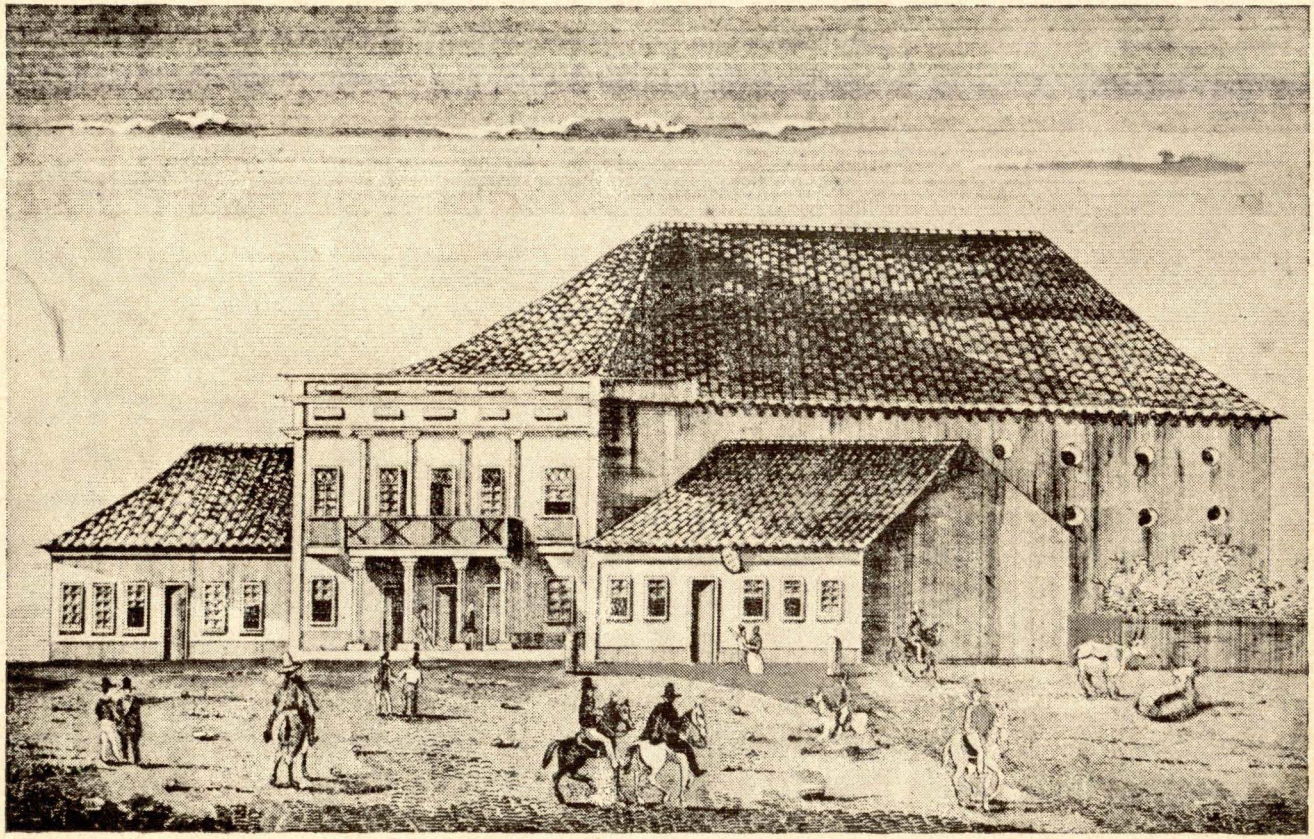

Foto-copia de desenho publicado pelo Ostensor, do Rio de Janeiro, em 1846.

ca Nacional; concêrtos por elementos da Cia. Lírica, etc.; esta atuou em 63, até Máio.

Por essa época — dêsde 1845 — atuaram no Sete de Abril diversas Cias. Dramaticas: Siroulo Gymnasio Riograndense (F. Ferreira Bastos), a do proprio Sete de Abril, a de João Caetano, de Florindo Joaquim, a Dramatica do Sul (formada com elementos da Riograndense), Cia. Germano, Cia. Dramática Areas (de 1861 a 66 atuando na Provincia), Dramática Nacional.

. . As assinaturas regulavam ser de três meses. E diversas Cias. de Gymnástica Equestre e Acrobática; Cia. Espanhola-Brasileira; Francêsa Familia Henault; Keller (quadros vivos); Cias. Líricas, prestidigitadores, concertistas...

Refere o Presidente da Sociedad eCel. Guilherme Echenique, em o Histórico do T. Sete de Abril, publicado por motivo de seu centenário, que este funcionou constantemente desde a fundação, com "normal assiduidade, não obstante a falta absoluta no descontinuo arquivo da sociedade de referências às suas atividades no longo periodo desde a fundação em 1834 (!) até Junho de 1869. Como vimos, porém, o Teatro iniciou sua atividade no ano de 1831, tendo surgido para festejar o acontecimento nacional daquela data, funcionando em prédio adaptado enquanto se construia o atual edifício, inaugurado em 1833, confórme os documentos transcritos.

Consultando coleções dos periódicos de então — da cidade do Rio Grande, do R. de Janeiro, de Pelotas e P. Alegre, conseguimos reconstituir todo o passado teatral da histórica instituição durante aquele largo período, desde o seu início. E de fato, verificamos ter sido ininterrupta sua atividade. Mesmo durante a guerra do Paraguai, assim registrando Conde D'Eu (Viagem Militar ao R. G. do Sul): "O teatro de Pelotas é o único na provincia que se acha aberto, apesar da guerra. O Imperador e Augusto lá foram à noite, mas parece que o espetáculo não fazia honra ao bom gosto do público pelotense".

Digna de registro é a disposição contida no art.° 32 dos estatutos (de 1869), cedendo gratuitamente o teatro duas vezes por ano para para função em benefício das instituições pias existentes então: Santa Casa de Misericordia, Beneficência Portuguêsa e Asilo de Orfans Desvalidas, e para espetáculos em benefício de quaesquer escravos. Mais tarde, fundadas novas instituições — Asilo de Mendigos, Damas de Caridade e Biblioteca Pública — foram tambem estas contempladas naquela disposição.

A 1.ª Cia. que realizou espetáculos em dias consecutivos, "sem falha alguma e com vesperais aos domingos e feriados", foi a de Braga Junior, em 1884, fazendo duas temporadas, entre Agosto e Dezembro, num total de 57 récitas. Era a 1.ª Cia. de operetas em português que excursionava ao Sul.

De 1869 até 1934 atuaram no Sete de Abril as seguintes Cias. conforme o referido Histórico: Cias. Dramáticas: José de Almeida Cabral (46 récitas), Cia. Germano C. Barbosa; Associação Fenix Dramática; Furtado Coelho-Lucinda Simões; Ismênia dos Santos; Guilherme da Silveira; Italiana Tessere; Cuniberti Milone; J. Ribeiro Guimarães; Julieta dos Santos; Espanhola Tulia-Castro-F. Valois; Apolônia Pinto; Celestino Silva; Lucinda Simões; Sousa Bastos (32 récitas); Teixeira Cardoso; Sepúlveda Rodrigues; Italiana Tiezzo Cuneo; Alves da Silva-Apolônia; Adí Faria-Ismênia dos Santos; Italiana Modena; Momeira Vasconcelos; Dias Braga (54 récitas); Silva Pinto; Espanhola Cordeiro; Peixoto Assis; Sousa e Cia. Alves da Silva-Adelina Nobre (34 récitas); Clara Della Gúardia; Dramática Allemã; Cia. Galli; Ed. Vitorino; Francisco Santos (35 récitas); Pato Muniz; Adelina-Aura Abranches; Alex Azevedo; A. Abranches-Chaby Pinheiro; Eduardo Pereira; Italia Fausta; Maria Castro; Zaira Medici; várias dessas Cias. aturaam em Pelotas mais de uma vez.

Cias. Líricas-Espanhola, (40 récitas, em 1872); Narizano; Francêsa de óperas Cômicas; idem de ópera Buffa; Francêsa Verneuil; Italiana Pedro Setragni (com 10 decorações do T. de Montevideu, 1.º violino do Colon de B. Ayres, e do Solis; aumentada com elementos locais, maestro Antônio Pinto Bandeira; flautista Adelino, etc.) Lírica-Cômica Italiana Fausta Scano; Boldrini; De Mattia; Guelfo Poltronieri; Italiana de óperas Cômicas Zucchi-Ottonelo; Sanzone, com 86 elementos; Cartacci; Bernini; Reuter-Provesi; Tornezi; Marranti; Tuffanelli; Schiaffino; Schiavazzi; Lírica Infantil; Lírica com tenores M. Tornesi, G. Badarau, sopranos Rosita J. e Yatalano; Lírica Galli-Curci; Rotoll-Billoro; Jorge Alberto, com Zola Amaro; Italo Brasileira; Lírica com soprano A. Conti, L. Alessandrini, Pina Gatti, etc. Diversas destas realizaram mais de uma temporada.

Zarzuelas — Isidora Segura (60 récitas), Felix Amurrio, Avelino Aguirre, Valentim Garrido, Padron, Manoel de la Vega, Infantil de Zarzuelas, Cômicas, Zarzuelas e Comédias Aurora Rodrigues e Brígida; Falcão M. Ponte, Montenegró, Garrido-C. Delgado, Manoel G. Ponte, etc.; Infantil de Zarzuelas com M. Fernandez; Campos; Buixadós; de Conchita Bosch; Montoya...

Operetas — Italiana Lambertini, Braga Junior, Italiana Tartini, e mais duas sem dizer o nome (em 1885-86); outra com Cesira Gori; Ismênia dos Santos; Zucchi-Otonelo; Cittá de Firenzi; Cittá de Roma; Vitale; Lahoz; Falconer; Irmãos Billard óperas e Operetasá Maresca; Aida Arce; Giovanissima; De Torre-Ciprianni-Buccini; Operetas e Revistas Brandão Sobrinho (54 récitas); Valdo-Csilag; Clara Weiss; Esperanza Iris; Operetas e Revistas Adelina-Sara Nobre (81 récitas); Lea Candini; Italiana Giordanino; Vicente Celestino; Canzioni di Napoli.

Cias. de Revistas — Zaparoli, Cancela, Leoni-Cancela, Sara Nobre

(49 récitas), Tro-lo-ló, Alda e Americo Garrido, Empreza Sper, Pinto Filho, Revistas Modernas.

Comédias — Aura e Adelina Abranches; Abigail Maia-Palmeirim Silva; Iracema de Alencar; Leopoldo Fróes; Alves Fonseca; Jayme Costa; Oduvaldo Vianna; Raul Roulien; E. Silva-Javier Rizzo (argentina); Lyson Gaster; Palmeirim-Cecy Medina; Dulcina de Moraes-Durães; Georg Urban (alemã); Teixeira Pinto; Comédia Uruguaia; Cancella.

Os anos de maior movimento de Cias., foram: 1881 — 6 Cias.: Dramática Simões, Lírica Italiana Pedro Setragni, Dramática Italiana Tessero, Espanhola de Zarzuelas, Cia. Simões, de novo; Cia. Cuniberti-Milone; em 1882, tambem 6; Cia. Cuniberti, Espanhola de Zarzuelas, Lírica Cômica Italiana Fausta Scano, Imperial Japoneza (acrobacia e ginástica), de novo; Lírica F. Scano, Dramática Ribeiro Guimarães. Em 1896, ainda 6: Operetas Ismênia dos Santos, Dramática Apolônia-Alves da Silva, grande Cia. Lírica Sanzone, com 86 elementos, Dramatica Italiana Modena, Zafzuelas Falconer, Japoneza Schumann (bailarinas, equilibradas, etc.) Em 1899 também 6, já citadas. O mesmo número de 1912; Dramatica Pato Muniz, Operetas Lahoz, Dramatica Alemã, Zarzuelas, Dramática Clara Della Guardia, Juvenil de óperas e Operetas (Irmãos Billard). Em 1920 sete: Operetas Valle-Csilag, Comédias Leopoldo Fróes, Operetas Clara Weiss, Revistas Cancella, Dram. Eduardo Pereira, Lírica Jorge Alberto, Dramática Itália Fausta. Em 1929 sete: Comédias e Sainetes Abigail Maia-Oduvaldo Vianna; Tro-lo-ló; Burletas e Revistas Alda e A. Garrido; Comédias R. Roulien; Lírica com sopranos A. Conti, L. Alessandrini, Pina Gati, tenores G. Nery, Cingelani... Teatro Cômico, direção de E. Vieira; Operetas Viennenses (récitas de Margarete Slezak. Em 1934 nove: Comédias Palmeirim-Cecy Medina, Cômica Uruguaia, Canzioni di Napoli, Cia. de Revistas Modernas, de João Palhares, Comédias Cancela, de novo Cecy Medina-Palmeirim; outra vez Cia. Cancella, Revistas Tro-lo-ló, de A. Tedesco, direção de Jardel Jercolis, com 18 Jardel-Girls; Cia. Negra.

Entre as celebridades nacionaes e estrangeiras que se exibiram no Teatro Sete de Abril, além do creador do teatro nacional, João Caetano, do exímio pianista Arthur Napoleão, e de vários outros já referidos, — temos o consagrado violinista brasileiro Eugenio Dangroment (estivéra na Europa, em diversos paises, na Alemanha contratado por dois mil marcos a noite; deu três audições; a menina Gemma Cuniberti, proclamada pela imprensa dos dois mundos a "rainha do proscênio", considerando-a rival da célebre trágica Adelayde Ristori; Apolônia Pinto, o "maior vulto feminino" do teatro brasileiro; menina Julieta dos Santos, riograndense de Alegrete, apelidada Gema Cuniberti brasileira; célebres trágicos Gustavo Salvini, Ernesto Rossi, Mimi Aguglia; transformista Fátima Miris; harpistas Olga Ferraiol e Lea Bach; pianistas Luba Alexandrewsàa, Brailowsài, J. Araújo Vianna — por ocasião da

exibição de sua ópera Carmela no Sete de Abril (meados de 1907) veiu do R. de Janeiro para assistí-la, sendo alvo de expressiva homenagem; pianistas Magdalena Tagliaferro, Hector Dias, de B. Ayres, Kada Gené (húngaro), Tonny Thomson, Guimar Novaes; violinistas Fitipaldi, Leo Chiarniawski, Dalmau, Raul Laranjeiras, Pery Machado; violoncelista Filgueiras; guitarristas espanhóis Orosco e Toboso, paraguaio Barrios; baixo Obersteter; tenor wagneriano Karl Jörn (do Metropolitan de N. Yorà, ópera de Berlim, Gouvent Garden de Londres), barítono De Francheschi; tenor Aramburo, Reis e Silva, Roberto Mário; Quarteto Brasil, com violoncelo Luíz Figuerós; Trio Schubert, com H. Heinitz, H. Heinrich Peyser e H. Weill; cantoras Cacilda Ortigão, Paulita Raineri, Olinta Braga, Malvina Pereira, Isabel V. Campello, Joanninha Ramussen (riograndense), Ruth Brown, Jlieta Telles de Menezes, Amália e Hedy Iracema, Ema Barsanti; declamadora Bertha Singerman; Bidú Sayão, Zola Amaro, Galli-Curci (com tenores Hipólito Lazara, Tedeschi..., óperas Boêmia, Tosca, Rigoleto, Manon, Lúcia, Barbeiro de Sevilha); Norina Greco; Magdeleini Rosay, 1.ª bailarina do Municipal do Rio; bailados russos, côro dos Cossacos do Don (Platof), bailarinas Chinita Ulmann (riograndense) com Carleto Thieben; tenores Oyanguron, Pietro Schiawasày, e muitos outros.

O elemento local contribuiu por sua vez para as atividades do teatro com produções dramáticas, e de outros gêneros, com amadores e artistas.

Entre as produções locais podemos citar as do festejado creador da literatura folcórica sul-riograndense, Simões Lopes Netto, e José Mendes: O Boato, representado pela sociedade Filhos de Thalia, e Os Bacharies, comédia-opereta, música do maestro Acosta y Oliveira (ação do Amazonas ao Prata), representadas diversas vezes, inclusive pela Cia. de Revistas do grande Peixoto; Talita, poema dramático de Pinto da Rocha, representado em Pelotas talvez em primeira exibição; a Fada Diamantina, de Carlos Casanova, As quatro Estações, idem, em versos alexandrinos, a opereta Bella Confeiteira, música do mestre De Fabris — postas em cena pelo Clube Diamantinos, bem como a opereta A Moda; a peça A Boneca, do Dr. Jango Costa; Nossa Terra (episódio portoalegrense da entrada do Brasil na guerra de 14), de Abbadie Faria Rosa, e Longe dos Olhos, representadas pela Cia. Leopoldo Fróes, também O Segredo, de Bernstein, sendo a tradução feita por A. Faria Rosa; Serapico em Pelotas, de Gomes da Silva, revista. Merece menção a representação da peça sacra Vida de Sata Therezinha, magnificamente representada pelo Corpo Cênico do Apostolado.

Em épocas remotas, os dramas Nanny e Ignez, de C. von Kosseritz, "insigne jornalista e publicista dos mais ilustres e valentes que tem tido a imprensa brasileira", disse Visconde de Taunay; no início da carreira trabalhou em Pelotas, no magistério e na imprensa. Compoz ainda outros dramas, não sabemos, porém, se foram levados à cena; Os dois

florões, de Isidoro P. de Oliveira; Coração e dever, de B. Taveira Junior, muito aplaudido. O novo jogador, O heroismo feminil ou A Joanna d'Arc Brasileira, O voluntário, A avó (drama francês e traduzido por B. Taveira Junior, e representado em mais de um teatro) e vários outros dramas dêsse autor, não sabemos se foram também representados; A bolsa vermelha ou O segredo de um breve, do poeta Lôbo da Costa, representado pela sociedade dramática particular Recrêio Pelotense; O maçon e o jesuíta, drama muito elogiado pelo Correio Mercantil; O filho das ondas, Os amores de um cadete, Paulo e o bandido, de Colimerio Leite de Faria Pinto, A última conquista, comédia, e muitos outros dramas dêsse autor.

Digno de registro é o fato de ter sido Bernardo Taveira Junior quem primeiro, no Brasil, traduziu em verso poesias clássicas alemãs: de Goethe (Fausto), de Schiller (Guilherme Tell), Ulhand, Körner, Heine,, Rucàert, Geib, Lenau, Tieck, etc., publicadas na imprensa local, inclusive no Progresso Literario, e reunidas em volume, edições de 1875 e 84 — Poesias Alemãs, prefaciado por Von Kosseritz, que assim se expressou:" Tôdas as dificuldades foram vencidas por mão de mestre; o ritmo original foi conservado, a pureza de linguagem ficou intacta, não foi alterado um só pensamento".

Audições musicaes — pelo prof. Garbini, violinista Cavalcanti, Prof. Andino Abreu; sociedades Beethoven e Philarmonica, esta chamada "das três baronezas": da Conceição, do Arroio Grande e do Sobral, audições que marcaram época. Interessante assinalar, atravessaram o período revolucionário de 1893-95 em plena florescência. A Beethoven tinha como principaes esteios os médicos e musicistas drs. José Calero e Joaquim Rasgado. Das amadoras de então destacavam-se Corina Maurell, casada com o Cel. Figueiredo da Rocha e com grande projeção social, depois, no Rio de Janeiro; e Sinhá Costinha, Baroneza do Sobral, para quem Carlos Gomes compoz uma cadência especial do Guaraní, e que foi antes de Zola Amaro a cantora pelotense mais notável. Pianista Alice Ramos, de família musical, casada com o ex-Ministro do Supremo Tribunal, Armando de Alencar; violinista Francisco Pereira, irmão da Prof. Leonidia Pereira; maestro De Fabris e sua Estudantina (como executante de óboe tocara sob a regência de Verdi); entre seus alunos, Pedro Duval, grande animador do violão em Montevideu, onde, entre outras cousas, creou a cátedra desse instrumento no Conservatório de Música; Prof. Alice e Adelayde Messeder, José Faine, violinista Olga Fossati; menina Arita G. da Silva, com 3 anos de idade, notável precocidade; audições do Conservatório, uma dirigida por Ernani Braga, côro de 50 vozes; família Bandeira, descendentes do Brigadeiro Raphael Pinto Bandeira, musicistas todos, espécie de família Bach, em Pelotas — maestro Antônio P. Bandeira, tendo dirigido a orquestra da Cia. Lírica que visitou o Sete de Abril; maestro Demétrio Bandeira, promovendo concêrtos populares na Biblioteca

Pública e levado pela Cia. Zucchi-Otonelo, no princípio dêste século, atuando depois na Argentina; João P. Bandeira, regente por mais de 60 anos da orquestra da Catedral, autor de composições sacras; os Adelinos Britos outra família de músicos, tendo sido João Adelino exímio flautista e admitido na orquestra de uma Cia. Lírica que nos visitou; seus filhos, os dois "Brittinhos", notáveis intuições musicais, ora atuando nas emissoras do Rio de Janeiro e S. Paulo, e seu irmão Henrique, violinista ainda hoje em atividade; grupos de amadores, em benefício da Santa Casa, inclusive na festa do centenário do teatro; curso de ginástica rítmica e dansas clássicas da Prof. Baby Nunes; a notavel cantora Zola Amaro, de quem adeante nos ocuparemos; Escola de Bailados Clássicos do T. S. Pedro de P. Alegre, Prof. Lya Bastian Meyer, com Raul Dubois, 1. bailarino do Sodre de Montevideu; audições do curso de canto da Prof. Inah Martensen, de Rio Grande.

Merece menção os concêrtos dos conterrâneos Francisco Fabião (aluno do Prof. Olivares), Alcebídes Sousa e Enilda Maurell, realizados no Conservatório. Também os criticos de arte da imprensa, entre os quais o poeta Mário de Artagão, crítico teatral da Opinião Pública, muito contribuiram para o êxito das temporadas, notando-se, as crônicas sôbre os espetáculos eram minuciosas.

Festivais em homenagem à conterrânea Yolanda Pereira, eleita no concurso internacional de beleza, no R. de Janeiro, "Miss Universo" (1930), e à senhorinha Ezilda Lisboa, eleita, como representante do Clube Caixeiral, de Pelotas, "Miss Rio Grande do Sul", indo representar o Estado no concurso da mais bela do Brasil.

Conferências — de Eva Canel, austríacos Irmãos Seljan (as cataratas do Iguassú), Stefano Paternó (partido agrário riograndense), Viriato Correa e A. Storn (Poétas do Sertão), Olavo Bilac (educação cívica), Carlos Cilia, português, vindo dos campos de batalha da Europa em 917; pintor Virgilio Mauricio; Dr. Sousa Lobo; Mme. Eugene Buffet, com suas famosas canções francesas; jornalista português Simões Coelho; poeta espanhol Villaespeza; humorista riograndense Aporely; conferências religiosas Conego Henrique Magalhães, por uma semana, teatro super-lotado; récitais de Margarida Lopes de Almeida; Nina Torres, e outros.

Sessões cívicas — conferência doutrinária de Alcides Lima, candidato do partido republicano à deputação, 1889; sessão fúnebre em homenagem ao Mel. Floriano Peixoto; Tiro de Guerra 31; comemorando o centenario do Mal. Deodoro da Fonseca; conferência do parlamentar baiano J. J. Seabra; sessão em homenagem à memória dos ilustres riograndenses Conselheiro Silveira Martins e Cel. Pedro Osório; sessão cívica da colônia portuguesa; homenagem ao Dr. Barros Cassal; sessão comemorativa do centenário da Independência; outra em homenagem ao Presidente Getulio Vargas.

Bailes carnavalescos, muitas vezes, desde meados do século passado. Marcaram época os do Clube Diamantinos em 1935, festas escolares diversas, inclusive dos bacharelandos da Faculdade de D. local. Prestidigitadores, ventríloquos, variedades orientais, troupes greco-russa, balcânica, folclorista chilena C. Bari di Zañartu-arte nativa do Chile, Perú, Bolivia, trajes regionais; etc.

Acompanhando a evolução, foi acrescentada a finalidade da instituição a cinematografia. Para isso vem sendo o teatro arrendado a emprezas particulares, obrigando-se estas mediante contrato, a cedê-lo sempre que procurado por Cias., sem prejuizo, pois, do promitivo objetivo com que foi o teatro há mais de cem anos levantado.

Berço do progresso musical de Pelotas, do ambiente creado pelo Sete de Abril foi que surgiram as diversas sociedades já citadas, inclusive o Conservatório, que teve entre seus fundadores o médico Francisco Simões, seu 1.º e ultimo presidente, até a municipalização em 1937, e seu benemérito servidor até hoje; inspirado compositor, laureado com medalha de ouro por sua gavota Paquerette, num concurso internacional de Palermo, possuindo ainda uma Ave-Maria e uma Valsa de Concêrto. Foi 1.º diretor do Conservatório o Prof. Antônio Leal de Sá Pereira, atualmente dirigindo a E. Nacional de Múl sica do R. de Janeiro.

No Conservatório ouviram-se Brailowski, Friedman, Backhaus, Rubinstein, Moisewitch, Manen, Frey, Zadora, Viana da Mota, Guiomar Novaes, Sousa Lima, E. Kunetsoff, baritono russo, F. Hermass, violinista, Maria Dvorak, Karal Vohnout, violino, Bogumil Sykora, violoncelo, Burle Marx, piano, Trio Schneider, de Vienna, e outros. Aí deram cursos de pintura João Fahrion, Campos Aires e Adail Costa, êste atualmente fazendo trabalhos de restauração nas igrejas do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1921 era inaugurado em Pelotas o Teatro Guaraní, de 3 mil lugares, construído por Francisco Santos, Francisco Xavier e, Rosáuro Zambrano, êste o principal encorporador da emprêza. Aí atuaram as Cias. Líricas Marranti, na inauguração, Bonnachi & Piergilli — com 30 professores de P. Alegre para Lohengrin, 1.ª ópera wagneriana encenada em Pelotas e no Estado; tenor Vicenzo Sempere, barítono C. Tagliabue, sopranos Olga Carrara, A. Sarraceni e R. Sasso; Cia. Lírica Popular e Fantoches Líricos; **Operetas:** Lea Candini, Clara Weiss, Italo Bertini, Noronha, Irmãos Celestino-Gilda de Abreu; **Zarzuelas** — Aida-Merceditas Arce (repertório da arte regional espanhola); **Revistas** — a Gonçalves, com 40 récitas-enchentes, a suntuosíssima Velasco, record de bilheteria, 4 espetaculos a 208 a cadeira, renderam mais de cem contos; a Tro-lo-ló, (Velasco brasileira"), Lyson Gaster-Viviani, Aurora Aboim, Margarida Max, Beatriz Costa, Alda Garrido, Ribeiro Cancela; **DRAMÁTICAS** — Maria Mattos (portuguêsa), Vera Sergimi-Henry Rollan, Álvaro Moreyra; **COMÉDIAS** — Procópio Fer-

reira, Dulcina-Odilon (em 1932-33-35-37) e Jayme Costa. **BAILADOS** — Cia. Csudor, bailarinas Norka Rouskaya e Felina Verbist; Curso de Ginástica Rítmica e Dansas Clássicas, Prof. Bahy Nunes; Escola de Bailados Clássicos do T. S. Pedro, Prof. Lya B. Meyer.

Recitais de notabilidades como o barítono Overlack (Ernesto), da ópera de Leipzig; pianistas Backhaus e Viana da Mota; saxofonista Ladário Teixeira, violoncelista Arturo Bonucci, violinista Pery Machado; Cantoras Gabriela Besanzoni, Bidú Sayão, Zola Amaro, Cacilda Ortigão, Paula Weber, Olga Praguer Coelho, Rosina di Rimini, Caterina Boratso e Tito Schipa, tenor Pedro Vargas, barítono Andino Abreu; Quarteto — Zika, Orquestra Sinfônica de P. Alegre, Banda Mexicana com 90 figuras, e Orquestra Típica Mexicana (ambas da Embaixada que fôra ao Rio para as festas da Independência), Coros Ukranianos, Cossacos do Don e Côro dos Mil (o Hino Nacional a 4 vózes, por Sá Pereira com alunos do Conservatório, a 7 de Setembro, 1922); Hino a Pelotas, Prof. Romeu Tagnin, na festa do centenário Pelotas-Cidade.

Falando na fundação do novo teatro, é oportuno dizer, em outras épocas existiram o Sete de Setembro, de duração efêmera, já referido, o Dante Alighieri, Colyseu, Polytheama — do palco dêste saiu para as platéias brasileiras o popular Jéca Tatú, encarnador do típico caipira creado por Monteiro Lobato. Múcio Paixão, em sua obra O Teatro no Brasil nos fala ainda no S. Francisco de Paula... No início dêste século mandou a Prefeitura confeccionar vários projetos para um teatro "Municipal" ou "Nacional", existindo no seu Arquivo os projetos francês, inglês, e espanhol, todos suntuosos. Teria ficado dotada a cidade de uma obra de arte como o teatro de Manaus... feito com as fortunas da borracha, e aquêle o seria com as do charque... Sob o ponto de vista histórico foi vantajoso não o terem edificado, pois assim conservou-se o tradicional Sete de Abril, que nasceu com a cidade, é hoje o mais antigo do Brasil e rememora uma expressiva data nacional.

Do Conservatório nasceu a Sociedade de Cultura Artística, fundada em 1940 pelo diretor Milton de Lemos e um grupo de pessoas amantes da boa música e do progresso de sua terra. Inaugurou-a o pianista chileno Cláudio Arrau. Apresentou a C. Artística até hoje, entre outros, os seguintes valores — compositor e regente Francisco Mignone, e Maria Amália de Rezende Martins, concêrto a dois pianos; guitarrista espanhol Andres Segovia; violonistas Ricardo Odnoposoff, Oscar Borgerth; cantora Alexandrina Ramalho; pianista polonês Miecio Horzowski, Alonso Anibal da Fonseca, Frutuoso Viana, Magdalena Tagliaferro, Herminia Racagni, Odete Faria, Paquita Madriguera, Nibia Mariño Bellini, Tosart Errecart, Slivia Eisenstein (argentina), Fanny Inglod (uruguaia); violoncelista Germano Weill, guitarrista Abel Carlevaro (do Inst. Inter-Americano de Musicologia de Montevideu); cantoras Matilde Arbuffo (do Scala de Milão), Conchita Badia, Alice Ribeiro, folclorista Olga Praguer Coelho; concêrto coral de Er-

nani Braga, com 50 vozes, já referido; de música de câmara, pelos professores do Inst. de B. Artes do R. G. do Sul; a ópera-bailado Copélia, pela Esc. de Bailados Classicos do T. S. Pedro; Madeleine Rosay, 1.ª bailarinna do Municipal do Rio; meninos cantores de Paris, La Croix du Bois, no T. Guaraní, única exibição no R. G. do Sul; Witold Malcuzinsky, pianista polonês, Adolfo Odnoposoff, violoncelista, e Aubrey Pankey, barítono do Metropolitan de N. York — êstes tambem as únicas exibições no Estado; pianistas Adolfo Tabacow, Felicja Roon, Mário Camerini; violoncelo Duo Mirella Vita-Hans (harpa), Joachim Koelreuter (flauta)...

Conferências de Érico Veríssimo, Vianna Moog, Joracy Camargo, Curt Lange, diretor do Sodre de Montevideu, tema Americanismo Musical; Ênio de Freitas e Castro, Afonso e Margarida Lopes de Almeida, Manoelito D'Ornellas, etc.; 1.º salão de belas artes de Pelotas (Dezembro, 1940), trabalhos de Ângelo Guido, Antônio Caringi, Adaíl Costa, Leopoldo Gotuzzo, Fernando Corona, e outros — pintura, desenho, esculptura, arquitetura, arte decorativa.

Enriquece o patrimônio musical do meio, a magnifica discoteca particular da Sra. Margarida Galibern (com curso de canto na Europa) — coleções completas de Chopin (Prelúdios, Noturnos, Valsas, Polonaises, Baladas e Estudos); Beethoven (as 9 Sinfonias, Missa Solene, etc.); Liszt (as Rapsódias gravadas em disco), Wagner (concertos em Beyreuth); óperas: Manon, Boêmia, Walkyrias, Norma, Isolda, Butterfly; Bach, etc. Gentilmente cedidos à Sociedade Rádio Pelotense, quando diretor o musicista Francisco Mendonça, foram organizados quarenta programas de música, pois, selecionada, o que merece louvores, pela contribuição execelente e expontânea para a difusão da arte musical.

O ambiente artístico, de que vimos falando, favoreceu por certo a creação das emissoras locais — Soc. Rádio Pelotense, PRG-3 em 6-6-1925, a quarta fundada no Brasil; audível no sul do país até ao Paraná; e a Soc. Difusora Rádio Cultura, PRH-4, agora em vias de extender sua ação, creando estações em Bagé, R. Grande e Livramento, formando assim a rede da fronteira.

Assistindo as companhias que frequentemente se exibiam no T. Sete de Abril, foi que iniciou sua formação artística-cultural Abbadio Faria Rosa, filho de Pelotas, teatrólogo, ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Autores Teatraes, do R. de Janeiro, e encarregado pelo Presidente Getúlio Vargas de dirigir o Serviço Nacional do Teatro. Estava escrito êste trabalho quando tivemos noticia do desaparecimento dêsse distinto conterrâneo.

Outro nome conterrâneo que alcançou glórias não só para sua terra mas também para o país, foi Zola Amaro, notável cantora; iniciados seus estudos com os professores Bandeira e Garbini, aperfeiçou-os em B. Ayres com o maestro Fatuo. Estreou em Baía-Blanca com Aida,

de Verdi, sendo daí levada pelo emprezário Mocchi, o mais renomado da época, para a Italia; só depois de seus primeiros triunfos, veiu cantar para seus patrícios no Municipal do Rio. A imprensa de B. Ayres considerou-a a maior soprano do continente. Na Europa cantou em Milão, Roma, Veneza, Turim, Palermo, Catânia, Trieste, Pezaro, Florença, Bolonha, Udine, Haya, Rotterdam, Amsterdam, na Grécia... Cantou ao lado de Claudia Muzzio, G. Besanzone, Gigli, Schipa, De Muro, Franci, eD Angelis, Batistini; cantou a Norma, Aida, Gioconda, Don Carlos, Trovador, Cavalaria Rusticana, Tosca, Ernani, Seror Angelica, Baile de Máscara, Força do Destino, Guaraní, Condor, e outras óperas do repertório verista. Em Milão cantou no Scala sob a regência de Toscanini. Era a primeira brasileira que conquistava tão alto triunfo. Em Catanis, terra natal de Bellini, foi entre outras a escolhida para cantar a Norma na festa do centenario daquele autor, no Amphi Teatro de Gangi, obtendo um dos maiores sucessos e recebendo da crítica local as melhores referências.

Dos teatros brasileiros construídos na remota era da abdicação, nenhum, com exceção do Sete de Abril, se conservou até hoje com a mesma construção. Quiz o Destino que justamente êste que rememora a data da "verdadeira Independência" fôsse o único conservado e viesse a ser nos dias de hoje o mais antigo teatro do Brasil.

Lamentavelmente Laffayete Silva, em História do T. Brasileiro (Rio, 1938) obra premiada pelo Ministério da Educação, omitiu a data de sua fundação, não obstante já haver, nêsse tempo, festejado seu centenário e publicado o Presidente da sociedade, Cel. Guilherme Echenique, interessante monografia sobre o passado da secular instituição. Em Pernambuco, Waldemar de Oliveira atribuiu ao Teatro Santa Isabel, de Recife, a prioridade no Brasil; foi, porém, contestado por Abbadie Faria Rosa, que lhe esclareceu caber tal primazia ao T. Sete de Abril, de Pelotas; em consequência disso, W. de Oliveira, voltando ao assunto, retificou sua anterior afirmativa.

Assim como os congêneres, atravessou o teatro do sul suas crises, mas sempre as conseguiu vencer. Por 1858 sofria séria crise, a propósito publicava O Brado do Sul, n. 21 de Junho, longo artigo, enchendo a 1.ª pagina. Reclamava contra a perpetuidade da diretoria, nem reunião anual convocava para dar conta de sua missão...; comentava a próxima eleição e combatia a "inadmissivel" idéia de fazer-se doação do teatro à Santa Casa de Misericordia. Se o teatro rendia alguma coisa dizia, fôsse essa empregada no aumento e reforma do edifício; se não rendia para suas despesas, feitas com "economia e sem comissão alguma" seria uma "infâmia" sobrecarregar com um maior onus um estabelecimento pio já tão "carregado" fôra uma "refinada hipocrisia" conceder como beneficio um prédio que causa prejuizo, que diminue as rendas dos acionistas. Em todos os casos, concluia o jornal, a Santa Casa sustentar-se-ia sem possuir o teatro, e êste serviria para

lhe fornecer meios "por meio das representações que em seu benefício poderiam alí ter lugar.

Outra crise administrativa, talvez motivada pela política que dividira seus membros em liberais e conservadores, ocorria em 1883, promovendo-se em consequência uma assembléia geral, à qual nenhum dos membros da diretoria em exercício compareceu. Havendo, porém, numero legal de acionistas, para deliberar, foi aclamado presidente o Dr. Joaquim José Affonso Alves, sendo então eleita nova diretoria, à cuja frente estava o Com. Possidônio Mâncio da Cunha; em seguida projetaram novos estatutos, e assim, voltou a sociedade à sua vida normal. Mais uma vez prestava, pois, sua colaboração às nossas instituições o Dr. Affonso Alves, fundador — entre outros préstimos, do Asilo de Órfans Desvalidas, (em 1855) até hoje existente, e modelar instituição, e Presidente da Província do Espirito Santo. (1884).

Durante os 50 primeiros anos foram distribuidos apenas três dividendos aos acionistas. De 1885 para cá têm sido distribuidos dividendos com regularidade, contando a sociedade em fins de 1934 com 66 acionistas.

Para terminar registraremos os nomes dos presidentes que têm dirigido o Teatro Sete de Abril Sociedade Anônima, como agora se intitula: (presidentes de 1869 para cá) — Com. Domingos Antônio Felix da Costa, Cel. Felisberto Ignacio da Cunha, Dr. João Chaves Campello (ex-Presidente da Província), Dr. Joaquim J. de Mendonça (ex-Presidente de Sergipe), Com. Possidônio Mâncio da Cunha, Dr. Henrique Martins Chaves, Dr. Possidônio Mâncio da Cunha Jor., Felisberto Ignacio da Cunha (filho e Cel. Guilherme Echenique, de 1912 até a presente data).

Com relação ao teatro nacional fica, assim, Pelotas ligada pelo secular Teatro Sete de Abril, com ininterrupto e brilhante passado artístico, e hoje o mais antigo do país. E pelos nomes de Abbadie Faria Rosa, atualmente Diretor do Serviço Nacional do Teatro, e Zola Amaro primeira cantora brasileira apresentada no Scala de Milão sob a regência de Toscanini.

E' de desejar-se que êsse teatro, possuidor de tão significativa prioridade e único remanescente, ao lado do Hino de Francisco Manoel, de tudo o que naquela época se fizera para comemorar a ascenção de D. Pedro 2.º, isto é, o dia em que os brasileiros começaram a dirigir o Brasil — seja conservado e restaurado, continuando, a cumprir sua dupla missão: artística e cívica, rememorativa do fato histórico que legitimou a Independência, nacionalizando-a.

BIBLIOGRAFIA

Coleção d'O Noticiador, de Rio Grande, 1832-35.
" " 'O Mercantil de Rio Grande, 1936-40.
" " 'O Conciliador, de Rio Grande, 1841.

" " 'O Povo, 1838-40.
" " 'O Americano e Estrella do Sul, de Alegrete, 1842-43.
" " 'O Mensageiro, de P. Alegre, 1936-36.
" do Jornal do Commêrcio, do R. de Jan., 1831-39, e ns. de 1844-46-65.
" da Aurora Fluminense, 1831-35.
" do Sete d'Abril, do R. de Janeiro, 1833-35.
" " Correio Mercantil, do R. de Janeiro, 1833.
" " Diário Fluminense, do Rio de Janeiro, e outros.
" " Rio Grandense, 1846-57.
" " Pelotense, 1851-55.
" " O Brado do Sul, de Pelotas, 1858-61.
" " Noticiador, do Commêrcio, e outros de Pelotas.
Diversos números do Diário do Rio Grande, e outros de R. Gde. e de P. Alegre.
Historico do Teatro 7 de Abril, Cel. Guilherme Echenique, 1935.
Livro de Atas do T. 7 de Setembro, de Pelotas (muzeu da Bibl. Publica).
Livro de Atas da Câmara Municipal de Pelotas, 1832-44.
Revista do centenario de Pelotas, J. Simões Lopes Netto, 1912.
A Cidade de Pelotas, F. Osório F.º, 1822.
Dez anos no Brasil, Karl Seibier, Leipzig, 1835.
Voyage a B. Ayres et A P. Alegre, Arsenne Isabelle, Havre, 1835.
Ostensor Brasileiro, 1846.
Bibliografia histórica de 7 de Abril à Maioridade, Alcides Bezerra, 1931.
O 7 de Abril não contemplado entre os feriados nacionaes, Luís F. da Veiga, Rio, 1890.
A Marquesa de Santos, Carlos Maul.
Guerra dos Farrapos, Castilhos Goycochea, 1938.
Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras. (Anaes do Congresso de Historia a 7 de Abril de 1931.
O Hino Nacional, Max Fleiuss, Rev. do Inst. H. e G. Bras., tomo 80.
Viagem Militar ao R. G. do Sul, Conde D'Eu, 1865.
História do T. Brasileiro, Laffayete Silva, 1938.
" " " " , Sussekind de Mendonça.
O Teatro no Brasil, Múcio da Paixão, 1917.
Carteira do Artista, Sousa Bastos.
Teatro 7 de Setembro, de R. Grande, notas hist. por Anteiro, em O Tempo, Julho de 1935 e Abril de 39 (Antenor Monteiro).
Teatro 13 de Maio, de Alegrete, L. Araújo F.º, em Município de Alegrete.
Visita de SS. AA. Conde D'Eu e Princêsa Isabel a Bagé, Correio Mercantil, de Pelotas, 24-2-1885.

Sant'Anna do Livramento, série de artigos n'A Pátria, de Pelotas, Setembro de 1887.
O teatro de Jaguarão, Carlos Alberto Minuto, Diário Popular, 18-6-44.
Monumentos históricos e artísticos de R. Pardo, Dante de Laytano.
O Teatro em P. Alegre, álbum do R. G. do Sul, 1942, Olinto Sanmartim.
O Rio Grande do Sul, Wolfgaug Harnisch, 1941.
O Rio Grande do Sul, Bucceli, 1905.
20.º aniversário do T. Guaraní de Pelotas, 30 Abril 1941.
Rev. do Inst. H. e Geog. do R. G. do Sul, 1928, doc. de Domingos J. de Almeida.
Zola Amaro, Waldemar Coufal, Diário Popular, 27-8-1944.
Diccionário Bibliografico Brasileiro, Sacramento Blake.
Poesias Alemãs, Bernardo Taveira Junior, 1875 e 84.
Estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil, Visconde de Taunay.

Em tôrno da Revolução Farrapa

À memória de ALFREDO FERREIRA RODRIGUES, insigne historiador que reabilitou o herói farrapo — general DAVID CANABARRO

Álvaro O. Caetano.

No drama que teve por teatro o Rio Grande do Sul, por espaço de um decênio, ninguêm hoje poderá negar que a brasilidade foi o seu mais alto objetivo. E nem podia ser de outra forma: homens daquela época, daquela têmpera; saidos da forja gaúcha — sómente poderiam lutar pelo Brasil. E assim foi.

De uma revolução que dura dez anos, há muito o que dizer, mas eu penso que ela apresenta, pelo menos, quatro episódios remarcados e impressionantes: a irrupção do movimento, em 20 de setembro; a proclamação da república, no Seival; a surprêsa de Porongos e a paz de Poncho Verde.

Se procurarmos compreender as causas em que a revolução farroupilha vai embeber as suas raizes mais profundas, notaremos, desde logo, que são múltiplas e relevantes, na vida política do império.

Certa ou errada, com vitórias ou derrotas, a solução de tão importante problema seria aquela mesma a que chegaram os homens lendários de 35: um cavalo e uma lança!

Fechando-se a fáse colonial do Prata, durando por quase um século, o Rio Grande do Sul abriu-se para si mesmo, deparando-se lhe um panorama social, que só não podia compreender a metrópole distante: um estado em progresso franco, mau grado as vicissitudes de sua formação histórica.

E, assim, facil lhe foi receber o influxo das idéias democráticas, vitoriosas, em larga escala, com a renúncia de Dom Pedro I, abdicando em favor de seu filho menor, em que vêm influir as fôrças liberais, corrente que se bate contra os elementos portuguêses infiltrados na corôa, na administração e na vida pública, através das simpatias e predileções do monarca onipotente.

Foi, porém, efêmero o seu reinado.

Com o período agitado da regência, voltaram os Caramurús, como

eram chamados os lusitanos, a influenciar no govêrno, sonhando mesmo uma possivel restauração monárquica de além mar.

Dessa forma, o desencadear de atos de terrível autoritarismo contra os liberais, à margem da mais completa indiferença governamental, foi imediato e assustador.

Os estrangeiros retomavam os postos, no país libertado recentemente dêles mesmos, para hostilizarem os nacionais.

Além disso, a administração pública não primava pela correção de sua máquina vagarosa e antiquária. Nenhuma vantagem, portanto, a nação tinha encontrado, no grito heróico do Ipiranga.

O ambiente político nacional continuava estranho, senão hostil à alma popular.

No Rio Grande do Sul, então, se fazem sentir mais ao vivo, as inspirações mesquinhas de mandatários irresponsáveis.

Tudo contra nós: privilégios a outros estados com o nosso sacrifício, impostos asfixiantes como os do quinto; perdão às dívidas a outras unidades do país, enquanto, impiedosamente, sangravam o nosso erário. E, assim, corria, por êsses bons tempos, a mentalidade metropolitana.

Na guerra, eramos os primeiros a empunhar a lança; os últimos porém, a usufruir os benefícios da paz.

A batalha do Passo do Rosário, em que estivemos a pique de uma derrota campal, e que terminou indecisa sem o inimigo tomar conta do campo e mesmo encetar a perseguição, mas com a nossa retirada, bem mostra o estado militar do Sul, em manifesto prejuizo do povo gaúcho.

Completára a obra política, de cunho lusitano e alienigena, a inépcia de um general incompetente como Barbacena, no comando das fôrças rio-grandenses, até então cobertas de glórias, em tôda a fase platina de nossa história.

E' natural que o brio militar gaúcho fôsse profundamente ferido com o fracasso do Passo do Rosario, dando lugar à fragmentação de nossa faixa territorial com a separação do Estado Oriental, oito anos depois, na arrancada memorável de trinta e três heróis uruguáios.

Tudo isto olhando em face de um panorama geral: atentando, porém, para a situação local, isto é, sob o aspecto estritamente relacionado com o Rio Grande do Sul, fôrça é reconhecer a presença de uma orientação desesperadora, à margem da administração Fernandes Braga, retratando, de maneira eloquente, a anarquia central.

Um deputado da província procurou remediar o mal, enviando à côrte uma representação em que pede providências governamentais para o Rio Grande. Foi êle Xavier Ferreira, que expõe, em alentado documento, a situação de nossa vida pública.

Tratou, de início, dos dízimos como objeto mais urgente.

Êste imposto fôra cobrado, a princípio, sob a forma de contrato em favor de terceiros, que se encarregavam de sua execução.

Os dizimeiros de posse de privilégios especiais e de fôrça para assegurá-lo extorquiam desumana e impiedosamente os contribuintes. Eram os Shyloc do povo.

Veio, afinal, a lei que os abolia, passando ao govêrno as prerrogativas que conferíra áqueles.

Necessitava, no entanto, a mesma de uma revisão, que a pusesse de harmonia com interesses de governantes e governados.

Baldos foram quaisquer esforços: ela seguia o mesmo diapasão.

Nada se obtinha na ocasião em que o dízimo era cobrado, nem mesmo a igualdade com os demais Estados, para os quais o Centro se mostrava sempre mais benigno.

Campos devolutos avolumam-se na província. Precisava-se, entretanto, que êles, fôssem entregues a pequenos proprietários para a colonização, mas, em lamentável contraste, eram entregues e distribuidos sómente aos ricos, aumentando, desta maneira, e como sempre, a fortuna de meia dúzia de felizardos.

A nossa indústria era o charque, florescendo, dia a dia.

O estrangeiro encostava nos portos, carregando largamente as suas naus, em benefício do comércio e com o proveito do erário.

Valendo mais do que o próprio produto, criou-se o impôsto de seis centos réis por arroba. Com êle a procura desapareceu e não tivemos mais contacto, com os compradores, indo também o intercâmbio comercial.

Nem mesmo de contrabando queriam mais.

Funcionários falecidos, há mais de vinte anos e com os seus bens sequestrados, sem que houvesse qualquer providência do govêrno em restituir a propriedade privada, que tomára conta, era comum.

Nada menos de sessenta arrobas de prata, vindas das Missões, andavam sem dono e sem que os poderes públicos tomassem qualquer resolução ou a transformasse em dinheiro, quando as dívidas nos assoberbavam.

Nada, entretanto, pagava mais impostos do que o couro e de uma forma muito original: dez por cento no dízimo; no quinto, vinte e cinco por cento; quinze por cento e mais dois, somando tudo cincoenta e dois por cento.

Em tal situação para que o comerciante local quisesse trabalhar com êsse artigo precisava inverter grandes somas. Depois, quando devia sair a mercadoria, faltava-lhe o meio de transporte, que estava todo monopolizado pelo contratador.

Haviam êles arrendado por três anos, na importância de cento e vinte contos, a arrecadação do imposto do quinto.

Uma estatistica levantada na cidade de Rio Grande demonstrára que, num período de janeiro a abril apenas, os couros tinham dado um rendimento de quarenta e dois contos de reis.

Dos municípios sómente cinco tinham elaborado as suas leis com-

plementares ou tratavam da administração; tudo mais era abandono. Não havia ponte sôbre arroios, que nos períodos de enchentes eram atravessados em canoas ou pelotas, oferecendo quase sempre pouca segurança ao transeunte. Nenhum caminho por onde se transitasse.

E ao governo êste estado de cousas não impressionava...

Por tudo isto, **o 20 de setembro**, na sua histórica madrugada em que os revolucionários, atravessando o Guaíba, vão ferir o primeiro combate, na ponte da Azenha, arrabaldes da Capital, é uma página alcandorada, **decênio de glórias da América**, no dorso sem fim da coxilha pampeana!

Não se diga que um acontecimento, que vai ter um curso de dez anos, partindo das camadas profundas do povo, jogando a prosperidade, o bem estar, o seu sangue, o futuro, seja uma simples desobediência à lei, na miragem enganadora de uma aventura.

Bastaria relencear o olhar pelos sucessos da época, para a convicção saltar dominadora.

A imprensa, esse espelho da alma popular nos paises livres, relata-nos, de maneira magnifica, o ideal farrapo, límpido como as estrêlas, na imensidade do espaço.

Num dos seus artigos, o CONTINENTISTA, jornal de maior projeção do momento, citava uma declaração do povo de Virgínia, nos Estados Unidos, dizendo: Cada vez que um govêrno fôr reconhecido como incapaz de preencher os grandes fins para que o povo o investiu do poder ou lhe seja contrário, a maioria da nação tem o direito indubitável de abolí-lo, reformá-lo, da maneira que achar mais conveniente ao bem público.

Homens daquela têmpera e daqueles tempos não fariam jorrar sangue de irmãos, por uma simples ascensão ocasional do poder.

Viviam a vida num sentido mais humano!

Nenhum dêles seria capaz de fazer relampejar a sua espada à margem de uma ambição ou de um despeito.

E não fizeram!

A revolução farroupilha foi um movimento de honestidade, de heroismo, de fé e de martírio!

Pode ter consigo erros, do que são sucetíveis tôdas as ações humanas, mas revestidas sempre — e nisto está tôda a sua grandeza — de uma sinceridade a qualquer prova.

Fernandes Braga, o tiranete provincial, que ao abrir a assembléia legislativa pronuncia um discurso impolítico, ferindo os adversários, irritando os ânimos, excedendo-se em suas atribuições, voa ao primeiro sopro do minuano revolucionário, seguindo barra afóra, para levar à metrópole distante a firmeza de uma resposta e dureza de uma lição.

Substitue-o José de Araújo Ribeiro, que traz a inspiração da Regência pouco interessada nos acontecimentos, que se desenrolavam no Sul. E teria, por certo, alcançado a pacificação, quando Bento Gonçal-

ves — figura máxima do Rio Grande do Sul — lança uma proclamação dando por finda a luta, reconhecendo as leis, com a constituição reformada, vivando a pessoa do jovem monarca, Dom Pedro II, enfim, uma afirmação magnifíca de amor da Pátria.

O documento data-se de 21 de outubro de 1836.

O novo presidente, porém, entra de chofre em questões que vieram irritar a situação de relativa calma, fazendo com que a assembléia, desconfiada de suas intensões, lhe denegasse a posse efetiva do cargo.

Foi um ato de resistência, é verdade, mas em defesa dos interêsses políticos, a tôda hora ludibriados, e ainda sob a esféra de influência do presidente deposto.

E não foi, por certo, uma atitude oriunda exclusivamente daquele poder: de tôda a Capital, pelo menos, os cidadãos se reuniam em casa do juiz de paz, ou em qualquer outro lugar, formulando representações coletivas em que solicitavam á assembléia sustase a posse, principalmente, enquanto o govêrno central não reconhecesse a revolução de 20 de setembro, bem como as medidas dela decorrentes. E esta última circunstância põe bem em evidência a pouquissima confiança, que tinham todos, em qualquer providência governamental, pendente do futuro, em relação aos interêsses do Rio Grande.

Não confiavam, em última análise, em compromissos oficiais.

E, assim, procediam em razão de defesa na luta, que estava travada profundamente.

Araujo Ribeiro toma posse da presidência da província na cidade do Rio Grande, ficando no mesmo cargo, na Capital, o primeiro vice-presidente da assembléia, Marciano Pereira Ribeiro, dando-se de tal modo a dualidade administrativa.

Os animos agitam-se e o tumulto irrompe nas ruas, sob a palavra inflamada de Pedro Boticário, o Marat Farrapo.

Esboça-se a contra-revolução, retomando Pôrto Alegre com o auxílio de Bento Manoel Ribeiro, espírito vacilante, mas de incontestável valor militar, levando à cadeia trinta e cinco próceres revolucionários, inclusive Marciano Ribeiro, em 15 de junho de 1836, o que faz voltar a Capital ao aconchêgo doce do govêrno imperial.

Não há dúvida: era o primeiro fracasso da revolução.

Bento Gonçalves — expressão mais lídima de uma época, alma ciclópica da revolução, estabelece o cêrco da praça, mas tem de retirar, perseguido, de perto, por Crico Pedro, e procura salvação na travessia do Jacuí, sôbre a ilha do Fanfa. Teria sido um acontecimento extraordinário se lhe não tivesse deparado alí, acidentalmente, a esquadra imperial, em patrulhamento daquelas águas.

Em tais circunstâncias, impossivel lhe foi a passagem, resolvendo, então, entregar-se, depois de ouvido o conselho de oficiais. Foram três dias épicos. A metralha varreu a terra firme, por todos os lados, dia e

noite. Os recursos pedidos lhe não chegaram a tempo. E o herói farrapo cai prisioneiro sob garantias honrosas, mas que não foram cumpridas.

O despeito do vencedor rugiu com a fericidade das almas mesquinhas, fazendo com que o vencido fosse expiar a culpa, num presídio do Rio, transferido mais tarde para o Forte do Mar, na Bahia.

Mas uma derrota apenas não abate espíritos tão varonís. Neto surge, no Seival, município de Bagé, para dar uma derrota campal em Silva Tavares, comandando a sua coluna legalista.

E com ela veio a república.

Não foi o escopo revolucionário: tornou-se um imperativo do momento, uma ação de equilíbrio contra o poder esmagador do Centro, fortalecido em breve com a prisão de Bento Gonçalves.

A república de Piratiní objetivou uma das tantas ações políticas de que se lança mão, quando se discutem as grandes causas da humanidade.

Não era republicano o general Neto, como não era separatista ao empunhar a espada e mesmo não o seria depois da vitória.

Não o era Bento Gonçalves. Não o eram os farrapos. Não o era a revolução, como não o era o povo riograndense. E a revolução timbrava em respeitar os seus direitos sagrados. Tanto assim que os seus primeiros atos orientaram-se, no sentido de reunir a assembléia constituinte.

Reconhecendo a Câmara de Jaguarão o pronunciamento do Seival, nomeia a Bento Gonçalves o protetor da república, mas impõe-lhe o dever de auscultar a opinião popular, através do comício, que se realizou na cidade de Piratiní, apesar de todas as vicissitudes da hora que passava.

Mas a república não podia ser apenas o estrondo guerreiro pelos descampados silenciosos: ela torna-se um programa político de concêrto com o fator militar.

E, então, quanta cousa esta gente teve para fazer!

E quanta cousa fez! Que memórias abençoadas temos que honrar eternamente!

A revolução voltou-se, então para duas atividades: a militar e a política, objetivando, neste setor, as realizações mais assombrosas de uma época.

Efetuou eleições e delas saiu a assembléia constituinte, que elabora o estatuto magno da república nascente.

Organiza o govêrno, cabendo a Bento Gonçalves a presidência, e seus respectivos ministérios. Legisla sobre comércio, indústria, finanças, segurança pública, educação e seus problemas; moeda, receita; celebra tratados internacionais — tudo enfrentando de maneira resoluta e firme.

Instalado o governo na então vila de Piratiní, vivendo depois as horas incertas de situações ocasionais, torna-se nômade: ao lado do soldado, marcha o legislador.

A liberdade é a estrêla de Belém, iluminadora de ambos.

Enquanto isso Bento Gonçalves está na cadeia.

Pesa sôbre a sua vida o Forte do Mar.

Um dia, porém, recebe o um bolo de presente. Prepara-se para o manjar. É todo apetite. Mas, de pronto, o paladar torna-se suspeito. Dá-o a um gato e um cãozinho, que o acompanham. Têm morte imediata. Está plenamente definida a intenção de o envenenarem.

Pretexta doença, manifestando o desejo de ir, como de costume, ao banho.

O comandante do Forte defere-lhe o pedido e retira-se para a cidade, esperando, talvéz, que o mar quisesse ser cúmplice na morte do herói gaúcho.

Bento Gonçalves lança-se nágua, em direção a uma canoa que estava próxima...

Alguns dias depois, atravessando o Estado de Santa Catarina, entrava nas plagas rio-grandenses.

Retoma o seu lugar na luta.

A coxilha havia chamado mais uma vez o seu herói distante.

Os anos passavam, mas a revolução não passava.

De coxilha em coxilha, de serra em serra; de reencontro em reencontro de combate em combate, de entrevêro em entrevêro; de carga em carga — batem-se heróis contra heróis!

O ano, porém, de 1844 teve para com o revolucionário o efeito de um ciclone: é que à frente da província está um cidadão competente; militar experimentado, velha raposa da espada, começa desfechar-lhes golpes contra golpes.

Caxias vê, de início, que a maior arma para combater a revolução era o cavalo.

Trata logo de adquirir com eficiência êsse elemento.

Reune três mil montarias. Divulga um boato que vai sôbre a cidade do Rio Grande.

Os farrapos o esperam no Passo de Canudos, no rio São Gonçalo, para evitarem que êle tomasse conta da região a oeste do mesmo rio, mas êle o atravessa no Passo dos Negros, junto a Pelotas.

Protegeu o flanco direito pela lagoa dos Patos e marchou.

Era uma travessia verdadeiramente audaz. Uma patrulha apenas com um simples tiro de garrucha enferrujada, poria por terra tôda estratégia de um general ilustre. E assim chegou a salvo, de qualquer obstáculo às margens do Jacuí.

Estava dado o golpe definitivo à revolução.

E foi precisamente nessa altura que se deparou aos revolucionários a fatalidade trágica de Porongos.

Acampou o exército de Canabarro.

A coxilha aconchega.

O farrapo dorme.

O cavalo descansa.

Estrêlas mortiças luciluzem no firmamento.

Um foguinho morto apenas aquece a chaleira para o chimarrão.

Uma esperança de paz percorre alguns corações sequiósos do rancho amigo, de onde haviam partido, há dez anos, para o destino incerto da guerra.

Outros acreditam na continuação da luta, uma vez que nada podiam esperar de um govêrno, que sómente ludibriára o Rio Grande.

Entretanto, o emissário da paz esperava, de pé no estribo, o amanhecer, para, no Rio de Janeiro, discutir as condições em que esta poderia ser aceita.

A noite avança profunda e silenciosa.

Está próxima a hora dos destinos humanos!

Avança também a surprêsa de Porongos!

Chico Pedro toma tôdas as providências para que nenhum ruido pudesse ser pressentido.

Atam as barbelas dos freios. Nenhum tinir de espadas, nenhum rebencaço no cavalo, nem mesmo uma palavrinha de companheiro para companheiro.

Marcha Chico Pedro, no delirio de sua apoteose de sangue!

A noite vai alta!

Chico Pedro vem perto!

As patrulhas fazem o reconhecimento.

Sombras longas e tranquilas envolvem o momento fatal da hecatombe!

Tudo dorme, sómente a morte vela a alma revolucionária do Pampa!

O primeiro tiro ecoou no espaço!

O grito: É o Moringue! — confirma a catástrofe!

Seguiu-se o desabar tremendo da tempestade em fúria!

Dantesco acordar de fantasma!

Descargas sôbre descargas!

E Chico Pedro leva de vencida o exército de Canabarro, supremo comandante farrapo, oferecendo-lhe estonteadora derrota.

Um guerrilheiro atilado e vigilante, como Canabarro, tivéra a sua fraqueza ao contacto com um comunicativo e doce olhar de mulher...

Entretanto, a revolução não estava vencida.

Dias depois, Canabarro reunia os destroços dos seus bravos para desafiar o exército imperial a uma batalha em campo aberto.

Homens como êstes não traem. Foram feitos para a suprema predestinação da história.

E assim chegaram êles, heróis e leais, a Poncho Verde.

E foi em Poncho Verde que os farrapos ganharam a guerra.

Ganharam-na, não para a satisfação de interesses pessoais, ou mesmo locais: ganharam-na para o Brasil. Para o Brasil de hoje, para o Brasil de amanhã, para as páginas alcandoradas da História!

Para um Brasil sem Caramurús e sem corôas de outro hemisfério, incompativeis com a índole da nossa Raça e a democrácia inata do nosso Povo!

Poncho Verde consolidou a unidade de nossa Pátria como o Ipiranga a fôrça da nossa soberania!

Veredas Planalteanas

Manuel Duarte.

Era ainda literalmente êrma a continentina região do Nordéste riograndense, quando, em 1709, os jesuitas missioneiros, acossados de contínuas diversões portuguêsas da Nova Colônia (Sacramento) à caça de seus rebanhos bovinos de Baqueria del Mar, ageiraram seus gados, transportaram-nos e os soltaram no estupendo deserto, ao qual invocariam o apelativo de "Baqueria de los Piñares".

Certo, representa êsse feito épico a mais gigantêsca migração pastorícia sulamericana. A pique de se verem desprovidos de semoventes, em "Baqueria del Mar", aquêles incansáveis catequistas amalocam suas alimárias dispersas e tangem-nas para os ignótos sertões nordestinos, através de mais de duzentas léguas batidas, por de sôbre inóspitos caminhos, entrecruzados de rios caudalosos e afestoados de milhentos perigos.

Transpõem duas ignótas matarias, nos futuros Matos Castelhano e Português, e, enfim, rompem na solidão virgem do Planalto maravilhoso.

Contemporâneo do formidável acontecimento, melhor evoca a incredivel passagem daquela massiça serrania, o insigne Cristóvão de Abreu:

> "... uma grande Serra, em uma grande distancia que se "mete de per meio com as terras das aldeias dos P. P. da "Companhia, a qual Serra fez uma quebrada com matos mui "espessos, e é por onde os ditos P. P. ha poucos annos, com "muito trabalho, e força de braço, e machado, abrirão ca- "minho para passar os primeiros gados..." (Cristóvão de Abreu; Rev. do Instituto Hist. Bras. vol. 69, p. 258)

Atingida a ridente região planalteana, largaram aqueles grandes catequizadores, seus imensos rebanhos bovinos trasmudados.

Fraldejadas as encostas orientais do babilônico Planalto, pela abrupta asperêza da intransponivel Serra Geral; inacessiveis, pois, aquelas alturas culminantes a qualquer comunicação ou contato com

a nascente vanguarda lusitano-lagunense da planície marinha; ingalgável a mínima verêda entre Baqueria de los Piñares e a Paulicéia longinqua: — estaria assegurado infinito progresso boiadeiro naquela ciclópica rechã, ora, povoada, cuja produção vacum alimentaria os povos das Reduções missioneiras.

Tal, o ilusório sonho do portentoso empreendimento guaraníco-loiolano, desfeito, em breve. Assim o regista o Padre Burriel:

> "Na costa que corre quase desde Santa Catarina até a Lagôa dos Patos e Riogrande, cercada de ásperas montanhas, "que chamam Pinhais, puseram os Indios Guaranís, ano de "1709, umas vacarias de 100 mil cabeças sôltas, sem temor "de Portuguêses, como em terras proprias; porém, no ano "de 1729, entraram os Portuguêses, abriram caminhos, sa-"quearam as vacarias, deixando num pau êste letreiro: Viva "el Rey de Portugal, A 10 de Julho de 1729; pelo mesmo ca-"minho hão sacado milhões de cabeças de tôdo gado, e ca-"valos, e mulas..." (Teschauer; História do Riogrande do "Sul, vol. 3.º, p. 69)

(Não confundir êste feito real, com a suposta aventura de M. Dias da Silva). Verdade é que Faria e Souza fixa o ano de 1712, em cujo transcurso teriam os jesuitas conduzido seus gados àquelas sobêrbas paragens predestinadas. Acolheria o denodado sertanêjo, errante notícia oral, incertamente boatada, de longe. Ao passo que o Padre Burriel consignava ocurrência tão relevante, da qual teria sido testemunha visual, porque deliberada e assistida pela propria Companhia de Jesus, a que pertencia, aquela espantosa transmigração em massa.

Entretanto, naquele destemeroso adentramento lusitano, que em linguagem singela e quase indulgente, relata o Padre Burriel, pareceria que exclusivamente se inspirariam os portuguêses na prosáica finalidade de abrir caminho, com o fito precípuo de "saquear as vacarias donde sacaram milhões de cabeças de tôdo gado..."

Ora, em verdade, naquele definitivo minuto da História, traçavam-se os destinos geográficos da Colônia, que trabalhava fixar as fronteiras territoriais, e desenvolver o povoamento no Sul indefinido... De conseguinte, naquela corajosa arremetida sertanêja, outra era a penosa entreprêsa da partida desabalada, través da mataria intratável e da insulada imensidade sertanôa.

Resolvida, enfim, pelos altos designios da Administração, a imediata abertura de grande caminho de ligação interior, entre S. Paulo e o litoral lagunista, em trânsito para a nascente fundação da Colônia do Sacramento, — assomaria a monção expedicionária nos cimos imponentes daquele panorama prodigioso, recem-povoado de

multidão de bovinos missioneiros, em 1729, em marcha contínua para S. Paulo.

Certo, o encurtamento das distâncias, através dos sertões de nossa interlândia, a segurança do itinerário nuper-acessivel, a estonteante magnificência da campanha nordestina, recem-revelada à cobiça dos aposseadores de sólo reiúno, a incalculável possibilidade pastorícia que se oferecia, de inopino, à ambição dos veteranos Tropeiros sertanistas: — tudo isso atrairia pretensores sem conto na derelita solidão invadida.

Tropeiros, os incipientes ocupantes territoriais do Planalto, ao longo da Serra-Geral e da margem esquêrda da mediterrânea Serra das Antas: — Manuel de Barros Pereira, Pedro da Silva Chaves, Cristóvão de Abreu, José Antonio Cardoso, Antonio Correia Pinto de Macêdo, (fundador de Lages) Francisco Carvalho da Cunha, Francisco Correia de Carvalho, Carlos Gonçalves Braga, Rodrigo Antonio da Silva, Frutuoso de Araujo e Silva, Francisco Pereira Gomes, Francisco Pinto Bandeira, José da Silva, Antonio Rodrigues, José Pinheiro de Melo, Tomé Rodrigues de Lara, Antonio Gonçalves dos Reis, Miguel Félix de Oliveira, José de Barros Pereira... quase tôdos lusitanos, cujas expropriações haviam povoado de semoventos, preados nos imensos domínios missioneiros, de "Baqueria de los Piñares", a partir de 1740.

Esta primeira leva migrantista se alojaria no Planalto, flutuante e semi nomádica:

> "De feição que só no decênio 1760-1770, espontaria, no "Planalto, novo núcleo de pretensores estancieiros, composto "dos irmãos Manuel, Francisco e José Rodrigues de Jesus, la-"gunenses; seu cunhado Antonio Borges Vieira, de Lisbôa, "c/c. Teresa Rodrigues de Jesus, e de José de Campos Ban-"denburg, paulista, sôgro de Manuel Rodrigues de Jesus, e, "talvêz, alguns mais, porém, ainda não conferidos. Extrapas-"sados os limites das glebas já possuidas por aqueles primei-"ros povoantistas planaltenses, esteirou-se no sertão bravio "êsse histórico nódulo sessentista, que elegeria suas posses "contíguas, dispostas em fórma de ciclópico leque aberto, "cujas extremidades se fundiam, respectivamente, nas ser-"ras dos profundos vales do Pelotas e das Antas, e cujo vér-"tice atingia as planícies centrais, onde, pouco depois, se er-"gueria a primitiva Capela, votiva a N. S. da Oliveira..."

A-pesar-de-periódicos assaltos do indígena, que levava crescente desassossêgo às famílias residentes; dada, porém, a excelência das terras, proprias à atividade pastoril, novos contingentes populativos se iam incessantemente alojando na amplidão despovoada, a caminho do Ocidente. De feição que, nos albôres da centúria XIX, existiam

grandes Fazendas, na região, e, porisso, se iniciava a conquista dos indevassaveis "Campos dos Fundos de Baqueria de los Piñares". (Lagôa Vermelha)

Todavia, o ingrato problema que retardou muitissimo o progresso daquela importante região gaúcha, correu sempre por conta da absoluta falta de estradas, que impedia a frágil iniciação agrícola; e, naquele ciclo de fixação territorial, entre vizinhos, a penosa ausência de caminhos fáceis preocuparia os grandes homens lusitanos, que administraram o "Continente de Viamão".

Porque, em verdade, a primitiva estrada aberta, de Faria e Souza e retificada por Cristóvão de Abreu, formava grande e desnecessária curva, para atingir o eixo em Araranguá, e obrigava a tanger a voluvel praia mareira, em demanda do Sul. De modo que do acume do Planalto se impunha a construção de formidável réta, à procura de Viamão.

Coube à predestinada visão do insigne Cristóvão de Abreu a iniciativa dessa "nova via de comunicações e transportes entre Viamão e Curitiba". (G. Borges Fortes; "Velhos Caminhos)"

Convém, de caminho, afirmar que êsse desvío na velha estrada de Faria e Souza, começava muito acima do futuro Registo de Santa Vitoria; frechava pelo Passo do Inferno, então, apelido do rio de Pelotas, e saía nos Campos dos Auzentes, cujo batismo se iniciaria em 1766. Daí, buscava as vertentes do Rio das Antas e se adentrava em Cima da Serra, em busca da planície viamonense.

Há, em apoio desta assertiva, pacífica demonstração histórica, que exclue qualquer contestação. Em 1755, Gomes Freire de Andrada faz a seguinte concessão de sesmaria a Bartolomeu de Sequeira Cordovil :

> "...Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria vi-
> "rem que havendo Respeito a me Reprezentar por sua peti-
> "ção Bartholomeu de Sequeira Cordovil, que ele queria po-
> "voar nos campos da Vaccaria huas terras que se achavão
> "devolutas **seguindo a estrada velha das Tropas do Ribeirão**
> **"chamado dos Touros athé o Rio chamado do Inferno, cru-**
> **"zando das suas cabeceiras da cituação de Miguel Feliz athé**
> **"d'onde o Rio dos Touros faz barra no do Inferno..."** (Gomes Freire de Andrada; Registos de Cartas, etc.; Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano XXIV, p. 169).

Colhe-se deste ato :

a) Ainda em 1755, não existia o Rio de Pelotas, mas, apenas, o do Inferno;
b) As Tropas cavalares e muares transitavam pelo passo do Inferno, a caminho de S. Paulo: deixavam muito à esquêrda o

Passo e futuro Registo de Santa Vitória, aberto mais tarde, e, muito à direita, a réta inicial de Cristóvão de Abreu;

c) A sesmaria concedida a Cordovil ficava entre os rios dos Touros, do Inferno e a cituação (posse) de Miguel Feliz athé d'onde o Rio dos Touros faz barra no do Inferno (Pelotas);

d) A' simples inspeção cartográfica se confere que o Passo e Registo de Santa Vitória ficam abaixo da confluência do rio dos Touros no de Pelotas.

"Como se vê do Mapa anexo aos Anais do Riogrande do Sul, de S. "Leopoldo, o caminho para Cima da Serra de Viamão, partindo de "ponto conveniente da estrada que vinha da Laguna, acompanha o "vale do arroio Rolante, fluente do rio dos Sinos e, desembocando nos "campos do planalto, atravessa os rios Santa Cruz, Taínhas e Ca-"misas, atingindo as margens do rio das Antas, de onde, futuramente "prosseguiria rumo a Lajes..." (Borges Fortes; Obr. cit.).

Este é, pois, o mesmo caminho, descrito no roteiro da importantissima obra do Brigadeiro Francisco João Roscio, — "Compendio Noticioso" — :

"ESTA TERCEIRA PARTE do Governo do R. G. de S. P. "presentemente (1781) só tem uma comunicação ou caminho "para o mesmo Continente que sahe junto à Lagoa do Barros "atraz do Rio Tramandahy. E' caminho de escabrosa e má "serventia dificultoso de passar principalmente de inverno. "Principiando a seguir este caminho da Capela ou Povoação "de Viamão para o Norte ou melhor para o Oriente pelos la-"dos do rio Gravatahy a distancia de 12 leguas está a **fre-"guesia de S. Antonio** novamente estabelecida em huma lom-"ba nas fraldas da montanha. Desta Freguesia a distancia de "uma legua serra acima está um desmonte ou grande córte de "mato, que chamam campestre; mais adiante tres leguas passa "o **Rio Rolante.** Do Rolante a 4 leguas está a **Ilha** que é outro "desmonte de mata: daqui a sahida do campo 3 leguas. Mais "adiante uma legua **Pedro da Sylva** e deste a distancia de 2 "leguas passa o rio de **Santa Cruz** ou **rio do Cahy.** Mais adiante "uma legua mora o Freitas: deste a 6 leguas está a **Estancia "do Cedro.** Do **Cedro** ao rio das Antas 3 ½ leguas. Do rio das "Antas á Freguesia contam 3 leguas. Da Freguesia que fica "na Fazenda do Leandro ao Rezisto onde termina a largura "destes campos no rio Uruguay contam quatro leguas..."

(Francisco João Roscio; "Compendio Noticioso", in Revista, 3.º e 4.º Trimestres, 1942, p. 48) (Nóta a)

Nóta a: — Ocorrem, aqui, referências que merecem explicadas. Assim, escreve o grande Roscio: — ...junto á Lagoa do Barros. Já em número anterior da Revista mostrei que êrro é a fórma em uso, —

Bem se vê que essa primitiva e rude estrada apenas atravessava Cima da Serra e a parte oriental dos Campos de Vacaria, cuja população continuaria sem meios de comunicação com o longinquo litoral. De feito, os habitantes do interior da imensa região de "Baqueria de los Piñares", circundada pela aspérrima Serra das Antas e a intransponivel Serra-Geral, durante mais de cem anos, seriam obrigados aos mais cruentos sacrifícios periódicos, para o seu rudimentar intercâmbio com os empórios litorâneos. Atravessariam a Serra e rio das Antas, por inóspitos caminhos, — piques de tropeiros; — transpunham a campanha de Cima da Serra e, em cabo, mergulhavam na bravia espessûra da Serra-Geral, afestoada de féras e do indio agressivo. "Onde, porém, — escrevi eu em livro evocativo —, mais nítida e vigorosa se revela a luta do povoador primévo do Nordéste, cujo singular poder de resistência titânica assombra a imaginação discréta do cronista, é na odisséia das viagens litorâneas, salteadas de milhentos perigos. Partem-se em busca de sal e outros gêneros indispensáveis à despêsa de cada solar daqueles rendeiros anônimos, que lastreariam

---

Lagôa dos Barros, pois que historicamente Barros foi um só, — Manuel de Barros Pereira, que só deixou a filha natural, reconhecida — Margarida, de nome. Pedro da Sylva é o nome do povoador capitão Pedro da Silva Chaves, posseiro contemporâneo e acérrimo inimigo de Antonio Correia Pinto. Ambos fôram juntamente sesmeiros em Cima da Serra. Dali se desabalaria. mais tarde, Correia Pinto, que recebeu a missão de fundar Lages, em 1766.

Freitas — diz o Compêndio. Trata-se de Antonio José de Freitas, tropeiro e grande estancieiro, no Planalto e em Cima da Serra. Natural de Braga, é filho de Francisco da Costa Fagundes e de s/m. Maria de Freitas da Alma. Foi c/c. Inacia de Jesus, natural da Colônia do Sacramento, filha de José Pereira Terra e de s/m. Margarida de Jesus. Era Freitas cunhado do tenente José Pereira da Silva e, como êste, incansável negocista de imóveis, na região serrana. Chamava-se S. Tomé a Estância à que se refere o inestimável "Compêndio".

"Do rio das Antas á Freguesia contam 3 leguas. Da Freguesia que fica na Fazenda do Leandro ao Rezisto onde termina a largura destes campos no rio Uruguay contam quatro leguas". Freguesia significava — paragem, poisio de Tropas. Não tem a descrição do "Compêndio" a mínima relação com a Capela de N. S. da Oliveira, que fica situada mais de 12 leguas para a esquêrda da estrada descrita.

Leandro, — diz o "Compêndio". Trata-se do povoador, Leandro da Silva Soares, genro de Baltazar Gomes de Escobar e s/m. Joana de Godois, naturais de S. Paulo, Leandro é português, n. de Braga; filho de Agostinho Barbosa e s/m. Brígida Francisca. Em 1775, vende a grande Fazenda que possuia em Vacaria e que lhe foi doada por Bento Soares da Mota, ao capitão Joaquim José Pereira. Chama-se esta Fazenda — "de Santa Cruz dos Quatis da Freguesia Velha". Esta designação prova a significação histórica de FREGUESIA que se dava a sitios, poisios de tropeiros, sem relação com a idéia de povoação. Leandro retirou-se com o sôgro, para Santo Antonio da Guarda Velha. Para ali, tambem, tôda a familia Escobar, que por muitos anos viveu no Planalto.

o substractum vital da nacionalidade, na região submetida. Essa, a página mais sobêrba, poderosa e impressiva, entressachada de lances vibrantes, de epopéia, na dilatada travessia da Serra-Geral, descrita na parábola homérica dos camponêses do Planalto..."

"...Transpõem a Serra inóspita das Antas e frecham para o Sul. Em cabo, adentram-se na soturna mataria da Serra-Geral, que vão romper, em mira das planícies marinhas, onde carregam. Nesse grave entrementes, atingem a zôna afestoada de fêras e indios vezeiros, cuja animosidade afrontam, ou contorneiam, e passam..." ,

Assim foi a longa odisséia das tropas de cargueiros, na condução de sal aos gados e gêneros indispensáveis ao custeio das Fazendas planalteanas. (Nóta b)

Com o perpassar das épocas, a iniciativa particular daqueles povoadores foi retranzindo a severa parábola das distâncias, no cruzamento da Serra das Antas. De modo que a mais antiga passagem no vale profundo do rio das Antas e ingreme mataria, que o circunda, era nas proprias vertentes do famoso rio, sôbre os Aparados. Ao depois, teria de ser pela estrada que o insigne Roscio descreve. Mais tarde, pelo chamado Passo das Antas do Meio, por onde cruzariam Labatut e Canabarro. Finalmente, graças à iniciativa dos Pains, (Antonio e Francisco Paim de Andrade) foi aberto angustioso pique, na confluência do Mulada no rio das Antas, onde hoje se acha Criuva. Por esta estrada passou a ser feito o serviço de condução de malas, a partir de 1876, cujo estafeta vizitava a Freguesia de N. S. da Oliveira, mensalmente. (Nóta c)

Nóta b: — A respeito da tragédia dos indios contra a propriedade pastorícia, é dilucidativo este fato: — Em 1821, Francisco Antonio de Cândia justifica, em Juizo, seus domínios em Cima da Serra. Comprou-os a Salvador Bonet de Assunção, bem como ao tenente José Antonio dos Santos. Ambos lh'os venderam, de mêdo do gentío. Cândia se tem, ali, mantido, com tôda sua família, "fazendo roças no mato virgem, queimando campo, fazendo grande alarido, com tiros de espingarda, afim de afugentar o gentío da terra..."

Tais terras fôram pelo justificante adquiridas em 1818.

Com essa prova de resistência defensiva logra o desgarrado povoador o seu título definitivo de posse latifundiária. E, de feito, obteve-o contra a ambição dos herdeiros daqueles vendedores timoratos...

— Ainda em 1840, a narração é de Garibaldi, os indios atacavam, principalmente, os legalistas, na passagem da intratavel serrania das Antas. Ao parecer, seriam os indígenas propensos à forma republicana, mas não deixavam de mostrar tendências tradicionalmente agressivas contra os "brancos".

Nóta c: — O primeiro passageiro no Passo das Antas de baixo se chamava Jacinto José de Oliveira. O segundo passageiro foi Zeferino José dos Santos.

O primeiro estafeta entre Caxias e o Passo das Antas foi José Zeferino de Souza, vulgo, — José Laguna, donde era natural. Entre o Passo das Antas e a Freguesia de N. S. da Oliveira de Vacaria, cha-

Já então ia adiantado o serviço de colonização alienígena da Serra-Geral. (Nota d)

E bem. O insigne Cristóvão de Abreu reconheceu os sertões nordestinos, em 1731. Foi quem, até hoje, mais entusiasticamente os descreveu. "Subida a Serra se compõem aquellas terras d'uma aprazivel vista, com campos mui dilatados, cruzados todos de varios corregos de christallinas aguas, que correndo para Leste, formão varios rios caudalosos... Além do referido com que a natureza formou e creou aquellas terras tem admiraveis paragens para creações de gados, e tem mais a excellencia de serem tão salutiferas..." Mais tarde, o grande Gomes Freire cogitou de atravessar aqueles sertões, mediante imediata construção de estrada que levasse a Santo Angelo, iniciada em Araranguá.

Francisco João Roscio, com o seu olhar arguto, de genuino grande homem, escrevia, em seu inestimável "Compêndio":

> "Da Freguesia do Taquary para diante tem a Politica "dos Governadores embaraçado averiguação, frequencia e na-"vegação daquele Rio porque dizem tem ouro e pedras pre-"ciosas. Eu o que achei nas suas margens foram muitos "calhaus... Eu cuido e se me representa que seria conve-"niente explorar todo este rio ainda apesar de alguma des-"peza a ver se nas visinhanças de suas margens, na passa-"gem da cordilheira se poderia encontrar algum favoravel "transito por onde os povos de Vacaria poderem mais como-"damente comunicar-se e mutuamente socorrer-se com este "Continente e poder extrair os seus generos..."

---

mava-se Manoel Tropeiro, como foi conhecido, o estafeta. Estas preciosas informações me fôram dadas pelo venerando ancião José Francisco de Vargas, forte fazendeiro em Lagôa Vermelha. Homem esclarecido, lido e de ótima memória, José Francisco recorda, com admirável precisão, dos tempos de sua primeira vida escolar. Foi em Santo Antonio da Patrulha, nos anos de 1876-77, quando frequentava as aulas do enérgico professor público, João Mendes. Entre os condiscípulos, cita êle Caldas Junior, cujo pai era Juiz de Direito, em Santo Antonio da Patrulha. Depois de longa, merencória meditação, disse-me José Francisco de Vargas.

— o Caldas Junior era estudioso, circunspecto e excelente colega. Tambem nossa turma era composta de bons alunos.

Nóta d: — Sem embargo, a estrada única de travessia na Serra-Geral para a região litórica, foi, durante a primeira centúria, a rude encruzilhada descrita pelo grande Roscio: — "...só tem uma comunicação ou caminho para o mesmo Continente que sahe junto á Lagia do Barros atraz do Rio Tramandahy..." Por ela realizaram as hostes farroupilhas as guinadas épicas, que ainda hoje merecem meditadas e descritas.

Já com a colonização estrangeira, na mataria da Serra-Geral, a muninificência monárquica foi abrindo tôscos rumos de comunicação

Finalmente, conceitúa aquêle ínclito homem público :

> "Até agora nenhuma atenção tem havido a respeito dos "campos da Vacaria ou de Cima da Serra tão destacados e "tãodificeis de se entresocorrer por sua situação, já expres- "sada, e que dão franca e boa entrada da parte das Missões "Espanholas..."

E Veiga Cabral, depois de aludir à "desordem que a falta de conhecimento daquelle terreno havia ocazionado", observa que "os campos de Vacaria são os mais apraziveis que tenho encontrado", e que "a prova mais decisiva da desordem acima expressada envolve nada menos que o risco imediato de perder hua das importantes Fronteiras deste Continente..." (Correspondência com o Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos e Souza; 14 de abril de 1781).

Noutra missiva, dirigida ao Padre Dr. João Ferreira Roris, de 10 de abril do mesmo ano, assim se expressa o imortal estadista e militar :

> "Confeço ingenuamente que mesmo desse Destrito acon- "servo (saudade) e que elle e seos moradores me devem par- "titular interesse, circunstancia que Vmce. fará o favor de "lhe ponderar, enão menos aesperança em que existo de que

---

com o campo planaltino. Estrada do Mundo Novo, estrada do Raposo, estrada de Caxias, estrada de Antonio Prado, estrada de Alfredo Chaves...

Entretanto, o milagre dessa dôa administrativa tinha em mira auxiliar o alienígena, cujas nascentes povoações visava pôr em contato com o comercio nacionalista, e isto já no fim do século XIX. Assim que, quando o fazendeiro vermelhense, João Mariano Pimentel, em 1853, organizou valorosa partida para retomar aos silvicolas do chamado "Campo dos Bugres", hoje, Caxias, duas filhas e um filho que os indios lhe raptaram, seis mêses levaram de batidas penosas nos sertões, para encontrarem os raptores e reaver seus filhos, através da impenetravel serrania deserta.

Ademais, nos periodos colonial e monárquico, o desvêlo da Administração se resumia a manter ativo policiamento, nas Agências, Registos e Postos de arrecadação de tributos, na entrada dos pessimos caminhos que atravessavam a serra de Pelotas. Existiam, ainda, as guardas volantes, cuja missão era evitar o contrabando na terrivel cobrança dos Dizimos Reais, às tropas exportadas para S. Paulo. Tão grande era a arrecadação dêsses tributos, que legalistas e farrapos ardorosamente disputavam a posse do Registo de S. Vitória, que foi, tambem, prestigiosa Coletoria Geral.

Foi a arrecadação de tributos o único sinal prático, de vinculo efetivo, entre aquela população planaltina é o Poder Público, no largo ciclo colonial e monárquico. Povo indefinidamente esquecido, insulado por destino geográfico, onde viveu e prosperou, à custa do esfôrço proprio, o povo do Planalto riograndense.

"elles hajão de satisfazer as minhas justas intençoens res-
"peito a Igreja, ao Povo, e as comunicaçoens por meyo de
"estradas mais proporcionadas..." (Correspondências).

Nada, porém, de prático e promissor deixaria àquele importante Distrito insulado o enérigico e austéro Governador, em benefício de melhor trânsito no serviço de comunicações entre o litoral e aquela Fronteira longinqua. E' que Sebastião Cabral era estrito delegado da Metrópole e, à mentalidade do Conselho Real seria defêso o milagre de conceber e assimilar qualquer conceito sôbre viação, que importasse luxo de progresso, bem-estar coletivo e estímulo a seus desterrados irmãos de além-mar. Por igual, fôra incapaz da mínima iniciativa a pról da instrução e desenvolvimento primário, no seu gigantôsco Imperio Colonial. Absorvia-o o fidelissimo desvêlo "para aumento da Fazenda Real".

Ora, por estradas, bastassem, abeterno, rústicos trilhos sinuosos, abertos "a casco de mula e facão de tropeiro", de obrigatória passagem das tropas, vigiadas de guardas volantes, a bem de rigorosa arrecadação dos gananciosos Quintos e Dízimos da corôa.

Daí, a réplica, por omissão, do nem-um interêsse popular aos apêlos metropolitanos, para a cultura do cânhamo, do bicho da sêda...

A Monarquia centralista foi morosa nas dotações rodoviárias da Província: assoberbava-a o prosáico empenho nas lutas partidárias, em que se exauriam os partidos, ficticiamente revezados no Poder. De modo que seria inalienável a desfortuna do eterno insulamento da prodigiosa rechã nordestina, cuja lapidar muralha divizória se avizinharia da propria República.

Surto maravilhoso de progresso, capaz de transformar, de ímpeto, a fisionomia econômica do Riogrande, continha-se no admirável projéto apresentado, a 10 de abril de 1886, pelo engenheiro Antonio Cattaneo, à assembléia legislativa provincial. Recusá-la-ia, liminarmente, porém, aquela corporação de iluminados.

Propunha-se o ousado técnico a construir a estrada de ferro, que partiria de Montenegro a Bento Gonçalves. Daí, um ramal para Caxias e, outro, para Alfredo Chaves e de futuro, para L. Vermelha. Das estações terminais, teria ela irradiações para tôdos os empórios de trabalho e produção. Entrementes se obrigava, ainda, o proponente, — doloroso depoimento — a construir cômoda e ampla barca para a travessia do rio das Antas, cujo leito os animais dos cargueiros varavam a nado, até aquela época.

Certo, haveria êrros técnicos, facilmente corrigiveis, inclusive a bitóla de 0,70, no gigantêsco plano oferecido à consideração do poder legislativo. Mas, que de horizontes descortinava; que de radioso futuro se abriria para o torrão gaúcho a realização daquêle grande empreendimento. Abroquelava-se, até, do afortunado espírito de previdência, que tem caraterizado os másculos povos do mundo, nos

albôres de sua expansão agrícola-industrial: — o aproveitamento das bacías fluviais perenemente navegaveis, de cujo término fazem girar o trem velóz, sem o luxo de as marginarem os trilhos das locomotivas.

Sem embargo, não mereceu o projéto o munificente praz-me da assembléia legislativa dos Pampas.

Mais tarde, já em pleno regime federativo, outro projeto de redenção nordestina falharia, depois de aprovado o traçado completo, feito logo após a proclamação da República. Renovava a desprezada iniciativa Cattaneo: — partia-se do porto de Montenegro. Galgava o tôpo da Serra-Geral. Atravessava-a. Saía no Planalto, cuja campanha transpunha, sul-norte. Mergulhava no montanhoso vale do rio de Pelotas, pela margem do rio do Leão. Atingia os campos de Lages e frechava para S. Paulo.

Terminada a revolução de 94-95, aprestava-se o Govêrno Federal para o início da estupenda construção. Desafortunadamente, porém, sobreviriam sérias divergências políticas, entre os Presidentes da República e do Estado, respectivamente dois grandes homens, — Prudente de Morais e Júlio de Castilhos. Surgiram lances de hostilidade: mudança da Alfandega, do Comando do Distrito, da Escola Militar, arrendamento da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana... Terminaria a série daquela animosidade oficial, com o cancelamento daquela construção ferrovia, definitivamente aprovada, e o início da atual estrada S. Paulo-Riogrande, a partir de Santa Maria.

Fugia em definitivo, pois, do Planalto nordéste, a espantosa possibilidade de próspera grandeza econômica, de centro meditarrâneo de intensa produção e indústria. Logo depois daquele ciclo de adversidades oficiais, o Govêrno do Riogrande mandava construir importante rodoviária, — de Caxias à Vacaria, com a formidável ponte do Korff, inaugurada em 1904.

Desaventuradamente, contudo, essa estrada caiu em abandono, há 16 anos, por falta de reparação metódica no seu leito. De modo que por ela só cruzam gados, tangidos para o consumo, principalmente, da Capital gaúcha.

Esboça-se, a partir de 1934, a redenção planalteana, com o cruzeiro rodoviário, S. Paulo-Porto Alegre, Araranguá-Passo Fundo, enfrentado pelo Govêrno Federal, e, enfim, a construção da próxima ferrovia, — Bento Gonçalves-S. Paulo.

E', em cabo, a hora do Planalto, que chega, depois de 204 anos do povoamento da mais bela e estupênda rechã do Riogrande do Sul, onde se desenvolveu e triunfou vigoroso nódulo virilmente nacionalista, afeito aos mais cruentos sacrificios.